



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 033 - SÁBADO, 2 DE ABRIL DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – BLOCO – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaleo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 22</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 22 PT – 13 / PSB – 2 PTB – 3 / PL – 3 PPS – 1</p> <p>LÍDER – BLOCO Delcídio Amaral – PT</p> <p>LÍDER – PT – 13 Delcídio Amaral</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>Vice-Líder – PSB (vago)</p>	<p>LÍDER – PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Vice-Líder – PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER – PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>Vice-Líder – PL Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 31 PFL – 18 / PSDB – 13 Sérgio Guerra – PSDB</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL – 18 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes – PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeo Tuma João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB – 13 Arthur Virgílio</p>	<p>Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Alvaro Dias</p> <p>LIDERANÇA DO PDT – 4 LÍDER Osmar Dias</p> <p>Vice-Líder (vago)</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Romero Jucá – PMDB Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS Marcelo Crivella – PL</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 31ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE ABRIL DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício

Nº 4/2005, de 1º do corrente, do Senador Gilberto Mestrinho, comunicando seu retorno às atividades parlamentares no Senado Federal. 07286

1.2.2 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 49/2005, de 28 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.367, de 2004, do Senador Romeu Tuma. 07286

Nº 382/2005, de 24 do corrente, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.509, de 2004, do Senador Arthur Virgílio. 07286

Nº 383/2005, de 24 do corrente, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 817, de 2004, do Senador Delcídio Amaral. 07286

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 217, de 2005, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações que menciona. 07286

Nº 218, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona. 07287

Nº 219, de 2005, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando que seja encaminhada moção ao Presidente da República da Indonésia em apoio à iniciativa do governo brasileiro, no sentido de que seja comutada a pena capital imposta ao nacional Marcos Archer Moreira Cardoso pela de prisão. 07288

Nº 220, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do professor e jornalista Walter Poyares, ocorrido em 29 de março de 2005, no Rio de Janeiro. 07288

Nº 221, de 2005, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando autorização para ausentar-se do País do período de 1º a 10 de abril do corrente,

tendo em vista sua designação para participar das “Jornadas Internacionais para Controle do Tabaco”, a realizar-se em Buenos Aires, Argentina. 07288

Nº 222, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona. 07288

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2005, de autoria do Senador Edison Lobão, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para estabelecer que a intervenção em diretório regional, nos doze meses anteriores às eleições gerais, requer a aprovação da convenção nacional do partido. 07289

Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a aplicação de penas restritivas de direito e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. 07290

Projeto de Lei do Senado nº 92, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 57, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos de Administração Pública e dá outras providências. 07292

1.2.5 - Comunicações da Presidência

Recebimento do Recurso nº 1, de 2005, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio, que altera os arts. 16, 68, 81 82, 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas. 07293

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003. 07294

Recebimento do Aviso nº 7, de 2005-CN (nº 1.766-GP/TCU, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório das Atividades daquele Tribunal referente ao exercício de 2004. 07294

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que estabelece penalidades para o trabalho escravo, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que regula o trabalho rural, e dá outras providências, aprovado terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais..... 07294

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos representantes de cada Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2005-CN, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional. 07294

1.2.6 – Parecer

Nº 257, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 654, de 2004 (nº 2.892/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Monlevade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais. 07294

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 654, de 2004, aprovado pela Comissão de Educação, seja apreciado pelo Plenário.... 07297

1.2.8 – Aviso do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 8, de 2005-CN (nº 311-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização cópia do Acórdão nº 300, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria em obras de construção da Barragem de Berizal, no Estado de Minas Gerais – PT 18.544.0515.3715.0031 (TC nº 008.577/2004-2) 07297

1.2.9 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 8, de 2005, de 30 de março último, comunicando a prorrogação, por igual período, do prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento nº 159, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio. 07297

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Crise no atendimento prestado pela rede hospitalar do Estado do Piauí..... 07297

SENADOR PAULO PAIM – Marginalização dos mais velhos no mercado de trabalho.

1.2.11 – Saudação ao Presidente da República Oriental do Uruguai, Senhor Tabaré Vázquez (Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Pedro Simon e o Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros) 07300

1.2.12 – Fala do Presidente da República Oriental do Uruguai, Senhor Tabaré Vázquez

1.2.13 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR PAULO PAIM – Comentários à reportagem publicada em **O Diário**, de Mogi, do articulista Roberto Monteiro, intitulada “Envelhecer é chato”..... 07302

SENADOR VALDIR RAUPP – Posição ocupada pelo Brasil no *ranking* das maiores economias do mundo. Defesa da construção do gasoduto Urucum/Porto Velho..... 07305

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Descontentamento da população brasileira com o Congresso Nacional. 07308

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Ações do governo federal contra a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Governo do Estado de São Paulo. Escalada autoritária do governo Lula..... 07310

SENADOR EDUARDO SUPlicy – Preocupação com o estado de saúde do Papa João Paulo II. Situação do engenheiro brasileiro seqüestrado no Iraque. Bloqueio de recursos do Estado de São Paulo pelo governo federal. Defesa da ampliação do direito à renda básica de cidadania..... 07316

SENADOR JORGE BORNHAUSEN, como Líder – Considerações a respeito da Medida Provisória nº 232, de 2004..... 07318

SENADOR EDISON LOBÃO – Apreciação na Câmara dos Deputados de projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que dispõe sobre a gestão de florestas. 07319

SENADOR PEDRO SIMON – Reflexão sobre o pontificado do Papa João Paulo II. 07324

SENADOR REGINALDO DUARTE – Registro de matéria publicada no jornal **The New York Times**, a respeito do aniversário do Padre Cícero Romão Batista..... 07326

SENADORA HELOÍSA HELENA – Preocupação com o estado de saúde do Papa João Paulo II. Necessidade de ajuda do governo federal aos flagelados da seca em Alagoas..... 07327

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Associação às orações pelo restabelecimento da saúde do Papa João Paulo II. Solidariedade aos alagoanos atingidos pela seca. Desperdício de recursos públicos em decorrência da paralisação de obras. 07332

1.2.14 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR REGINALDO DUARTE – Transcrição do artigo intitulado “Déficit Humano”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 23 de março último. 07334

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários ao artigo intitulado “O PT e uma outra história”, de autoria de Marco Villa, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 22 de março último. 07335

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Considerações acerca do artigo intitulado “A peixeira de Severino”, de autoria do advogado e ex-Ministro do STF Mauricio Correa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 27 de março último..... 07336

SENADOR *TEOTÔNIO VILELA FILHO* – Registro do artigo publicado na seção “Notas & Informações” do jornal **O Estado de S.Paulo**, edição do dia 21 de março último, intitulado “Reforma polêmica”, que trata da proposta de reforma sindical. 07337

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Comentários ao artigo “Governo Medíocre”, de autoria do advogado Ives Gandra Martins, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 24 de março último. 07338

SENADOR *ALMEIDA LIMA* – Transcrição de matéria publicada na revista **IstoÉ**, edição de 30 de março último, sob o título “A Reforma pariu um sapo”, do jornalista Luiz Cláudio Cunha, a respeito da reforma ministerial. 07339

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro do artigo intitulado “O PT e a ultra-esquerda”, de autoria do ex-ministro e ex-senador Jarbas Passarinho, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 22 de março último. 07343

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Equívoco na distribuição dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social entre os estados do País. 07344

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Necessidade de um projeto de desenvolvimento para o Brasil... 07345

SENADOR *PEDRO SIMON* – Realização, no próximo domingo, do evento “Universidade de Caxias do Sul – Agita-Caxias”, em Caxias do Sul/RS. 07346

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 1º-4-2005

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – SECRETARIA DE COMISSÕES

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 31ª Sessão Não Deliberativa, em 1º de abril de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Paulo Paim e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF.GSGM Nº 4/2005-Sy

Brasília, 1º de abril de 2005

Senhor Presidente,

Tendo em vista o término da licença para tratamento de saúde que me foi concedida, comunico que estou retomando, nesta data, minhas atividades no Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.
– Senador **Gilberto Mestrinho**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que o Senador Gilberto Mestrinho retornou ao exercício do mandato no dia 31 de março último, antes do término da licença médica solicitada, nos termos do disposto no art. 43, § 3º, **in fine**, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 49/2005, de 28 do corrente, do Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.367, de 2004, do Senador Romeu Tuma;

– Nº 382/2005, de 24 do corrente, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.509, de 2004, do Senador Arthur Virgílio; e

– Nº 383/2005, de 24 do corrente, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 817, de 2004, do Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As informações foram encaminhadas, em cópias, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 217, DE 2005

(nº 11, de 2005-CRE)

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Exmº Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, informações sobre quais as ações efetivas e as providências tomadas pelo governo brasileiro, no sentido de garantir a proteção e a assistência de cerca de 50 imigrantes brasileiros detidos no estado norte-americano de Connecticut, em 17 de março de 2005.

Justificação

Matéria veiculada pelo Globo Online, em 17-3-2005, noticiou que aproximadamente 50 imigrantes ilegais brasileiros foram detidos na madrugada de hoje, na cidade de Hartford, no estado americano de Connecticut.

Embora a detenção em grande escala de imigrantes seja comum nos estados fronteiriços dos EUA, esse fato não é habitual nos estados não fronteiriços norte-americano, caso de Connecticut, que possui uma grande comunidade brasileira, onde um em cada cinco habitantes é procedente do Brasil.

São cerca de 680.000 brasileiros, o correspondente ao dobro da população de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Esses números por si só exigem que a diplomacia brasileira aja imediatamente e o governo adote uma política de proteção aos brasileiros estabelecidos no estado norte-americano de Connecticut.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Assinaram o Requerimento nº 11, de 2005, os seguintes Senadores: – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Hélio Costa**, Autor – **Flexa Ribeiro** – **Mão Santa** – **Flávio Arns** – **Rodolpho Tourinho** – **Eduardo Suplicy** – **Eduardo Azeredo** – **Pedro Simon** – **Romeu Tuma**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 218, DE 2004

Sr. Presidente,

Nos termos constitucionais do art. 50, § 2º, e na forma regimental dos arts. 215, item I, e 216, requeiro sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça informações sobre as seguintes questões:

I – Quantos apenados se beneficiaram dos indultos e comutações concedidos pelos Decretos nº 1.645, de 26-9-1995; 1.860, de 11-4-1996; 2.002, de 9-9-1996; 2.365, de 5-11-997; 2.838, de 6-11-1998; 3.226, de 29-10-1999; 3.667, de 21-11-2000; 4.011, de 13-11-2001; 4.495, de 4-12-2002; e 4.904, de 1-12-2003?

II – Desses beneficiários, quantos voltaram a delinquir?

III – Voltando a delinquir, quantos se tornaram reincidentes específicos e em quais crimes?

IV – Quantos apenados, recolhidos atualmente aos presídios, o governo espera beneficiar com o Decreto nº 5.295, de 2-12-2004?

Justificação

Com o Decreto nº 5.295, do dia 2 do corrente mês, voltou o Excelentíssimo Senhor Presidente da República a conceder indulto condicional e comutação a condenados por ampla gama de crimes, inclusive aqueles passíveis de pena privativa de liberdade superior a 6 (seis) anos. Isto alcança o roubo, delito que está alarmando a população devido também a, não raro, se desdobrar em seqüestro e latrocínio.

Tanto no Decreto do corrente ano, como no de 2003 – prática, aliás, presente em todos os diplomas do gênero baixados a partir de 1995 – o Excelentíssimo Senhor Presidente da República invoca o art. 84, inciso XII, da Constituição, para se apoiar na “manifestação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, acolhida pelo Excelentíssimo Ministro da Justiça. Diz ainda que a decisão decorre da “tradição de conceder, por ocasião das festividades comemorativas do Natal, perdão ao condenado em condições de merecê-lo, proporcionando-lhe condições para a harmônica integração social, objetivo maior da sanção penal.” Portanto, é de se imaginar a preexistência, no

âmbito do Ministério da Justiça, dos dados necessários à avaliação, mesmo que indireta, do acerto em indultar periodicamente os merecedores do benefício.

Outrossim, desde 1996, aquele Conselho deixou evidente a intenção de ir ampliando, ano-a-ano, o alcance dos indultos e comutações subseqüentes. Acabou transformando-os em rotina. Beneficiam agora condenados por crimes de elevado poder ofensivo, sem que se tenha notícia da cessação de sua periculosidade e ressocialização, fim último da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) depois de proporcionar meios para que a sentença seja integralmente cumprida. No art. 1º, antes de se referir à ressocialização, diz a lei que o seu primeiro objetivo fundamental é o de “efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal”.

Os indultos e comutações sucessivos afetam, assim, pressuposto primordial da execução das penas. Extrapolam o sentido de tradição para assumir ares de direito adquirido. Paulatinamente, adquirem a aparência de norma usurpada do Poder Legislativo, a exemplo de certas Medidas Provisórias despidas de relevância e urgência. Além do mais, escapam à excepcionalidade da indulgentia herdada do Direito Romano. A periodicidade e o paulatino aumento da abrangência levam à interpretação angustiante de que possam provir de dissimulação para atentar contra o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

À luz do art. 144 da Constituição, a habitualidade adquirida pelos indultos e comutações poderia configurar não um benefício de alto valor humanístico, mas sim vantagem concedida a alguém com exclusão de outrem e contrária ao direito comum. Tratar-se-ia de privilégio agressor da segurança pública, direito de todos os que se encontrem no País. Os crescentes índices de violência podem estar relacionados à periódica libertação de milhares de apenados.

O disposto no art. 144 da Constituição torna a todos responsáveis pela segurança pública, por ele qualificada como dever do Estado. Compete portanto ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acima de todos, o dever de preservá-la. Para isso, não basta valer-se dos órgãos executores da segurança com o objetivo de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Ou escorar-se em propostas de entidades de aconselhamento. Tais órgãos são, realmente, competentes para ações específicas. Mas, sua existência não elide a responsabilidade de quem, como primeiro mandatário da Nação, está obrigado a, pelo menos, dar o bom exemplo.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2005. – Senador **Romeu Tuma**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 219, DE 2005

(Nº 15, de 2005-CRE)

Senhor Presidente,

Requeiro, com fulcro no artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhada Moção ao Presidente da República da Indonésia, Senhor Susilo Bambang, em apoio à iniciativa do governo brasileiro, no sentido de que seja comutada a pena capital imposta ao nacional Marcos Archer Moreira Cardoso pela de prisão.

Sala da Comissão, 31 de março de 2005. - **Cristovam Buarque**, Presidente - **Jefferson Péres**, Relator - **Romeu Tuma**, **Sérgio Zambiasi** - **Flexa Ribeiro** - **Eduardo Suplicy** - **Hélio Costa** - **Rodolpho Tourinho** - **Flávio Arns** - **Pedro Simon** - **Roberto Saturnino** - **Mão Santa**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 5, nos termos do § 2º do art. 222 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 220, DE 2005

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Professor e Jornalista Walter Poyares, ocorrido em 29 de março de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento do Professor e Jornalista Walter Poyares, ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 29 de março de 2005.

Requeiro, ademais, que o Voto seja levado ao conhecimento dos familiares do Professor Poyares, à Universidade Católica do Rio de Janeiro e ao jornal **O GLOBO**.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela dedicação de Walter Poyares, que, em vida, teve destacada atuação no jornalismo e no magistério do País, contribuindo para o desenvolvimento da comunicação social. Ele pertenceu aos quadros do jornal **O GLO-**

BO, ali criando o primeiro departamento de Relações Públicas do Brasil, idealizando a Operação Padrão e a escolha dos cariocas honorários.

Se não tivesse perenizado seu nome nessa área, pela sua dedicação, Poyares seria lembrado por um fato: foi ele o responsável pelo costume de se comemorar no Brasil, anualmente, o Dia dos Pais.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 221, DE 2005

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por V. Exª para participar das “Jornadas Internacionais para Controle do Tabaco”, em Buenos Aires, Argentina, requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho da referida missão no período de 5 a 7 de abril de 2005.

Informo que estarei ausente do País no período de 1º de abril de 2005 a 10 de abril de 2005.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2005. – Senador **Mão Santa**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 222, DE 2005

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a edição da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que “institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública”, a falta de regulamentação de dispositivos importantes dessa lei e o interesse manifestado por diversas empresas estatais na utilização desse instrumento para viabilizar seus investimentos, requeiro sejam prestadas pelo Exmº Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão as seguintes informações relativas à implantação do modelo das PPP no Brasil:

a) Como será a participação das empresas estatais nas obras selecionadas para serem objeto de PPP?

b) Como as empresas públicas e sociedades de economia mista podem participar das PPP e quais os limites para sua participação?

c) Empresas de economia mista podem participar como investidor privado?

d) As empresas estatais poderão ser contempladas com linhas de financiamento do BNDES no âmbito de projetos de PPP? Quais os limites para isso?

e) Quais os projetos já selecionados pelo Governo Federal e as perspectivas de implantação de PPP nos diversos setores de infraestrutura, com destaque para o setor elétrico?

Sala das sessões, 1º de abril de 2005 – Senador **Valdir Raupp**.

(À Mesa para Decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 2005

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para estabelecer que a intervenção em diretório regional, nos doze meses anteriores às eleições gerais, requer a aprovação da convenção nacional do partido.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Título V (Disposições Gerais) da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 54-A:

“Art. 54-A. A intervenção em diretório regional, nos doze meses anteriores às eleições gerais, só poderá ser efetuada com a aprovação prévia da convenção nacional do partido.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A presente iniciativa tem o objetivo de estabelecer que a intervenção da direção nacional em diretório regional nos doze meses anteriores às eleições gerais só poderá ser efetuada após aprovação prévia da convenção nacional do partido político.

Para tanto estamos propondo o acréscimo de um art. 54-A ao Título V da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), que trata das disposições gerais.

Ocorre que se têm tomado abusivas as intervenções das comissões executivas nacionais dos partidos políticos em seus diretórios regionais, especialmente nos períodos em que são realizadas as convenções estaduais para a escolha de candidatos às eleições.

Com efeito, muitas vezes nos Estados são celebradas alianças com base nas realidades políticas locais, que, como todos sabemos, são diversas e plurais em nosso País, onde estão presentes significativas diferenças regionais, diferenças essas que se manifestam também no campo político-partidário.

E não nos parece correto que, de maneira autoritária, desconsiderando essas especificidades locais e sem fundamentos consistentes, comissões executivas nacionais de partidos políticos intervenham de cima para baixo, gerando insegurança, desprezando lideranças locais e, na prática, contribuindo para desorganizar as seções regionais dos partidos.

Desse modo, ao estabelecer como pré-requisito para intervenções da direção nacional de partido nos diretórios regionais a necessidade de prévia aprovação das convenções nacionais, estamos pretendendo que tais intervenções sejam efetuadas apenas quando algo efetivamente grave (por exemplo, o descumprimento de princípio programático do partido) tenha sido praticado pelo diretório regional que é objeto de intervenção, afastando assim, as intervenções por motivos menos nobres.

Em face do exposto e tendo em vista o interesse público de que se reveste a presente proposição, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2005, – Senador **Edison Lobão**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre partidos políticos, regulamentação dos arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

Art. 50. (VETADO)

Art. 51. É assegurado ao partido político com estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral o direito à utilização gratuita de escolas públicas ou Casas Legislativas para a realização de suas reuniões ou convenções, responsabilizando-se pelos danos porventura causados com a realização do evento.

Art. 52. (VETADO)

Parágrafo único. As emissoras de rádio e televisão terão direito a compensação fiscal pela cedência do horário gratuito previsto nesta Lei. (Regulamento)

Art. 53. A fundação ou instituto de direito privado, criado por partido político, destinado ao estudo e pesquisa, à doutrinação e à educação política, rege-se pelas normas da lei civil e tem autonomia para contratar com instituições públicas e privadas, prestar serviços e manter estabelecimentos de acordo com suas finalidades, podendo, ainda, manter intercâmbio com instituições não nacionais.

Art. 54. Para fins de aplicação das normas estabelecidas nesta Lei, consideram-se como equivalentes a Estados e Municípios o Distrito Federal e os Territórios e respectivas divisões político-administrativas.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2005**Dispõe sobre a aplicação de penas restritivas de direito e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal.**

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O juiz, observados os antecedentes, a culpabilidade, a conduta social, a periculosidade mínima, a personalidade do agente, os motivos e as circunstâncias do crime, poderá aplicar, em substituição às penas privativas de liberdade, penas restritivas de direitos, desde que atendidos os demais requisitos e condições estabelecidos nesta lei.

Art. 2º A substituição de pena privativa de liberdade em favor do agente de crime doloso ou culposo, condenado a pena igual ou inferior a oito anos, só poderá ser concedida quando este:

- I – apresentar periculosidade mínima;
- II – exercer atividade laboral;
- III – tiver reparado financeiramente o dano, ou obtido o perdão da vítima;
- IV – tiver endereço certo;
- V – tiver cometido o crime sem qualquer das agravantes dos arts. 61 e 62 do Código Penal;
- VI – houver sido condenado a cumprir a pena privativa de liberdade em regime aberto ou semi-aberto.

§ 1º O juiz, atendendo à culpabilidade do delito, pode aplicar, simultaneamente, até três penas restritivas de direitos, desde que compatíveis.

§ 2º A pena restritiva de direitos é autônoma e exequível simultaneamente com a de multa.

Art. 3º O agente beneficiado com o disposto nesta Lei, que vier a reincidir, cumprirá a pena privativa de liberdade, originalmente prevista na sentença anterior à sua substituição em pena restritiva de direito, pelo tempo que faltar para completar o total da condenação.

Art. 4º A prestação de serviços à comunidade atenderá, tanto quanto possível, à correlação com o delito praticado.

Parágrafo único. Só após atender ao disposto no **caput**, o juiz de execuções estabelecerá a correlação entre a prestação de serviços à comunidade, a ser realizada pelo agente, e a sua formação ou habilidade profissional.

Art. 5º Não haverá redução do prazo de cumprimento da pena restritiva de direitos.

Art. 6º Ao conceder a substituição da pena, o juiz admoestará o condenado sobre as consequências da reincidência, ou da inobservância dos requisitos II e IV do art. 2º.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua promulgação.

Justificação

O atual sistema carcerário baliza-se em filosofia que não convence a ninguém mais, pois se frustraram duas de suas principais finalidades: a recuperação social do preso e a prevenção de delitos. No primeiro caso, observa-se exatamente o inverso do que pretendeu a norma que ora se revê, porquanto os presos, especialmente os de pouca experiência na prática de crimes, ao contrário de se recuperarem nos presídios, absorvem, pelo convívio danoso, e conhecimento de novas técnicas de delinquir.

No segundo caso, muito longe de prevenir delitos, os presídios, delegacias e casas de detenção demonstram, diariamente, que não conseguem sequer evitar os motins, e até massacres, e assim distanciam-se de suas finalidades originais para aumentar assustadoramente as estatísticas, porque os crimes são praticados em percentual superior ao do próprio crescimento populacional do País.

É por essa a razão que os presídios estão abarrotados de pessoas socialmente inúteis e dispendiosas para os Estados; e é por esse motivo também que as delegacias de polícia, que deveriam apenas realizar as triagens que precedem aos feitos judiciais, exibem celas sempre ocupadas por presos permanentes, e abrigam superpopulações de detentos em promiscuidade, com o que se desfigura a própria finalidade dessas instituições, e afrontam-se preceitos constitucionais e legais.

O descalabro prisional no Brasil alcança tais proporções que, hoje, paga-se ao policial militar, a título

de soldo, praticamente a mesma importância que se expende, mensalmente, com o detento. Inobstante isso e os altos custos de sua manutenção em cárcere, a sociedade brasileira não atingiu nem alcançou o preceito constitucional do art. 5º, inciso XLIX, que preconiza dignidade ao preso, assegurando-lhe respeito à integridade física e moral.

De fato, observam-se nos presídios brasileiros, ao invés de recuperação de presos, o império das drogas, a indignidade da sevícia e a submissão às hierarquias espúrias. Submetido a condição subumana, o presidiário perde a liberdade sem que a sociedade, quanto a esse tópico, realize seu ideal de organizar-se de forma civilizada. Em suma, gasta-se, sem sucesso, na manutenção equivocada de grande parte do sistema prisional, mas isso em nada contribui para o aprimoramento social.

Muito melhor será que se imponham aos condenados não perigosos –, desde que atendidos todos os demais requisitos contidos nesta proposição –, a possibilidade de servirem à comunidade, e sinceramente, de se recuperarem, pela realização de atividades relacionadas com os seus delitos, pelo mesmo tempo previsto para o cumprimento da pena restritiva de liberdade. Sem dúvida, essa perspectiva os forçará à maior consciência do ato anti-social que tenha ensinado a punição, e sua condição não se deteriorará pelo convívio com outros presos, nem se agravará a sua desesperança pela revolta que decorre do alijamento do corpo social.

Na verdade, esta proposição apenas amplia a possibilidade já contida no art. 45 do Código Penal, no que concerne à conversão de penas restritivas de direitos. Este, talvez, tenha sido o dispositivo mais acertadamente apresentado pela reforma do Código Penal em 1984, por ser tendente, de fato, a recuperação do preso.

A revisão que ora se propõe é a de extensão do preceito contido no art. 45 do Código Penal aos apenados com até oito anos de restrição de liberdade, sob os regimes aberto ou semi-aberto, para que lhes seja concedida a oportunidade de alcançar a recuperação extramuros, e de deixar os presídios aos delinquentes contumazes, afeitos ao crime e, por isso mesmo, reincidentes e recalcitrantes, sem qualquer possibilidade de recuperação e ressocialização.

Por fim, impõe-se a revogação dos arts. 44 e 54 do Código Penal, porquanto aqueles dispositivos foram, em parte, absorvidos pelas disposições deste projeto de lei, e a parte não assumida, atinente a prazos, foi, nesta proposição, apenas ampliada, para oito anos, mantendo-se, porém, as mesmas premissas básicas

dos dois artigos, e a harmonia com os demais artigos codificados.

Convicto da certeza dos bons resultados desta proposição, concito os ilustres Pares a examiná-la criteriosamente nesta oportunidade, para, com o seu apoio e aprovação, elevá-la à condição de norma positivada.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2005. – **Pedro Simon.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

.....
Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos; (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

II – o réu não for reincidente em crime doloso; (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente. (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 1º (VETADO) (Incluído e vetado pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 2º Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 3º Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 4º A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 5º Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

Art. 54 - As penas restritivas de direitos são aplicáveis, independentemente de cominação na parte especial, em substituição à pena privativa de liberdade, fixada em quantidade inferior a 1 (um) ano, ou nos crimes culposos. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

Art. 61 – São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

I – a reincidência; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

II – ter o agente cometido o crime: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

a) por motivo fútil ou torpe;

b) para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

c) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido;

d) com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum;

e) contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge;

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade;

g) com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;

(Redação dada pela Lei nº 9.318, de 1996)

h) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida; (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

i) quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade;

j) em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido;

l) em estado de embriaguez preordenada.

Art. 62 – A pena será ainda agravada em relação ao agente que: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

I – promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

II – coage ou induz outrem à execução material do crime; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

III – instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não-punível em virtude de condição ou qualidade pessoal; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

IV – executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984).

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 92, DE 2005

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que “regulamenta o art. 57, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos de Administração Pública e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescentem-se, ao artigo 113 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, os seguintes parágrafos:

“Art. 113.

§ 3º Os Tribunais de Contas, no exercício de suas atribuições institucionais, são competentes para examinar e fiscalizar os registros contábeis e demais controles das empresas privadas contratadas para a execução de obras, serviços ou fornecimentos de material, no que concerne às contratações feitas.

§ 4º As pessoas jurídicas referidas no parágrafo anterior são obrigadas a manter e colocar à disposição dos Tribunais de Contas toda a documentação contábil, fiscal, comercial e bancária necessária as apurações por eles determinadas, no que concerne às contratações feitas, sob pena, em caso de sonegação ou de recusa, de aplicação de multa diária até o cumprimento de suas determinações”.

Justificação

Reapresento, nesta proposição, dispositivos que já fiz constar de emenda ao projeto de Lei Orgânica do TCU e de Substitutivo ao projeto de lei das Licitações e Contratos Administrativos, dos quais Li designado Relator.

Tem ela o propósito de atribuir, aos Tribunais de Contas, competência para fiscalizar os registros contábeis das empresas contratadas para a execução de obras e serviços para o setor público, mas apenas no que pertine às contratações feitas.

De conformidade com a legislação atual, os Tribunais de Contas fiscalizam tão-somente os órgãos e entidades da Administração Pública. O outro pólo, o contratado particular, fica fora da investigação, tornando impossível a contrastação dos dados de um e de outro dos contratantes, necessária à formação de um juízo seguro de convicção acerca de determinados atos ou fatos.

Por ocasião da discussão e votação do projeto de lei das licitações, ponderei:

“Vivemos no Brasil momentos decisivos quanto à moralidade para com a coisa pública, um verdadeiro compromisso ético com as gerações futuras de brasileiros, de modo que qualquer possibilidade de moralização deve ser acatada por esta Casa, sob pena de sermos omissos. Ademais, é comum e tranqüila a fiscalização das empresas privadas no tocante ao cumprimento das obrigações fiscais pelos auditores da Secretaria da Receita Federal. Então, por que motivo não poderia o Tribunal de Contas, órgão constitucionalmente constituído para o controle das despesas públicas, fiscalizar a estrutura das empresas apenas no que tange às contratações com o Governo?”

Defendemos a tese de que, havendo indícios de corrupção, o Tribunal de Contas deve ter competência para entrar na conta da empresa acusada. Provada a corrupção, entra-se na empresa estatal, chamam-se os funcionários para puni-los. Faz-se tudo com o corrupto, mas nada com o corruptor. Não se toma nenhuma providência com relação àquele que exerce o papel ativo na corrupção. O Tribunal de Contas quer olhar a empresa não no seu total, no seu global, mas ali naquele contrato, naquela hora, na realização que desempenha com a obra pública.

Em outras palavras, de acordo com nossos propósitos, temos de agir com todo rigor com relação ao corrupto, mas temos que agir também com todo rigor com relação ao corruptor. Em assim fazendo, estaremos atuando a favor de 95% ou mais dos empresários brasileiros; estaremos dando força ao empreariado brasileiro - àquele que é sério, àquele que tem, no corruptor, alguém que o impede de trabalhar com dignidade.”

Por todas essas razões e fundamentos, espera-se que mais esta tentativa encontre melhor sorte no caminhar para o mundo jurídico.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2005. _ **Pedro Simon.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.

§ 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.

§ 2º Os Tribunais de Contas e os órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, até o dia útil imediatamente anterior à data de recebimento das propostas, cópia de edital de licitação já publicado, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção de medidas corretivas pertinentes que, em função desse exame, lhes forem determinadas. (*Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8-6-94*)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência comunica que recebeu o Recurso nº 1, de 2005, interposto no prazo regimental para que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Paulo Octávio, que *altera os arts. 16, 68, 81, 82, 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas.*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, “c”, do Regimento Interno.


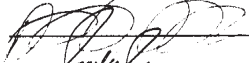
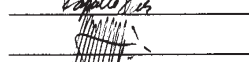

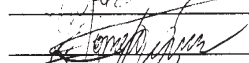
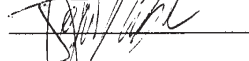
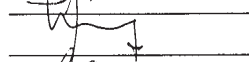
É o seguinte o recurso recebido:

RECURSO Nº 1, DE 2005

Para apreciação pelo Plenário do Senado Federal do Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003.

Sr. Presidente,

Os Senadores abaixo assinados, com base no art. 91, §§ 3º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal, requerem seja ouvido o Plenário desta Casa com relação ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que “altera os arts. 16, 68, 81, 82, 86 e revoga o § 7º do art. 68 da Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para disciplinar a autoria e exibição pública de obras audiovisuais e cinematográficas”.

	Sen. Mozerildo Gurgel
	Sen. Roberto Aguilera
	Sen. Valdir Romão
	Sen. Aladaires
	Sen. Paulo Tuma
	Sen. Marcelo Pinheiro
	Sen. Leomar Aquitania

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência recebeu, do Presidente do Tribunal de Contas da União, o Aviso nº 7, de 2005-CN (nº 1.766-GP/TCU, na origem), encaminhando, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, Relatório das Atividades daquele Tribunal, referente ao exercício de 2004.

O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *estabelece penalidades para o trabalho escravo, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que regula o trabalho rural, e dá outras providências*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência comunica ao Plenário que de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003 (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por 5 (cinco) dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2005-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O recurso será recebido na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 257, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 654, de 2004 (nº 2.892/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Monlevade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Hélio Costa**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em Caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 654, de 2004 (nº 2.892, de 2003, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato Constante do Decreto de 1º de outubro de 2001, que renova a concessão da Rádio Cultura de Monlevade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de

Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 654, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, norma interna disciplinadora do processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 654, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Monlevade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de março de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 654/2004 NA REUNIÃO DE 01/03/05
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:

Senador Augusto Botelho

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOÃO RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
ROSEANA SARNEY	5- MARCO MACIEL
(CESSÃO AO PDT)	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- LEONEL PAVAN
GERALDO MESQUITA	8- ÁLVARO DIAS
EDUARDO AZEREDO	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

HÉLIO COSTA	1- JOÃO BATISTA MOTTA
RELATOR	2- GARIBALDI ALVES FILHO
MAGUITO VILELA	3- MÁRIO CALIXTO
VALDIR RAUPP	4- PAPALÉO PAES
GERSON CAMARA	5- MÃO SANTA
SÉRGIO CABRAL	6- LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	7- ROMERO JUCÁ
LEOMAR QUINTANILHA	8- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO	

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO A RNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- FRANCISCO PEREIRA
SÉRGIO ZAMBIASI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL -

PDS

654 104

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES						EDISON LOBÃO					
JORGE BORNHAUSEN						JONAS PINHEIRO					
JOSÉ JORGE	X					JOÃO RIBEIRO	X				
MARIA DO CARMO ALVES	X					JOSÉ AGRIPIO					
ROSEANA SARNEY						MARCO MACIEL	X				
CESSÃO AO PDT						ROMEU TUMA					
TEOTÔNIO VILELA FILHO						LEONEL PAVAN	X				
GERALDO MESQUITA						SERGIO GUERRA					
EDUARDO AZEREDO						LÚCIA VÂNIA					
REGINALDO DUARTE	X					TASSO JEREISSATI					
TITULARES - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA	X					JOÃO BATISTA MOTTA					
MAGUITO VILELA						GARIBALDI ALVES FILHO					
VALDIR RAUPP	X					MÁRIO CALIXTO					
GERSON CAMATA						PAPALEO PAES	X				
SERGIO CABRAL						MÃO SANTA	X				
JOSÉ MARANHÃO						LUIZ OTÁVIO	X				
LEOMAR QUINTANILHA						ROMERO JUCA					
GILBERTO MESTRINHO						VAGO					
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X					PAULO PAIM					
CRISTOVAM BUARQUE	X					ALOIZIO MERCADANTE					
FÁTIMA CLEIDE						FERNANDO VBEZERRA					
FLAVIO ARNS						DELCÍDIO AMARAL					
IDELI SALVATTI						ANTÔNIO CARLOS VALADARES					
ROBERTO SATURNINO						FRANCISCO PEREIRA					
SERGIO ZAMBIASI						PATRICIA SABOYA GOMES					
TITULAR - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOELHO						JUVÊNCIO DA FONSECA					

TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 104

SALA DAS REUNIÕES, EM 04/03/2005

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º – O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º – A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º – O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º – O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O parecer que acaba de ser lido vai publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 654, de 2004, aprovado pela Comissão de Educação, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso do Tribunal de Contas da União:

– Aviso nº 8, de 2005, (nº 311-SGS-TCU/2005

– CN, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 300, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria em obras de construção da Barragem de Berizal, no Estado de Minas Gerais – PT 18.544.0515.3715.0031. (TC nº 008.577/2004-2).

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 08/05-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 30 de março de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico à Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 01, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 159, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antônio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre e sempre Líder Senador Mão Santa. S. Exª dispõe de dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão de sexta-feira, 1º de abril de 2005, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado Federal, hoje é tido no calendário como o “Dia da Mentira”.

Entendemos que comunicação é comunhão, é participação. E ninguém melhor do Cristo como comunicador, quando dizia: “Em verdade, em verdade vos digo”. Mais ainda, Cristo deixou uma mensagem:

“Eu sou o caminho, a verdade e a vida”. Busquemos a verdade, embora hoje seja o “Dia da Mentira”.

Com relação ao problema da saúde, que enfrenta um momento grave no País, advertimos muitas vezes desta tribuna como está mal a situação neste Governo. O povo trabalha cinco meses durante um ano a fim de pagar impostos ao Governo. De doze meses de trabalho, cinco são destinados ao Governo, que não aplica os recursos em áreas essenciais, como segurança. Segundo Norberto Bobbio, o mínimo que se deve exigir de um Governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Nessa questão, o Governo é nota zero.

O Governo comemora hoje o “Dia da Mentira”, Senador Paulo Paim. Que vergonha, que lástima o Ministério da Justiça! Todo o País rememora o episódio Fernandinho Beira-Mar. Pretendeu-se construir cinco penitenciárias de segurança máxima. Sr. Ministro, hoje é o seu dia. Nenhuma das penitenciárias foi construída. Quiseram levar o Beira-Mar para o Piauí e colocá-lo em uma penitenciária que seria construída a doze quilômetros da Capital. Eu e os outros dois Senadores do Piauí nos unimos contra essa violência, e nenhuma penitenciária foi construída. Aí está a segurança. Tudo é mentira. Hoje é um dia de homenagem aos que governam o País. Eles são homenageados porque mentem a cada instante. Dizem que tudo vai bem, mas é mentira.

Convido os homens do núcleo duro a levarem suas esposas a passear na praça, e namorem nas madrugadas, nas ruas e avenidas das cidades do Brasil. Tenho agido assim com a minha Adalgisa nas cidades do mundo – Santiago, Buenos Aires, Montevideu e outras. Há segurança e respeito. Aqui, há muita propaganda.

Merece aplausos Goebbels Duda Mendonça, que conquistou o pódio que era de Joseph Paul Goebbels, o comunicador de Hitler. Duda Mendonça vence Goebbels.

A saúde deve ser como o sol, que nasce para todos. Não é aquela focalização do Rio de Janeiro. Posso falar, porque fiz minha pós-graduação naquela Capital, no Hospital Servidores do Estado (Ipase).

Senador Paulo Paim, meus maiores amigos são gaúchos – o Brasil todo se encaminhava para aquele centro de estudos: Léo Gomes, de Dom Pedrito; Jaime Pieta, de Porto Alegre. Há pouco tempo, estive no Rio de Janeiro e fui ao Hospital Servidores do Estado. Estado era o Ipase, era a Nação, era o servidor público. Lá eu vi internado João Baptista Figueiredo, doente do coração. Olha como piorou! Como fiquei constrangido ao ver o Hospital Servidores do Estado! Essa é a medicina de hoje! Essa é a medicina que Goebbels

Duda Mendonça pretende transformar em uma vitória do Governo.

Mas aprendi, Senador Paulo Paim, com o caboclo honrado do meu Piauí, que busca a verdade, que é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. A verdade é que a saúde está igual à segurança, está igual à educação: zero!

Sr. Presidente, este é um jornal do Piauí, o **Diário do Povo**, que busca a verdade. Atentai bem à manchete: “HGV suspende cirurgias por falta de gaze”. O melhor hospital do Piauí! A medicina no Piauí é mais avançada do que a de Brasília, pois, à época da ditadura do grande gaúcho Getúlio Vargas, o interventor do Piauí, diferentemente de todos os outros, que eram tenentes, era médico. Leônidas Melo implementou esse grandioso hospital. E, mostrando sua gratidão, batizou de Getúlio Vargas. Governei o Piauí e ampliei o hospital com um pronto-socorro, UTI e sala de cirurgia.

Hoje, a verdade vem no Dia da Mentira, o dia em homenagem ao núcleo duro que governa esta Pátria. “HGV suspende cirurgia por falta de gaze.” Mais ainda, Senador Paulo Paim: quando governava o Piauí, fiz uma pesquisa sobre o centro cirúrgico desse hospital e descobri que, de cada 100 operados, 37 eram do Maranhão. O HGV serve ao Tocantins, ao Maranhão, ao Ceará, pela localização estratégica de Teresina, no centro do Estado.

“HGV volta a suspender cirurgias. A falta de material é um dos motivos suspeitos.” Segundo o médico José Pessoa, que é um Vereador – um moreno enxuto, assim como o Paulo Paim, não há gesso. Olhem, imaginem um acidentado, um politraumatizado, quebra um braço, uma perna, e não há gesso. Como fica a sua esposa, a sua mãe, o seu filho? Carreiro, que é do Maranhão: 37% dos operados desse hospital são maranhenses!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador, V. Ex^a tem mais cinco minutos para concluir.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, lembro a amizade e a coragem do povo do Rio Grande do Sul. Nós fizemos batalhas pela grandeza do Brasil. Vós, a Farroupilha, sonhando com a liberdade dos negros e o governo do povo pelo povo; e nós, com a batalha do Jenipapo, na qual expulsamos os portugueses. Então, quis Deus essa condescendência.

Mas ele diz aqui – ele é um Vereador, como V. Ex^a é Senador – que não há gesso. Gesso! Senador Paulo Paim, o Piauí orgulha-se do nível da sua medicina. Lá, os competentes médicos fazem cirurgia cardíaca com êxito.

Mas o Governo, o núcleo duro nos leva a essa vergonha – como diz o Boris Casoy. Todo o Brasil se

lembra de que passei aqui mais de dois anos reividando 60, sessentinha, para que pudesse funcionar o hospital das clínicas do Piauí. Tanto dinheiro, tanta mordomia, tantos empregos para os companheiros incapazes e incompetentes, inspirados e atraídos pelo núcleo duro. Tantas farras, mas o hospital universitário funciona hoje parcialmente, apenas ambulatorialmente, graças à inteligência do ex-reitor Pedro Leopoldino. Mas, na parte de leito, o Governo medíocre, o Governo duro, castiga o Piauí.

Então, eu quero que aquela atenção dada ao Rio de Janeiro pelo Governo Federal seja dada ao Piauí. Vamos botar o Exército, vamos ajudar, vamos botar dinheiro, vamos dar o gesso que falta.

Senador Paulo Paim, fui um menino travesso, era metido a goleiro. Lembro-me do que significava isso: quebrei um braço treinando, depois, o outro, jogando no gol, e já havia gesso lá. Agora, não há mais gesso.

Ó Getúlio, eu lhe agradeço por ter permitido nascer esse hospital. Ó Getúlio, eu lhe peço perdão por esse desrespeito, por esse hospital que tem o seu nome, o nome desse homem dedicado e extraordinário. Ó Getúlio, inspire o Lula.

Getúlio foi somente a Buenos Aires, e os outros presidentes, como Franklin Delano Roosevelt, Perón, vieram aprender com ele. Então, que Getúlio, que, naquela época, nos anos 30, conseguiu implantar o ícone do serviço de saúde do Nordeste, que é o Hospital Getúlio Vargas, inspire o nosso Presidente da República, inspire-o a sentir as necessidades do pobre, do sofrido.

Dizem que o Presidente da República nasceu no Nordeste. Está certo. Mas de lá saiu pequenino e se esqueceu. Ficou envolvido pelo núcleo duro e passou a servir os que servem ao dinheiro, ao capital. Ele desobedeceu aos ensinamentos de Rui Barbosa, primazia ao trabalho...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Cristo fez o Pai-Nosso que nos salva. Permita-me, irmão Cristo, que neste minuto final as minhas palavras cheguem aos céus, cheguem ao núcleo duro do Planalto, à consciência de Lula, para reclamar para o Piauí atenção e respeito aos problemas nossos de saúde. Nunca fomos tão esquecidos como atualmente.

Assim, estas palavras são dirigidas ao Ministro da Saúde, que é nordestino: lembre-se de fazer o HGV voltar a ser aquilo que foi no sonho e no ideal de Getúlio Vargas – que a saúde fosse como o sol, igual para todos.

Minhas últimas palavras são de gratidão e respeito aos profissionais de saúde, que engrandecem aquele hospital, orgulho de todos os piauienses.

Era o que tinha a dizer, agradecido pelo tempo que me foi concedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convido o Senador Mão Santa para assumir a Presidência dos trabalhos. (Pausa.)

O Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com muita honra, concedo a palavra ao extraordinário Senador da República brasileira, oriundo do Rio Grande do Sul, que é, sem dúvida, uma das estrelas maiores do Partido dos Trabalhadores: Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a a maneira carinhosa como se dirige a todos os Senadores, fortalecendo o trabalho de cada um de nós. Da mesma forma como V. Ex^a tem nos homenageado no plenário, o Brasil, com certeza, reconhece em V. Ex^a um dos melhores Senadores que esta Casa já teve. E, há poucos minutos, V. Ex^a me contava sobre a sua caminhada em Santiago e Montevidéu, onde também se assiste à TV Senado. Dessa forma, conhecem bem o trabalho de todos nós.

Senador Mão Santa, vim à tribuna hoje falar das famosas células-tronco – V. Ex^a, que é médico, conhece o assunto mais do que ninguém. É claro que defenderei a aplicação das células-tronco, mas, antes de falar do tema, se o tempo me permitir, quero dizer que recebi agora um artigo do jornalista Roberto Monteiro, publicado em **O Diário**, de Mogi. Ele faz um comentário, Senador Mão Santa, sobre discurso que fiz na tribuna no qual tive um aparte de V. Ex^a elogiando o assunto que eu tratava, da não discriminação do homem no seu potencial de vida, que é a partir dos quarenta, quarenta e cinco anos. Vou ler o artigo, que achei muito bom, não só porque fala desse tema – tenho um projeto que visa incentivar as empresas a contratarem pessoas com mais de quarenta e cinco anos, que vai na linha do Programa Primeiro Emprego, para o jovem –, mas também do emprego para o profissional experiente, seja homem ou mulher, com mais de quarenta ou quarenta e cinco anos.

Diz Roberto Monteiro n'**O Diário de Mogi**:
Envelhecer é chato.

Às vezes imagino coisas que me deixam assustado. Outro dia,...

Senador Mão Santa, interrompo o meu pronunciamento para que V. Ex^a possa cumprimentar...

(Às 09:42 horas ingressa no plenário o Sr. Presidente do Senado, Renan Calheiros, acom-

panhado do Sr. Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez e sua comitiva em visita à Casa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– É com grande satisfação que anunciamos a entrada, neste recinto, do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, acompanhado do grande líder latino-americano Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Da tribuna, cumprimento também V. Ex^a. Seja bem-vindo ao Parlamento brasileiro, enquanto que o nosso Presidente assume os trabalhos neste momento.

(O Sr. Mão Santa deixa a Presidência que é ocupada pelo Presidente Renan Calheiros.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Peço licença ao Senador Paulo Paim para que, honrados, possamos receber e homenagear a visita do Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez. Para que isso possa verdadeiramente se corporificar, concedo a palavra ao Senador Eduardo Matarazzo Suplicy para saudar o Exm^o Sr. Presidente do Uruguai em nome do Senado Federal.

Em seguida, daremos a palavra ao Senador Pedro Simon, que é o representante da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP.

Para uma saudação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Srs. Senadores, estimado, queridíssimo Presidente Tabaré Vázquez, Srs. Ministros, Chanceleres e queridos Senador Pedro Simon, Presidente da Comissão Mista do Mercosul, Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Mão Santa, que foi Governador do Piauí, Senador Paulo Paim, que, como o Senador Pedro Simon, é do Rio Grande do Sul, vizinho ao Uruguai. Ali, numa das principais praças de Montevidéu, há uma estátua muito interessante e bonita que representa uma pessoa tentando retirar uma carroça encalhada num buraco, um carro de boi, e levá-lo à frente. Isso tem uma simbologia muito interessante porque é como se aquele condutor do carro de boi estivesse procurando tirar o veículo daquele buraco e levá-lo adiante, ao seu destino. Posteriormente, ele procurará por outros buracos pela frente para garantir que o carro-de-boi possa chegar ao seu destino.

V. Ex^a, Presidente Tabaré Vázquez, hoje é essa pessoa que levará seu país, sua nação ao seu destino, saindo dos grandes obstáculos que por vezes perturbaram tanto seu país como o nosso. V. Ex^a tem sido exemplo ao longo de sua vida, inclusive como médico que faz questão de prosseguir com sua prática. V. Ex^a está dando exemplos formidáveis ao seu povo e a to-

dos nós, inclusive nós brasileiros. O próprio Presidente Lula fez questão de estar presente à sua posse.

Li da tribuna do Senado o seu discurso de posse porque o considerei tão bonito e síntese de anseios que são nossos também em busca de liberdade, justiça, democracia e valores tais como os de verdadeira integração dos povos, sobretudo da América do Sul, do Mercosul.

Recentemente tivemos problemas ali na fronteira do Paraguai com alguns brasileiros que tinham facilidade de ir e vir e agora estão com dificuldade. Ontem eu conversava com o Senador Pedro Simon e perguntei como estava na fronteira do Uruguai com o Brasil e ele falou que ali os brasileiros e os uruguaios vão e vêm sem qualquer problema. E temos como ideal que se for para integrar de fato o Brasil, o Uruguai, o Paraguai, a Argentina e toda a América do Sul, que seja não apenas do ponto de vista do capital poder se mover, dos bens e serviços poderem se mover, mas sobretudo dos seres humanos poderem se mover e haver uma verdadeira integração e sobretudo o direito inalienável de todos nós podermos participar das riquezas de nossas nações com o direito à vida.

V. Ex^a em sido como o bom sal da terra, aquele que dá exemplos a todos para que todos os uruguaios se tornem melhores e todos nós seus vizinhos e queridos companheiros dos uruguaios possamos também seguir bons exemplos. Seja muito bem-vindo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy e indago do Senador Pedro Simon se gostaria de complementar, em nome de todos nós, a saudação?

Sabemos da agenda do Exm^o Sr. Presidente, mas a idéia do Senador Eduardo Suplicy nos deixou felizes com a possibilidade de rapidamente prestar esta homenagem aqui no Senado Federal.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para uma saudação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tabaré Vázquez, o Senador Eduardo Suplicy falou a V. Ex^a em nome da Nação Brasileira. Eu falarei em nome do Brasil, mas especialmente em nome do Rio Grande do Sul.

Nós, do Rio Grande do Sul, temos com o Uruguai uma relação de carinho, de amizade. Praticamente somos um Estado a continuação do outro. Nós, do Rio Grande do Sul, aprendemos a conviver com o Uruguai e a respeitá-lo; a ter um carinho tão intenso pelo Uruguai que muitos dos nossos símbolos e exemplos vêm daquela grande pátria. Pode acreditar: no Rio Grande do Sul, nós esperávamos há muito a vitória da Frente Ampla e a sua vitória. Pelo seu nome, sua biografia,

sua dignidade, pelo que V. Ex^a representa, eu quero crer que a democracia haverá de se consolidar no Uruguai. Quero crer que a democracia haverá de se consolidar no Uruguai. Quero crer também que haverá mais justiça social. Assim V. Ex^a haverá de conduzir, tenho certeza absoluta, a nação uruguaia.

Para nós, o Uruguai é um grande exemplo, exemplo de um país pequeno, mas extraordinário, que espelha dignidade e honradez. Nós todos somos muito gratos ao Uruguai porque nas horas difíceis por que passou nosso país, ele acolheu os brasileiros exilados, principalmente os gaúchos. Muitos deles, anos a fio, como o ex-Presidente João Goulart, o Dr. Leonel Brizola e outros, receberam daquele povo o carinho, o afeto, que lhes faltavam em nosso País.

Acredite, bravo Presidente Tabaré Vázquez, nós rezamos e torcemos para que seja exitosa essa experiência nova do Uruguai, decorrente da grande vitória do seu Governo, e para que V. Ex^a corresponda aos anseios dos uruguaio e dos brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Honrados, mais uma vez, agradecemos a presença de V. Ex^a, Presidente Tabaré Vázquez. Esta visita nos honra muito e, sobretudo, reafirma o vínculo de amizade que une nossos povos.

Presidente Tabaré Vázquez, em V. Ex^a depositamos plena confiança. Temos certeza de que V. Ex^a conduzirá o seu País e o seu povo para a prosperidade, a igualdade e o progresso social.

Devolvo a palavra ao Senador Paulo Paim.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Mão Santa e peço licença para me retirar.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Antes de conceder a palavra ao Presidente Tabaré Vázquez, do país amigo Uruguai, quero dizer que, ao longo da história, só um instante – um minuto – o Brasil não gostou do Uruguai. Foi quando Ghiggia, em 1950, calou este País com 2 a 1.

O nosso respeito e o nosso aplauso a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Presidente Tabaré Vázquez.

O SR. TABARÉ VÁZQUEZ (Presidente da República Oriental do Uruguai) – Muito obrigado.

Desejo expressar-me em nome do povo uruguaio, a quem represento, em nome do Governo do meu país, em nome da Delegação que me acompanha a

este lindo País, a este País-irmão, tão querido pelos uruguaio, e também em meu nome.

Nesse sentido, expressei o nosso mais profundo agradecimento, não só pelas palavras ditas pelos Srs. Senadores que me precederam, como também agradecer a todas as demonstrações de afeto com que nos recebe e sempre nos recebeu o Governo, o Poder Legislativo, o representante do Poder Judiciário e o povo brasileiro. Reitero o nosso profundo agradecimento por tudo isso.

Aqui estamos para ratificar o nosso compromisso político no sentido de impulsionar e ajudar, conforme nossas modestas possibilidades, para um maior e melhor Mercosul, um processo de integração regional muito mais forte do que o que temos mantido até então, que contempla um dos aspectos de integração: o mercantilista ou comercial, e estendê-la ao campo político, cultural, social, científico e tecnológico.

Creio que nossos povos e os nossos países perdem soberania quando estão sozinhos no mundo de hoje e ganham soberania quando são capazes de estreitar laços de união, a que a história e o destino nos conduziram, levando-nos a nos comprometer numa integração real e profunda; uma integração que tem que ter um objetivo, senão a integração não serve para nada. Esse objetivo é melhorar a qualidade de vida dos cidadãos de nossos países.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, nos comprometemos, o Uruguai e eu, como Chefe do Governo, a impulsionar e levar adiante tudo o que for necessário para o fortalecimento do Mercosul e, mais do que isso, também fortalecer as relações bilaterais históricas e tradicionais, não só entre os nossos governos, mas fundamentalmente entre os nossos povos.

Com essas palavras, encerro a minha fala, expressando, mais uma vez, meu profundo agradecimento pelas suas palavras e por nos haver honrado, recebendo-nos neste recinto tão importante da Nação brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Que Deus acompanhe o Presidente Vázquez! Muitas felicidades. É extraordinária nossa admiração ao país de V. Ex^a e – falo como médico – a um dos maiores obstetras e ginecologistas da história da medicina no mundo: Professor Caldero Bacia. A ele, nossa homenagem, nosso respeito.

(Às 9 horas e 56 minutos deixam o recinto do Plenário o Presidente Renan Calheiros e o Presidente Tabaré Vázquez e sua comitiva.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao extraordinário Senador gaúcho, do Partido dos Trabalhadores, Paulo Paim, para a conclusão do seu discurso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. eminente Senador Mão Santa, foi com muita alegria, que interrompemos nosso pronunciamento para receber o Presidente Tabaré Vázquez, recentemente vitorioso numa caminhada que, em nossa avaliação, muito fortaleceu o processo democrático em toda a América Latina e, com certeza, como S. Ex^a disse, o Mercosul, que nos dá tanta esperança.

Sr. Presidente, eu pretendia falar sobre a célula-tronco, assunto que tem muito a ver, com nosso envelhecimento e com a homenagem que ontem prestamos aos portadores de deficiências e sobre a vida do cidadão com mais de 45 anos. Porém, como há poucos minutos, recebi um artigo publicado em **O Diário de Mogi**, de autoria do jornalista Roberto Monteiro, vou lê-lo, porque entendo que ele toca nesse assunto que gostaríamos que fosse a tônica de grande parte da discussão quando enfrentarmos a reforma sindical, a reforma trabalhista e que aponte na direção de mais emprego e da não-discriminação do cidadão com mais de 40 anos.

O artigo de Roberto Monteiro, cujo título é “Envelhecer é chato”, é o seguinte:

Às vezes, imagino coisas que me deixam assustado. Outro dia, me veio a estrambótica idéia de botar “camisinha” na minha imaginação. Assim eu evitaria a contaminação desta coluna com crônicas desinteressantes. A gente que transa a escrita precisa de preventivos contra a mediocridade digital.

Anteontem eu procurava um assunto para esta crônica nesta sexta-feira. Queria um assunto que fosse realmente interessante. Ah! Como é difícil encontrar temas interessantes para o preenchimento desta coluna semanal.

Como já disse, eu espremia minha massa encefálica para tirar dela uma boa idéia. Eis o que aconteceu. O meu televisor estava conectado com o canal da TV Senado, na SK00Y. Eu via e ouvia os discursos de alguns senadores.(...)

Mas aí chegou a vez do senador petista **Paulo Paim**.

Diz ele:

Que surpresa! O discurso do Paim, que teve a duração de 15 minutos, entrou pelo meu ouvido direito e fez ninho no meu cére-

bro. E desse ninho decidi retirar o ovo desta crônica.

Mas qual foi o tema do discurso do senador Paim? Foi um tema que há muito tempo pede vozes como a voz do senador Paim. Voz com palavras que mereceram minha atenção. O senador criticou a marginalização das pessoas mais velhas no mercado de trabalho. Após os 45 anos, profissionais competentes não conseguem um emprego.

E o que acontece? Acontece algo que faz parte da estupidez humana. Profissionais de alta competência, experientes, são substituídos por profissionais mais jovens. Mais jovens, mas menos competentes. E menos experientes.

E o jornalista continua:

Não tenho nada contra os jovens profissionais. Mas eles teriam muito o que aprender com os profissionais idosos, que se encontram perfeitamente adaptados aos novos tempos. Aposentadoria é um prêmio por serviços prestados e não um atestado de inutilidade física e mental.

É verdade. Há profissionais que, uma vez aposentados, cancelam as atividades mentais. Desprezam o poder do cérebro, substituindo a inteligência pela inércia. Mas há profissionais, e não são poucos, que envelhecem usando, e até abusando, da inteligência viva.

A idade judia do corpo mas não afeta o cérebro, desde que esse seja utilizado, alimentado por novos conhecimentos, como a leitura. Há os que envelhecem preocupados com o corpo. Mas felizes são os que envelhecem preocupados com o fortalecimento da inteligência.

Artistas plásticos, inventores, escritores, teatrólogos, filósofos que chegaram à velhice com o cérebro ativo. Não apenas homens, mas também mulheres. O senador Paim é contra o desperdício de cérebros ativos e criativos, que muito poderiam estar ocupando lugar de relevo em todas as atividades profissionais. E políticas. Está assim de idosos ocupando cargos eletivos, tanto no Executivo quanto no Legislativo.

Mas eu não vou ultrapassar os limites desta coluna. Mas estou satisfeito por ter encontrado um assunto que deveria merecer mil crônicas e um milhão de discursos. Exagero? Jamais haverá exagero no que é útil e construtivo.

Sim, envelhecer é chato, mas a vida não perdoa. Vamos pois envelhecer colocando o cérebro acima da fisiologia e da anatomia. Afinal de contas, envelhecer é entrar no reino da melhor idade. Não é o que dizem?

E aí termina a coluna de Roberto Monteiro.

Segue aqui ainda informação sobre o autor da coluna:

Um dos mais antigos jornalistas de O Diário, **Roberto Monteiro** é um verdadeiro literato. Seus textos abordam de tudo um pouco, fazendo um registro da realidade e da imaginação, em entrevistas com personagens históricos.

Sr. Presidente, leio o artigo do jornalista Roberto Monteiro, do jornal **O Diário**, de Mogi, não porque ele elogiou o meu discurso. Leio o artigo, Sr. Presidente, porque fiquei sensibilizado quando ele disse, no encerramento de seu discurso, que a luta para que o cidadão, homem ou mulher, com mais de 45 anos tenha acesso ao posto de trabalho, tenha o direito a trabalhar mereceria um milhão de colunas, um milhão de discursos.

É um assunto que tem que ser debatido pela sociedade, como o foi, quando, Sr. Presidente, levantei o tema do combate à discriminação na Câmara dos Deputados há dez anos. Tentei incluir no Estatuto do Idoso um artigo, que foi retirado, concedendo incentivo fiscal para a empresa que mantivesse em seus quadros no mínimo 20% de profissionais com mais de 45 anos. Mas não foi aprovado.

Voltei ao tema, Sr. Presidente. Agradeço os milhares de *e-mails* que recebi, falando disso e mostrando que é uma realidade.

Gostaria de deixar muito claro aqui – e entendi muito bem o artigo do jornalista Roberto Monteiro – que ninguém aqui é contra o primeiro emprego. Seria uma burrice ao contrário! Ninguém é contra a necessidade de prepararmos nossos jovens para entrar no mercado de trabalho. Por isso, quando o Ministro Tarso Genro esteve aqui, a primeira pergunta que lhe fiz foi como estava, na visão dele, o ensino profissional, o chamado ensino profissionalizante. É esse o ensino que vai garantir ao nosso jovem, enquanto se prepara para o vestibular, o direito ao trabalho, já tendo uma profissão, que permitirá pagar a universidade – sabemos que, infelizmente, neste País, 90% dos nossos jovens são obrigados a pagar a universidade.

Então defendemos, e muito, o primeiro emprego. Mas entendemos também, Sr. Presidente, que a experiência acumulada do nosso povo, da nossa gente, dos homens e mulheres com mais de 40, de 45 anos não pode ser jogada na lata de lixo.

Lembro-me de que uma época fiquei quase um ano no Japão. Fui numa missão com empresários, indicado como sindicalista. Lá no Japão acontece muito isto: a pessoa vai envelhecendo e vai se tornando mestre – inclusive troquei até de empresa. É instrutor, professor, embora não tenha, em muitos desses casos, o nível universitário.

O objetivo deste pronunciamento, Sr. Presidente, vai na linha de que devemos fortalecer o ensino profissionalizante, para que a nossa juventude tenha acesso à educação, mas também a uma profissão, e que, efetivamente, os pais de família, as mães, enfim, o homem e a mulher com mais de 40, de 45 anos tenham acesso, tenham o direito ao trabalho para poder dirigir a sua vida, a da sua família, a dos seus amigos, a sua caminhada.

Então, faço questão de que esse artigo seja contemplado na íntegra, Sr. Presidente, reproduzido aqui e nos órgãos de informação da Casa, dentro, é claro, do respeito aos direitos autorais, conforme estabelece os direitos reservados – 103/614.

Sr. Presidente, eu ia falar mesmo sobre células-tronco, mas como recebi da minha assessoria um belo trabalho, Senadora Heloísa Helena, sobre células-tronco claro que reafirmando a importância, para toda a nossa gente, das células-tronco. Gostaria que V. Ex^a considerasse este meu pronunciamento como lido na íntegra, aqui da tribuna, pela sua importância.

A expectativa, a esperança de milhões e milhões de pessoas, não só no Brasil como no mundo, é de que avancemos, o mais rápido possível, nesse debate das células-tronco. Claro, hoje já é lei; mas não é só a lei; é preciso investimentos para que continuemos avançando.

Ontem mesmo, fazíamos uma homenagem às pessoas portadoras de deficiência. Recebi muitas delas em meu gabinete na semana passada. Eles estão se mobilizando para que haja investimento, para que a ciência avance ainda mais, que os estudos rapidamente assegurem o acesso efetivo da nossa população V. Ex^a, que é médico a esse expediente tão poderoso da célula-tronco como forma de recuperação de grande parte dos brasileiros.

Se V. Ex^a me permitir, vou ler somente a última página.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Tenho ainda um minuto.

No momento em que a Mãe Natureza gerava sua família, ela assegurou-se de que a vida deveria conter, ao mesmo tempo, simplicidade e complexidade. Cada

peça do quebra-cabeça, mesmo a sua menor parte, tem um papel, de maneira que esta possa ser montada e mantida em equilíbrio.

Para que o ser humano compreenda todo o contexto, são necessários humildade e orgulho para continuar lutando pela vida, a fim de aceitar que somos pequenos diante do universo. Será que estamos preparados? Será que todas as pessoas terão efetivamente acesso a tratamento com células-tronco, se não tivermos mais investimentos? Como poderemos saber se os embriões que possam vir a apresentar algum tipo de deficiência de fato serão assegurados também para os mais pobres? Terão os mais pobres direito à vida?

Na verdade, o que queremos efetivamente trazer à reflexão de população é a imperiosa necessidade de as pessoas efetivamente pensarem como seres humanos, nos seres humanos, aceitando naturalmente suas diferenças e contribuindo para a chamada política de igualdade.

Evoluir tanto a ciência como as religiões, isso porque, aqui no documento, cita-se que há um setor da sociedade articulada e parte da religião que ainda resiste à discussão das células-tronco.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB PI) – V. Ex^a pode usar mais da palavra, porque a Presidência entende que este Parlamento deve muito a V. Ex^a. Deve consideração, respeito e também tempo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Muito obrigado, Sr. Presidente.

São cinco frases.

Evoluir, tanto a ciência como as religiões, para o futuro, onde o ser humano seja, de fato, o centro de todas as ações. Nossas gerações futuras dependerão da integridade e do amor ao próximo praticados pelos indivíduos de hoje, que, aliados ao desenvolvimento científico, técnico e ético, trarão os resultados consistentes e duradouros tão esperados por todos nós.

Sr. Presidente, ao longo do pronunciamento, falei da importância de se investir cada vez mais nesse caminho da célula-tronco.

Cumprimento V. Ex^a, que, além de médico, é um dos defensores dessa teoria.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde os tempos das cavernas, nunca o homem avançou tanto nos estudos científicos e tecnológicos como nos últimos dez anos.

Mediante pesquisas e diversos estudos, o ser humano vem desenvolvendo ferramentas importantes para sua melhor qualidade de vida, como a criação de vacinas para doenças até então incuráveis, a invenção de aparelhos como o telefone, os aparelhos celulares, microcomputadores, fax, meios de transporte e assim por diante.

Hoje, a ciência já permite ao homem vislumbrar uma revolução humana, onde já é possível determinar características físicas de cada indivíduo.

Prova disso, é a mais recente descoberta das células tronco, um estudo aprofundado de cientistas e médicos que ganha forma a cada dia, conquistando espaços que até então estavam esquecidos.

Neste contexto, aparecem soluções para os mais diversos problemas de saúde, trazendo resultados de cura para doenças que levam à degeneração de órgãos e tecidos dos indivíduos.

Células-tronco são células imaturas, com grande capacidade de proliferação e de originar diferentes tipos celulares e que não possuem características que as diferenciem como uma célula da pele ou do músculo.

Tal diferenciação tem chamado a atenção dos cientistas. As últimas pesquisas mostram que as células-tronco podem recompor tecidos danificados e, assim, teoricamente, tratar um infindável número de problemas, como alguns tipos de câncer, o mal de Parkinson e de Alzheimer, doenças degenerativas e cardíacas ou até mesmo fazer com que pessoas que sofreram lesão na coluna voltem a andar.

Basicamente, há dois tipos de células-tronco: as extraídas de tecidos maduros de adultos e crianças ou as de embriões.

No caso das extraídas de tecidos maduros como, por exemplo, o cordão umbilical ou a medula óssea, as células-tronco são mais especializadas e dão origem a apenas alguns tecidos do corpo.

Já as células-tronco embrionárias, mostram-se cada vez mais eficazes para formar qualquer tecido do corpo. Esta é a razão pela qual os cientistas desejam pesquisar estas células para possíveis tratamentos.

Segundo os cientistas, seriam usados apenas embriões descartados pelas clínicas de fertilização e que, mesmo se implantados no útero de uma mulher, dificilmente resultariam em uma gravidez. Ou seja, embriões que provavelmente nunca se desenvolverão.

Porém, essa idéia esbarra na oposição de setores religiosos que consideram que a vida começa no momento da concepção e só aceitam as pesquisas em células tronco maduras.

Para tornar a questão ética ainda mais complexa, o implante de células-tronco seria mais eficaz se extraído de um embrião clonado do próprio paciente,

pois evitaria o risco de rejeição. Esse procedimento só não serviria para pessoas que apresentam doenças genéticas.

E então nos perguntamos: Como serão avaliados os casos em que o embrião poderá não se desenvolver? Será que os cientistas e pesquisadores não irão descartar vidas que possuam algum tipo de deficiência, cor de pele ou etnia, em benefício de uma sociedade de iguais, onde não existam as diferenças?

Por estes e por outros avanços, é necessário reconhecer que o ser humano é um ser único e precisa ser visto como tal. Devemos respeitar as diferenças culturais, sociais e individuais, e que todos esses benefícios deverão estar à disposição de todas as pessoas, independente de sua classe social.

Quando abordamos a natureza, podemos perceber que todas as criaturas vivas possuem a mesma estrutura de código genético - o DNA. Em dado momento do processo, os códigos começam a se diferenciar, trazendo identidade peculiar a cada espécie, a cada ser.

Um dos aspectos mais satisfatórios para o indivíduo é descobrir que o mesmo DNA, responsável por tantas semelhanças entre os seres vivos é também aquele que os torna tão diferentes e individuais.

No momento em que a Mãe Natureza gerava sua família, a mesma assegurou-se de que a vida deveria conter, ao mesmo tempo, simplicidade e complexidade. Cada peça do quebra-cabeças, mesmo a sua menor parte, tem um papel, de maneira que esta possa ser montada e mantida em equilíbrio.

Para que o ser humano compreenda todo o contexto, são necessários humildade e orgulho, a fim de aceitar que somos pequenos diante do universo. Será que estamos preparados para tudo isso? Será que todas as pessoas terão acesso a tratamentos com células tronco?

Como poderemos saber se os embriões que possam vir a apresentar algum tipo de deficiência no futuro, terão direito a vida?

Na verdade, o que queremos efetivamente trazer à reflexão de nossa população? É a imperiosa necessidade de as pessoas efetivamente pensarem como seres humanos, nos seres humanos, aceitando naturalmente suas diferenças.

Evoluir, tanto a ciência como as religiões, para um futuro, onde o ser humano seja o centro de todas as ações. Nossas gerações futuras dependerão da integridade e amor ao próximo praticados pelos indivíduos de hoje, que aliados ao desenvolvimento científico, técnico e ético, trarão os resultados consistentes e duradouros tão esperados por todos.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nossos aplausos ao Senador por suas palavras.

O que disse V. Ex^a me reportou ao Senado romano. Invoco Cícero e suas palavras, ditas no dia em que ele recebeu garbosos comandantes do Exército romano, jovens fortes, preocupados com a velhice. Ele também havia sido militar. E disse: “Não vos preocupeis. Na velhice, desenvolveremos a inteligência. Estou feliz porque, pela minha inteligência, tenho feito leis boas e justas, que servirão a Roma e inspirarão o mundo”. V. Ex^a reintroduziu a sabedoria e a inteligência neste plenário.

Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, do PMDB de Rondônia, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, do Estado do Piauí, guerreiro, prefeito, governador, e agora presidindo, com honra, o Senado Federal; Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil já deitou e acordou, no dia de ontem e no dia de hoje, com uma ótima notícia: começamos a galgar posições na classificação das maiores economias do mundo. Já fomos a oitava economia do planeta, perdemos posições, fomos para a décima quinta e agora estamos voltando: estamos na décima segunda posição das maiores economias do mundo.

Os frutos dessa economia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda não são sentidos no seio da sociedade. Esperamos que o Brasil continue galgando posições, que possamos voltar à oitava, quem sabe à sétima, à sexta, e, no futuro, porque somos um gigante ainda um tanto adormecido, quem sabe possamos chegar à primeira posição no *ranking* mundial.

Sr. Presidente, ocupo esta tribuna, mais uma vez, para falar de obras no meu Estado, obras que estão sendo esperadas há muito tempo. Ainda quando Governador do Estado, criei uma companhia de gás, a Rongás, há quase dez anos, na esperança de que um dia o gasoduto Urucu–Porto Velho pudesse ser construído. De lá para cá, isso está virando uma novela. O projeto está pronto há mais de três anos, mas a bendita licença ambiental não sai, porque os burocratas do Governo, alguns do Governo passado, outros do Governo atual, não querem que saia.

A Bancada federal de Rondônia – os onze Parlamentares, os três Senadores e os oito Deputados Federais –, toda a Bancada estadual da Assembléia Legislativa, de todos os Partidos, o Governo do Estado, o Prefeito da capital, Porto Velho, que é do PT foi eleito agora, recentemente, pelo Partido dos Trabalhadores, fazem coro, pedindo não só a obra do gasoduto Urucu–Porto Velho, mas as obras das hidrelétricas do rio Madeira, Girau e Santo Antônio, que vão gerar 15

mil empregos, que vão gerar 7 mil megawatts para o Brasil, não só para Rondônia, não só para a Amazônia, mas para o Brasil.

Eu queria falar aqui hoje especificamente do gasoduto, porque é mais antigo. Quanto às usinas do Madeira, o projeto é mais novo; portanto, ainda podemos ter um pouco mais de paciência. Quanto ao gasoduto, Sr. Presidente, a paciência está esgotada.

Houve várias reuniões com a Ministra de Minas e Energia. S. Ex^a disse, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que é favorável à construção do gasoduto. O Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, disse-me também que é favorável ao gasoduto. O Presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) disse que depende agora do Ministério do Meio Ambiente para autorizar a licença ambiental.

Estamos muito enciumados porque, viajando pela BR-364, no meu Estado, ultrapassamos várias carretas transportando tubos enormes para a construção de um gasoduto, que não é o gasoduto Urucu-Porto Velho, é o gasoduto Coari-Manaus, praticamente na mesma extensão. Se pode ser autorizada a construção de um gasoduto cortando a selva amazônica de Coari-Manaus, por que não autorizar o gasoduto Urucu-Porto Velho, que substituirá a geração de energia de uma termelétrica, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que consome um milhão de litros de óleo diesel por dia? A substituição do óleo diesel pelo gás traria uma economia de R\$40 milhões por mês. Mas essa obra não sai com a alegação de ser por causa do meio ambiente. Tudo bem, penso que o meio ambiente na Amazônia deva ser preservado.

Quando Governador, assinei decreto de criação de 46 reservas florestais, uma soma de mais de 6 milhões de hectares de florestas foram criados no meu Governo. O Estado de Rondônia quer preservar 70% do seu território. Nos satisfazemos com 30% do território de Rondônia para produção de gado de corte, de gado de leite, para a agricultura familiar e para a pecuária, mas queremos preservar 70%. Por isso não hesitei quando criei essas 46 reservas no total de 6 milhões de hectares. Anotem bem esse número: 6 milhões de hectares.

A picada, o traçado do gasoduto Urucu-Porto Velho vai desmatar apenas 1.050 hectares. Vejam a diferença: de 6 milhões para 1.050. Será que não merecemos essa obra tão importante para Rondônia, que vai gerar três mil empregos, sobretudo na capital do Estado, que é uma capital pobre. Não temos o pólo industrial do Amazonas, que emprega 400 mil pessoas com os incentivos da Zona Franca de Manaus. Já falei desta tribuna que o Estado de Rondônia gostaria de

ter apenas 5% dos incentivos fiscais que o Estado do Amazonas tem, mas não temos.

Eu não queria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desiludir-me com o Governo Lula. Tenho votado sistematicamente a favor do Governo. Não só eu, toda a Bancada de Rondônia, os três Senadores e os oito Deputados Federais, têm votado sistematicamente com o Governo. Queremos o bem do Brasil. Não queremos o mal do Governo Lula, não queremos o mal do nosso País, mas queremos o desenvolvimento também da nossa região, do nosso Estado.

Faço aqui este apelo dramático, Sr. Presidente, porque Rondônia enfrenta problemas. Rondônia enfrenta problemas de geração de emprego. A nossa capital é pobre, talvez uma das mais pobres do Brasil. O desemprego é muito grande, por isso estamos lutando sempre por essas obras que vão gerar emprego, que vão gerar renda para o nosso povo, que vão gerar economia para o País, acima de tudo, com a substituição do óleo diesel pelo gás. Não é só a Termonorte que consome óleo diesel. Ainda há no interior do Estado várias unidades de geração de energia elétrica que consomem óleo diesel. O óleo vem de Manaus em barcas, em Porto Velho, é colocado em carretas, caminhões, que percorrem mais 1.300km para distribuí-lo em algumas regiões do Estado que não têm ainda a geração de energia a gás ou hidroelétrica.

Sr. Presidente, sinceramente, estou perdendo a paciência. Eu dizia, há pouco mais de um ano, que estava perdendo a paciência com relação às estradas. Fizeram a recuperação das estradas federais em Rondônia, que já começam a esburacar novamente. Mas, quanto a essa questão do gasoduto, estou perdendo a paciência.

Eu tentei falar com a Ministra Marina da Silva por duas semanas, porque queria de S. Ex^a apenas uma resposta. Estive com dois deputados federais, há umas três semanas, conversando com o Secretário Nacional de Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, um homem forte do Governo. Sabem o que ele nos disse, em sua sala, no Ministério do Meio Ambiente? "Quanto ao gasoduto vocês estão malhando em ferro frio. Esse gasoduto não sai." Ele disse que as usinas do Madeira, que também são obras importantes para o Brasil e para Rondônia, eram prioridade zero.

Eu admirei a franqueza e ainda disse aos Deputados: "Vamos embora. O que estamos fazendo aqui?" Admirei esse servidor público federal de alta patente do Ministério do Meio Ambiente ter tido a franqueza de dizer a um Senador da República e a dois Deputados Federais que, das obras mais importantes do meu Estado e da nossa Região, uma era prioridade zero do Governo, nas palavras dele, e a outra, do gasoduto,

que queríamos que saísse mais rápido, “estávamos malhando em ferro frio”. Se há dez anos criamos uma companhia de gás; se há três anos existe um projeto pronto para ser aprovado no Ministério do Meio ambiente para licença ambiental...

(Interrupção do som)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a ainda dispõe de mais de cinco minutos, de acordo com o Regimento e com a nossa fraternidade do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu dizia que há praticamente dez anos criamos a companhia de gás. Já há uns dois anos que a térmica, que gera 4000mgws de energia para abastecer Rondônia e o Acre, funciona a óleo diesel. Fora as outras unidades da Eletronorte e das Centrais Elétricas de Rondônia, Ceron, que abastecem também algumas regiões do Estado ainda a óleo diesel. Há três anos o projeto de construção do gasoduto está pronto, com um consórcio formado entre a TNG, que é uma empresa privada, e a Petrobras. Não é dinheiro do Orçamento da União, mas de uma empresa de economia mista, a Petrobras, e de uma empresa privada. O que nós queremos, Sr. Presidente, é a licença ambiental do gasoduto para construir essa obra.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Ouço-o com muito prazer, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Observo com atenção a manifestação de angústia de V. Ex^a, representante desse importante Estado brasileiro da região Norte, que sofre, como a maioria dos Estados da Região Norte, com a ausência de suas obras de infra-estrutura. Causa-me espécie, nobre Senador, que o apelo de V. Ex^a diz respeito a uma obra – como V. Ex^a afirma enfaticamente – de fundamental importância para o desenvolvimento da sua região, e na área de energia. Fico a me questionar se as dificuldades que o órgão ambiental brasileiro, Ibama, e o Ministério do Meio Ambiente têm em conceder licença para a implantação dessa obra prendem-se, exatamente, no que entendem ser uma agressão à floresta amazônica, ao ambiente que está no curso desse gasoduto. Mas não seria de se analisar, também, a diferença que nós teríamos com a combustão do gás e a combustão do óleo diesel? Sabidamente, a combustão do óleo diesel é extremamente danosa ao meio ambiente, muitas vezes maior do que a danosa combustão do gás. Essa questão deverá ser levada em consideração pelo órgão ambiental. O simples fato de que o gasoduto vai

atravessar uma parte da floresta amazônica seria o suficiente para se impedir essa obra. Eu entendo que V. Ex^a está coberto de razão. Precisamos convencer o Ministério do Meio Ambiente, principalmente o Ibama, de que o que há de mais importante na face da terra é o ser humano, e para ele precisamos envidar os nossos esforços e desenvolver as nossas ações para melhorar a qualidade de vida do brasileiro, principalmente os habitantes da região Norte e da região Nordeste, povos tão sofridos neste País. Associo-me às preocupações de V. Ex^a e também a este esforço para convencer os órgãos ambientais do País de que essa obra é muito importante.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha, pois o aparte de V. Ex^a, sem dúvida, engrandece, neste momento, o meu pronunciamento. Eu, portanto, o incorporo ao meu discurso.

Todos os cenários são favoráveis para a construção dessa obra, neste momento em que a Bolívia sobretaxa o gás que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – ...exporta para o Brasil em 50%, e as nossas jazidas de gás estão sendo desperdiçadas. Parte do gás de Urucu está sendo queimada porque a Petrobras já, há muitos anos, explora o óleo diesel e a gasolina, e o gás que sai da mesma jazida ou é reinjetado no solo – e há um custo para reinjetá-lo no solo para extraí-lo novamente no futuro – ou é queimado na atmosfera.

Sr. Presidente, encerro aqui o meu pronunciamento – V. Ex^a já foi generoso demais com o tempo – e peço desculpas aos nobres Senadores e Senadoras por ter me alongado, mas, sem dúvida, tem nos angustiado muito a falta de sensibilidade de algumas autoridades do Governo em relação ao assunto. Não quero, de maneira nenhuma, me desiludir com o Governo Lula, que acredito que está no caminho certo, mas ainda há alguns burocratas e assessores que têm que levar puxões de orelhas, e um deles é este cidadão...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agora o tempo da generosidade.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado.

Um deles é este cidadão do Ministério do Meio Ambiente chamado João Paulo Capobianco, que não tem nenhuma sensibilidade. Não sei qual o seu Estado, mas ele precisaria, com certeza, fazer uma visita, uma viagem à Amazônia, passando por Rondônia, Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Amapá, para co-

nhecer as nossas dificuldades e sensibilizar-se com os nossos anseios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– De acordo com a lista de inscrição, concedemos a palavra ao Senador, pelo PT do Distrito Federal, Professor Cristovam Buarque, que também é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} Srs. Senadores, alegro-me por estar presidindo esta sessão o Senador Mão Santa, muito sensível a assuntos que muitas vezes fogem do debate do dia-a-dia.

Venho fazer um alerta e um desafio. É um alerta inspirado, talvez, pela data de hoje, quando se completam 41 anos do Golpe Militar. Alerta inspirado pelos discursos desta semana, especialmente do Senador Pedro Simon, que fez dois discursos marcantes. Não vejo no ar risco de golpes militares. Longe disso. Hoje temos uma tropa disciplinada, tão disciplinada que agüenta calada seus baixos salários e a degradação dos seus equipamentos. Não há esse risco. Pode até haver, no futuro, risco de um Presidente civil usar as Forças Armadas. Mas esse risco eu não vejo hoje. O risco que vejo hoje é de um golpe ainda mais grave que o militar: é o golpe moral, dado pela opinião pública, contra nós, Parlamentares, no Congresso Nacional.

Esta semana não serviu só para lembrar o 1º de abril de 1964. Esta semana aconteceu um fato que deve servir para nos despertar: pela primeira vez, desde o *impeachment* do Collor, houve uma campanha para que as pessoas se vestissem de cor preta para manifestar o seu descontentamento não com este ou aquele, mas com o Congresso Nacional. E isso pode provocar um golpe moral sobre a democracia. Quando os canhões atiram no Congresso e fecham o Congresso, podemos sair de cabeça erguida. Mas quando os golpes morais cospem no Congresso, ficamos aqui cabisbaixos. E penso que muitos de nós estamos cabisbaixos, diante não só de alguns fatos da realidade, mas sobretudo diante de uma imagem que estamos colaborando para criar: de que aumentamos um pouquinho o salário mínimo e queremos aumentar muito os nossos salários; de que não damos recursos para água e saneamento, mas queremos aumentar as verbas de gabinete. Esse é o sentimento que a opinião pública tem hoje contra nós.

Além disso, Sr. Presidente, o próprio debate nesta Casa está deixando o povo tão impaciente quanto o Senador Valdir Raupp está com um projeto no Estado dele. Dia após dia discutimos aqui pequenas coisas,

pequenas desavenças, e o povo não entra aqui. Nesta semana mesmo, debatemos, na Câmara, e ganhamos, o Congresso em relação ao Poder Executivo, na questão da Medida Provisória nº 232. Mas foi um debate – sejamos francos – da parte rica da sociedade. Todos temos que estar a favor do debate, pois trata da redução de impostos. Mas o povo não foi ouvido, porque ninguém considerou para onde poderia ir o dinheiro desses impostos. Nos jardins do Congresso, havia faixas espalhadas contra a MP 232, que aumenta impostos de um grupo – sou contra o aumento de impostos, obviamente, haja vista a carga existente – e que queria reduzir o Imposto de Renda – sou favorável a essa redução –, beneficiando apenas a nós que pagamos esses impostos e não o povo que precisa disso.

Enquanto discutíamos esse assunto, não analisávamos o projeto da Senadora Heloísa Helena, presente neste plenário, que garante creches pelo Estado para todas as crianças brasileiras, sob o argumento de que não há dinheiro. Não se trata de haver dinheiro, mas de dar a essas famílias o direito de poder exigir, o que não vai ocorrer num primeiro momento, porque essas pessoas não terão força para isso, não usam gravata para entrar no Congresso, não sabem os caminhos dos *lobbies* e não têm dinheiro para colocar faixas nos jardins do Congresso. Trata-se de dar um direito, da mesma maneira que estabelecemos na Constituição que o salário mínimo deve ser suficiente para garantir uma vida digna para o trabalhador e sua família. Esse salário mínimo não existe, embora esteja determinado na Constituição, o que permite uma mobilização para que o direito se realize um dia, permite que o Senador Paulo Paim lute, nesta Casa, pelo salário mínimo. Se não estivesse fixado na Constituição, Senador Paulo Paim, V. Ex^a não poderia lutar. Se não inserirmos na Constituição o que pretende a Senadora Heloísa Helena em relação à creche, não poderemos lutar por essa causa e perderemos, como perdemos muitos, em relação ao salário mínimo.

Sr. Presidente, há uma nuvem no ar. Há um descontentamento no ar. Há um risco à própria democracia, que vem de dois caminhos: um para o qual contribuímos e o outro para o qual contribuímos nós e o Poder Executivo. Nossa contribuição pode ser vista nessas notícias de descontentamento da opinião pública, que nos vê como se fôssemos legisladores apenas em causa própria. Por outro lado, o maior avanço político que este País já teve foi a eleição do Presidente Lula, e, no entanto, ninguém vê passos concretos na direção da justiça social.

O povo vai se cansar, Sr. Presidente. É impossível saber quando, mas é absolutamente certo que isso acontecerá, como ocorreu há um mês na Bolívia,

cuja população cansou de ver uma democracia política em benefício apenas da parte incluída e rica da sociedade, desprezando os índios, os mineiros e os pobres da periferia das cidades.

O Brasil, nestes vinte anos de democracia, não tem sido diferente da Bolívia. Por isso, este é o meu alerta: não deixemos continuar como se nada estivesse acontecendo. Isso é falso, uma ilusão. Este País está pegando fogo dentro da consciência das pessoas. Isso pode ser demonstrado pela violência urbana, que, muitas vezes, é uma forma de manifestar descontentamento com a concentração de renda.

No Congresso Nacional ainda não nos encontramos para discutir um programa de distribuição de renda para a nossa população. Não discutimos, nesta Casa, um projeto para reduzir a desigualdade social, não discutimos programas concretos para mudar a realidade da educação básica no Brasil, estamos nos preparando para discutir a reforma universitária. Mas discutimos esta semana a redução de impostos, discutimos o que interessa na pequena disputa das pequenas coisas e no atendimento das reivindicações dos grupos incluídos, que fazem lobby, que usam gravata, que podem conversar conosco e nos pressionar por meio de *e-mails*.

Esse é o alerta. Há uma sombra no ar. Quando, um dia, a violência no País for tão grande que mais da metade esteja na violência, os errados serão os pacíficos. O País se transformou em uma fábrica de prisões e de candidatos a prisioneiros. Esse fato continua, sob os olhos de todos nós, Parlamentares, e ainda passamos a idéia de que nossa preocupação é apenas com os interesses pessoais.

Por essa razão, deixo um alerta e também um desafio no sentido – e pode ser uma ilusão fazê-lo – de que descubramos uma maneira de sair da agenda pequena que nos aprisiona nos minúsculos interesses de todos nós dentro deste terrível e frio ar-condicionado e tragamos para cá os interesses do calor lá de fora, das pessoas necessitadas. Que transformemos necessidades em demandas, a fim de que o povo passe a ter direitos e lute pela democracia. Construímos uma democracia, mas separamos o povo entre os que demandam e os que necessitam. Os que demandam exercem o poder aqui dentro; os que necessitam ficam marginalizados.

É o desafio que deixo, Sr. Presidente, com a sensibilidade que vejo em V. Ex^a e em todos os colegas.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Pois não, nobre Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Compartilho com V. Ex^a as preocupações que traz à Casa nesta manhã. Com muita propriedade, V. Ex^a faz afirmações que, seguramente, vão ao encontro das aspirações do povo brasileiro, principalmente dos grotões, dos desassistidos, dos desamparados. V. Ex^a tem razão, este é o mais importante foro de discussão dos grandes e graves problemas nacionais, mas o foco não está na direção correta. Onde está a discussão da segurança do cidadão, que é dever do Estado...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB - PI) – Senador Cristovam, V. Ex^a tem mais cinco minutos, de acordo com o Regimento Interno. Fique à vontade, pois o País tem uma dívida extraordinária com V. Ex^a que pode ser paga com o tempo que V. Ex^a desejar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Muito obrigado.

Mas gostaria de falar da dívida que nós, os líderes brasileiros, temos com o povo brasileiro. E não preciso de mais de cinco minutos para isso, embora agradeça muito a generosidade de V. Ex^a.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Cristovam Buarque, gostaria apenas de concluir o aparte, se V. Ex^a me permite.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Autorizo parte do meu tempo, generosamente concedido pelo Presidente Mão Santa.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Cristovam Buarque, comentava exatamente que alternativas o Estado tem buscado a fim de assegurar ao cidadão, ao pai e à mãe de família, que seu filho possa sair de casa para ir à escola ou ao trabalho, ou até para se divertir, e não haja riscos à sua integridade física. O que estamos fazendo para as novas gerações, em um mundo que cresce em progressão geométrica, em que o conhecimento também cresce em progressão geométrica? E a base de tudo, a sustentação, que é o ensino fundamental, perdeu a rota, perdeu o rumo. O que estamos fazendo para retomar a situação, que é fundamental para o desenvolvimento de qualquer povo e de qualquer nação? Nas questões de saúde, o País também vive uma situação dramática, em todos os Estados brasileiros. V. Ex^a tem razão. Este é o foro para discutir os problemas que interessam diretamente ao povo brasileiro. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Obrigado, Senador.

Se é pouco o que o nosso Governo, o meu Governo, o Governo do meu Partido vem fazendo pela segurança, ainda menos é o que vem fazendo para que não haja, no futuro, necessidade de segurança, devido

à pacificação da sociedade. O que falta são objetivos e metas, que foram o sonho de todos os que votamos no Presidente Lula, de todos os que ajudamos a construir e levamos o Partido dos Trabalhadores ao poder. Apesar de tudo, ainda tenho esperança, ainda acredito que é possível mudar. Até porque não teremos, durante muitos anos mais, uma liderança igual à de Luiz Inácio Lula da Silva. E, com todo o respeito aos outros Partidos, digo que será muito difícil haver um partido com o capital político do Partido dos Trabalhadores. Daí a nossa responsabilidade, daí o nosso desafio.

Concluo dizendo para o Congresso Nacional e para o Presidente Lula que está na hora de Sua Excelência se sentar para ouvir o que o Congresso quer dizer, não em função das coisas pequenas – nomeações de cargos e de postos, de resolução e liberação de emendas pessoais de cada um de nós –, mas que rumo pode tomar, não apenas por ser um Presidente competente, mas também o primeiro Presidente de um novo tempo neste país. Que faça com que fique para trás o período do autoritarismo político e da injustiça social, e que as liberdades políticas não demorem muito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Mas vejo um Senador que muito me honra pedir o aparte, que é o Senador Pedro Simon, ao qual dedico os dois minutos que ainda me restam, e, em seguida apenas agradecerei.

Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Mesa será tolerante porque o País quer ouvi-lo e segui-lo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Prometi a mim mesmo que não faria aparte a V. Ex^a, mas não posso deixar de ouvir o seu pronunciamento sem dizer o que sinto. V. Ex^a está sendo o verdadeiro amigo do Presidente Lula, V. Ex^a está fazendo um grande bem ao velho PT ao aconselhar, dizer o que está dizendo, que o Presidente ouça as pessoas que querem que ele vá bem, que torcem para que ele vá bem, mas que analise o contexto do que estamos vivendo e que faça aquelas mudanças que são necessárias. O mal do Presidente – aliás, de todos os Presidentes – é quando entra naquela roda vida, naquela corrida. As pessoas que o cercam, desde o momento em que sai de casa, são as mesmas. De certa forma, às vezes lhe falta tempo para parar, pensar e meditar no pronunciamento de V. Ex^a. Sempre terá aquele que lhe dirá: “Veja o que o Senador falou de Vossa Excelência!” E dirá isso em sentido pejorativo. Faltará aquele que, em sentido otimista, diria: “Aquele Senador, aquele

professor, aquele intelectual é um grande amigo seu e lhe deu um grande conselho”. Eu lhe felicito. Que bom seria se as pessoas como V. Ex^a, como Frei Betto e tantas outras que estão tentando falar com o Presidente, tivessem a felicidade de ser compreendidas por ele. Meus cumprimentos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Muito obrigado, nobre Senador.

Concluo, Sr. Presidente, pedindo – e o alerta deve ser feito por qualquer companheiro do Partido dos Trabalhadores – que o Presidente Lula não comemore o aumento do Produto Interno Bruto enquanto não puder comemorar a redução do analfabetismo, que não comemore o aumento das exportações enquanto não puder comemorar a garantia de que todo brasileiro terá onde morar, com água potável, coleta de lixo e esgoto.

Esse é um dos pontos que me assustam; ou seja, a alegria com que todos comemoram o crescimento econômico, fechando os olhos à tragédia social do Brasil. Não há política econômica boa se não for capaz de gerar os recursos necessários, por meio do Orçamento, que passa por aqui, para atender as necessidades do povo.

Sr. Presidente não concluo meu pronunciamento com pessimismo, pois acredito que a democracia ainda poderá soprar e espalhar as nuvens que pairam por aqui. Mas isso depende muito do pulmão de cada um de nós.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Tem V. Ex^a a palavra como Líder, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro dia estive no Rio de Janeiro, prestando solidariedade ao Prefeito daquela cidade, César Maia. Isso causou estranheza a alguns setores do meu próprio Partido, afinal de contas, César Maia é pré-candidato do PFL à Presidência da República e o PSDB terá candidato próprio a Presidente. O que fazia eu, supostamente reforçando a caminhada de alguém que poderia se opor ao meu Partido nesse médio prazo do embate eleitoral?

Chamou-me a atenção, Senadora Heloísa Helena, mais até do que o episódio gravíssimo da crise da saúde, com culpas para todos os lados, a agressão que o Governo Federal perpetra contra a Federação. Não era a saúde que o preocupava, mas o candidato César Maia, como agora acontece em São Paulo. Senador Pedro Simon, César Maia dizia: “Hoje é comigo.

Amanhã poderá ser com Geraldo Alckmin. Depois, com José Serra, com Germano Rigotto, com o Governador do Estado do Amazonas ou com o Governador do Estado do Piauí”. Até disse a ele: “César, dificilmente eles farão alguma coisa agressiva, com o Geraldo Alckmin como fizeram com você, porque o Geraldo Alckmin tem poderosa polícia militar; o Germano Rigotto tem poderosa polícia militar, mas prefeito nenhum está a salvo dessa ação arbitrária”.

Peço que se insira nos Anais da Casa, na íntegra, a nota já divulgada amplamente pela imprensa, do Governador Geraldo Alckmin sobre o episódio grotesco e grosseiro de ontem. E mais, que também se insira, na íntegra, matéria que vem do **site** “Primeira Leitura”, sob o título “Alckmin diz ser perseguido pelo governo Lula”.

Sr. Presidente, faço um histórico da escalada autoritária: 1. O Governo passou a defender projeto de lei que institui a chamada lei da mordça para os Procuradores da República. Vejamos todos que enquanto oposição o PT sempre foi contra o que ele próprio apelidou de mordça para os procuradores;

2. Na sequência, encaminhou ao Congresso projeto de lei que dispõe sobre a mordça para os jornalistas. O famoso projeto de lei que dispõe sobre a Fenaj e impunha o dirigismo ao setor foi rejeitado pela Câmara;

3. O governo também pensou na mordça – e estou repetindo a propósito a expressão “mordça”, Senador Pedro Simon – para as produções culturais, por meio do projeto da Ancinav, que se encontra ainda em fase de estudo no âmbito do Poder Executivo, apesar de ter sido noticiado que o governo teria desistido dessa malfadada agência;

4. Depois, pensou na possibilidade de, por meio de decreto, impedir que servidores públicos falassem pela imprensa, ou seja, apenas alguns escolhidos e eleitos poderiam dar a sua opinião para a mídia; os demais, calados. Essa brilhante idéia – e tenho que fazer de novo aspa oral: “essa brilhante idéia” felizmente não vingou;

5. Também pensou o Governo num decreto para permitir à Abin (Agência Brasileira de Inteligência) e à Polícia Federal acessar os sigilos bancário e fiscal dos investigados. Idéia acima dos preceitos constitucionais brasileiros;

6. Depois disso, o PT tentou cassar o direito de expressão dos Senadores. O PT foi à Justiça para processar o Senador Tasso Jereissati por este ter, de novo aspas orais, “ofendido” o tesoureiro do PT, Sr. Delúbio Soares* – a grande figura do Sr. Delúbio Soares. Imaginem o que poderia ser feito com o Presidente Lula, quando Sua Excelência se referiu à existência de su-

postos 300 picaretas no Congresso Nacional! Essa atitude evidencia um “ranço” autoritário no PT, que não sabe conviver com a crítica e traz para a vida pública brasileira as experiências que anda absorvendo pelo mundo, principalmente em Cuba, no Gabão e na Venezuela do Coronel Chávez;

7. O viés autoritário do Governo continuou e chegou ao mês de janeiro de 2005 impondo a censura prévia ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na divulgação de seus dados, com uma portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

8. A simpatia do Presidente por ditaduras causa espécie: Cuba, Gabão – a Venezuela não chega a ser uma ditadura, apesar da vontade do Coronel Chávez de vê-la sob um regime de força. E agora vemos notícias não explicadas. A revista **Veja** insiste, o Senador Demóstenes Torres insiste, e o Governo finge que não é para explicar nada mais sobre o caso Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), das supostas contribuições financeiras – quero até acreditar que contribuições financeiras possam não existir. Mas o que existia sempre era uma ligação entre a narcoguerrilha, o terrorismo, e o pensamento do PT, exposto amplamente no Fórum de São Paulo, que já tinha sido presidido pelo Presidente Lula, sucedido ou sucessor do representante das Farc nesse próprio Fórum de São Paulo;

Há um ano, denunciei o desvio de medicamentos brasileiros na fronteira do meu Estado com a Colômbia. Esses medicamentos deixavam de socorrer brasileiros desfavorecidos para auxiliar os narcoguerrilheiros, os lavadores de dinheiro das Farc.

9. Agências reguladoras – depois de ter aparelhado o Estado brasileiro, nomeando petistas derrotados para cargos no Poder Executivo, o Governo do Presidente Lula começou a aparelhar as agências reguladoras, nomeando, agora, os derrotados nas últimas eleições municipais;

10. Retrocesso do projeto que dispõe sobre a autonomia universitária;

11. Excessiva centralização tributária na União, ferindo o pacto federativo;

12. Intervenção federal nos hospitais do Município do Rio de Janeiro, com a preocupação secundária sobre a saúde e a preocupação primeira em cima do candidato do PFL, César Maia;

13. Uso mais do que exagerado das medidas provisórias, tirando prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo;

14. Leniência do Governo Lula com o MST – transferência de recursos ao movimento. Se tivesse a simpatia ideológica, seria um problema dele, eu não

participaria dessa simpatia. Mas estou discutindo aqui irregularidade na transferência e na aplicação de dinheiro público por parte do Movimento dos Sem Terra. No início, esse movimento é chamado de social e hoje, segundo a revista **Veja**, seria o Movimento – até pela malversação de recursos – marginal à lei;

15. Expulsão da Senadora Heloísa Helena e de três Deputados Federais do PT por absoluta elite de opinião e por serem esses quatro Parlamentares coerentes com o que deu voto na campanha de Lula, com aquilo que significava a essência do pensamento do PT. Certa ou errada, a Senadora Heloísa Helena costuma achar que erro em matéria econômica; eu costumo achar que S. Ex^a está equivocada. É um direito que não me impede de admirá-la cada vez mais. Agora, o fato é que ela não praticou nenhum delito. Ela apenas se manteve petista na essência. E por se manter petista na essência, foi expulsa violentamente, quando isso já não interessava praticamente a um partido que não recolhe os seus feridos, não recolhe os seus mortos.

16. Retenção, pelo Governo Lula, de recursos do Fundo de Participação dos Estados e da Lei Kandir, pertencentes ao Estado de São Paulo. Isso evidencia que o Presidente Lula e aqueles que defendem essa idéia são flagrantemente contra o povo daquele Estado. Reter recursos que podem melhorar a vida de uma população é dizer claramente que não se gosta daquele povo. Portanto, prezado eleitor de São Paulo, veja bem o que fazem os petistas deste Estado em Brasília. Deveriam trabalhar para melhorar a sua qualidade de vida e, no entanto, trabalham contra.

Este é um Governo autoritário, porque não consegue ser altivo. Não é altivo porque não é corajoso. Não é corajoso porque é medíocre. E é medíocre porque é autoritário. É um círculo vicioso que encastela o Presidente Lula em algo que se distancia da biografia que nós queríamos enxergar naquele brasileiro.

E indago: este é um Governo de dois pesos e duas medidas? A única companhia aérea que deve seria essa? Uma, é tratar de um jeito; a outra, de jeito diferente. Será que está prevalecendo algum compadrio? Na verdade, com esse episódio o Governo Lula e o PT deixam às escâncaras uma verdade: o Governo Lula e o PT são contra o povo do Estado de São Paulo, para atropelar a candidatura possível do Sr. Geraldo Alckmin à Presidência da República. Eles que para atropelarem o Sr. César Maia fizeram uma intervenção absolutamente artificial nos hospitais do Rio de Janeiro. Para atropelar a possível candidatura do Governador Geraldo Alckmin, eles agora retêm recursos de São Paulo, tendo como primeiro objetivo nitidamente o objetivo político.

Sr. Presidente, eu encerro dizendo a V. Ex^a algo que para mim está bem claro. Eu vejo em marcha, Sr. Senador Pedro Simon, uma campanha de desmoralização de um Presidente de Poder que tem cometido certos equívocos formais graves: o Presidente Severino Cavalcanti. É um assunto delicado de abordar, mas eu vou tentar fazê-lo. Alguns equívocos formais graves. Muito bem.

Quanto a essa história do nepotismo, de nomear parentes, de cargo para cá e para acolá, se o Presidente Lula não gostasse disso não estaria cercado de todos esses que não fazem política, a não ser em torno de cargos e de troca de favores. Essa é uma verdade! Vamos então tirar o véu da hipocrisia, de uma vez por todas, desse Governo hipócrita. De uma vez por todas!

O Presidente Lula não tem nada contra o fato de o Presidente Severino estar talvez querendo um cargo que satisfaça ao desejo fisiológico do seu Partido, o PP, senão ele não estaria distribuindo cargos a torto e a direito para os partidos satélites ao PT que nem sequer dão a ele maioria confortável que supostamente justificaria essa política fisiológica. Ele tem contra o Presidente Severino o fato de S. Ex^a ter vencido a eleição. Ele pega defeitos de Severino para, no fundo, no fundo, tentar chegar ao **impeachment** que diminua a independência da Casa. Ele pega defeitos de Severino para, no fundo, tentar impedir que o Presidente Severino exercite aquilo que tem sido a sua possível e potencial qualidade. Qual seria? A de ser um Presidente que é independente do Palácio do Planalto; um Presidente que governasse a Câmara sem que ela virasse um mero anexo do Palácio do Planalto. É isso e não a fisiologia que deixa o PT tão irritado; é isso e não a fisiologia que deixa o PT tão destrambelhado em relação ao Presidente Severino.

Senadora Heloísa Helena, está em marcha uma campanha com **out door** nesta cidade; é aquela velha história de quem for assim põe preto, quem for assado põe vermelho. Qualquer hora dessas, poderíamos propor isso sobre o caso Waldomiro Diniz: por exemplo, o Sr. José Dirceu tem envolvimento ou não tem? Quem achar isso coloca amarelo, quem não achar coloca roxo. Podemos fazer essa *média* de cores. Mas eu vejo em marcha um projeto de desestabilização do Presidente da Câmara, que para mim não é o Sr. Severino Cavalcanti, poderia ser o Sr. Greenhalgh; poderia ser o Sr. José Manoel de Alcântara, poderia ser qualquer um. É um Poder, independente, que escolheu seu Presidente por dois anos. Eu vejo em marcha um projeto autoritário consistente, que agrediu César Maia ontem, que agrediu Geraldo Alckmin hoje e tenta desestabilizar o Presidente da Câmara por qualidades possíveis e não por

seus defeitos, se o Presidente Lula me convencer de que de fato Sua Excelência não admite essa história de contratação de parentes. Eu não tenho nenhum parente contratado na Administração Pública, a não ser quem fez concurso. Fico muito tranqüilo especialmente em relação a todos esses episódios. O Presidente Lula teria uma ótima chance de se livrar, quem sabe, de 200 ou 300 fisiológicos que estão ao seu lado sem nem sequer garantir maioria efetiva para o seu Governo.

O Presidente Lula então pretexta que Severino Cavalcanti estaria cedendo ao jogo fisiológico para, no fundo, no fundo, tentar recuperar a Câmara dos Deputados, para, no fundo, no fundo, ter uma Câmara dos Deputados que faça a pauta de maneira dependente e faça a pauta de votações daquela Casa exatamente como quer a Casa Civil da Presidência da República. É isso e apenas isso!

Se isso contribuir, Senadora Heloísa Helena, para nós tirarmos o véu da hipocrisia deste Governo, fica aqui o alerta e mais uma vez o protesto. O Governo por este Senado não passa!

O Senador Pedro Simon dizia outro dia que nós fazemos uma Oposição muito saudável, correta, muito atenta às questões nacionais, muitas vezes deixando de tirar proveitos políticos para pensar em reformar e melhorar os projetos que estão aqui na Casa.

Quero fazer um anúncio, Sr. Presidente: nós queremos solução para São Paulo. Nós queremos, no macro, o fim do gesto autoritário. Nós queremos no micro, no detalhe, o fim dessa discriminação ao Governador Geraldo Alckmin. Assim como ofereci claramente solidariedade ao Prefeito César Maia – fui ao Rio para me solidarizar em nome do meu Partido – eu peço a solidariedade do PFL, como peço a solidariedade do PDT, peço a solidariedade dos Senadores independentes desta Casa – e vejo vários neste dia de plenário vazio, mas freqüentado por muitos, o percentual de Senadores independentes está muito alto, hoje – e peço a solidariedade para algo que é uma decisão do PSDB.

Nós não colaboraremos mais com as votações nesta Casa, a menos que o Governo, de uma vez por todas, se conscientize de que ele pode muito mas não pode tudo; de que ele tem força mas não é dono do País; de que ele não pode elaborar **dictatum** e tudo impor goela abaixo à Nação e que não pode desrespeitar o princípio federativo, não pode desrespeitar o Congresso. E se quiser o confronto, o Governo então está desafiado a ter o confronto conosco. Ou respeita hoje São Paulo – ontem, o Rio de Janeiro e amanhã qualquer unidade federada –, ou respeita a Constituição, ou o Presidente da República opta, com a sua base, por se confrontar conosco em

qualquer votação – voto de louvor, voto de pesar, voto de repúdio, voto de projeto de lei, de medida provisória, sem olharmos o mérito, se é bom ou ruim para o País. Precisamos mostrar, dando nesse Governo um choque de força e de resistência nesta Casa. Se o Governo acha que o caminho é esse, o Governo então terá o conhecimento da nova feição de uma Oposição diferente até da que fizemos até hoje. A nossa postura foi sempre muito retórica, muito em cima dos erros, de denúncias de corrupção, de denúncias de irregularidades, mas o tempo inteiro procurando aperfeiçoar projetos. Se o Presidente Lula acha que a sua reeleição está acima de qualquer coisa e que deve esmagar a Federação, a democracia, a Constituição, para se impor, então temos que mudar o comportamento em relação a ele e fazer um jogo de guerrilha para mostrar-lhe que, assim como ele soube resistir a momentos autoritários no País, vai encontrar gente com o dobro da sua coragem para resistir-lhe e a esse governismo que consegue ser ao mesmo tempo fraco e autoritário.

É incrível como consegue simultaneamente ser fraco e autoritário. Sempre imaginei que o autoritário fosse forte, o que considerava deplorável; sempre achei que o forte pudesse, ao mesmo tempo, ser autoritário; porém, vejo um Governo que é fraco, frágil e autoritário ao mesmo tempo. Isso me inquieta, porque o fraco, quando é autoritário, é levado a atitudes desesperadas; o fraco autoritário é levado a atitudes desesperadas. Aquele que dispõe de segurança em sua pessoa e em suas atitudes termina sendo sereno, até porque nada o abala, nada o molesta. Aquele que se molesta com qualquer coisa, como esse Governo, que deixou virar do avesso a Câmara dos Deputados por incompetência, por arrogância, que não tem Maioria nesta Casa, que assuma de uma vez por todas: o Senado não vai se submeter a esse jogo.

Outro dia, o Senador João Ribeiro, querido Senador João Ribeiro, passou do PFL para o PL. Para nós, não mudou nada, porque o Senador João Ribeiro já votava com o Governo, não mudou absolutamente nada. Temos 38 votos nesta Casa, precisamos de 41 para ter Maioria, não é difícil fazer Maioria eventual aqui; duvido que o Governo seja capaz de mexer na consciência de 10 Senadores, pegar 10 Senadores para fazer do Senado um rolo compressor, esmagando a opinião da Oposição; não tem, não tem meios para isso, não tem Senador para se vender; isso aqui não é quitanda. Então, vamos mostrar com clareza que o caminho são o diálogo e o respeito à Constituição, à Federação e aos princípios básicos que norteiam os nossos passos civilizatórios. O Presidente Lula quer luta de confronto, por favor, eu nunca me neguei. Queria que meus amigos tivessem a sensação que meus adversários têm; queria que meus amigos olhassem

para mim e falassem assim: “Puxa! O Arthur Virgílio me dá como amigo tudo o que eu queria dentro do lícito. Porque para os meus inimigos eu não nego nada quando se trata de combatê-los.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art.210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

“1) Nota: “Governo Federal tenta bloquear recursos de São Paulo;”

“2) Site Primeira Leitura: “Alckmin diz ser perseguido por Governo Lula;”

GOVERNO FEDERAL TENTA BLOQUEAR RECURSOS DE SÃO PAULO

- 1) A Secretaria do Tesouro Nacional tentou, desde ontem, 30 de março, bloquear recursos do Estado de São Paulo. A medida, incorreta e arbitrária, foi comunicada em fax enviado pelo secretário do Tesouro, Joaquim Levy, ao secretário estadual da Fazenda, Eduardo Guardia;
- 2) O Tesouro Nacional comunicou à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo que passaria a reter os repasses da União ao Governo Estadual relativos ao Fundo de Participação – FPE, IPI – Exportação, Lei Kandir (LC/87) e do Auxílio Financeiro às Exportações (MP 237), até atingir o montante de R\$ 590 milhões;
- 3) A notificação da Secretaria do Tesouro Nacional não foi precedida de nenhum contato prévio, notificação de débito ou aviso de cobrança relativo à suposta pendência;
- 4) A tentativa de se apropriar de recursos do Governo de São Paulo foi justificada pela Secretaria do Tesouro Nacional pela existência de fiança prestada pelo Governo Estadual às dívidas contraídas pela então estatal VASP nos anos 80 e cuja renegociação foi feita em 1990;
- 5) O histórico do caso é o seguinte:
 - a) Em setembro de 1990, a VASP firmou contrato de refinanciamento de dívida originária de empréstimos concedidos à VASP pela União ao amparo do Aviso MF-30/83, para liquidação de compromissos externos, com a intervenção do Estado de São Paulo, que continuou, por obrigações contratuais, como fiador;
 - b) Quando foi privatizada, em 1990, os compradores assumiram os créditos e débitos da VASP, mas o Governo do Estado permaneceu como fiador – o que era uma das principais condições para a venda da empresa;
 - c) Em 1994, o Brasil obteve novos descontos na sua dívida externa, com a contrapartida de garantias em títulos do Tesouro Americano;
 - d) A Vasp, a partir daí, questionou na justiça o débito que tinha com a União, pretendendo obter as mesmas condições dadas ao governo brasileiro, tal como previsto no contrato de refinanciamento (Lei 7976);
 - e) A partir de novembro de 1997, a VASP obteve liminar junto à Justiça Federal para suspensão da cobrança da dívida pela União. Houve então entendimento jurídico da Secretaria do Tesouro Nacional de que esta liminar também desobrigava o Governo Estadual de suas responsabilidades como fiador, enquanto perdurasse a discussão sobre o próprio mérito da dívida;
 - f) Como fiador, o Governo do Estado de São Paulo foi cobrado pela União e honrou a garantia prestada: até novembro de 1997, o Estado de São Paulo pagou à União, um total de US\$ 233,7 milhões;
 - g) Em 11 de março de 2005, a liminar que protegia a VASP foi revogada, o que permitiria a imediata cobrança da dívida da VASP por parte da União. Em seu pedido para a suspensão da liminar, a União justificou-se pela necessidade de cobrança imediata da dívida, em face da difícil situação financeira da empresa;
 - h) Estranhamente, porém, ao invés de cobrar a VASP, a Secretaria do Tesouro Nacional optou por tentar bloquear recursos do Governo de São Paulo. E o fez sem aviso prévio, sem negociação e sem suporte jurídico. Mais: embora a garantia dada pelo Estado tenha sido apenas as cotas do Fundo de Participação do Estado, a Secretaria do Tesouro Nacional resolveu, por vontade própria e indevidamente, tentar bloquear os créditos da Lei Kandir;
 - i) Hoje, 31 de março de 2005, o Tesouro Nacional mandou retirar da conta do Governo de São Paulo no Banco do Brasil, a quantia de R\$ 57 milhões de reais. Algumas horas depois, o Supremo Tribunal Federal, por intermédio do Ministro Cezar Peluso, determinou o desbloqueio do dinheiro, a imediata devolução de quaisquer quantias sequestradas e ordenou que a Secretaria do Tesouro Nacional se abstinhasse de qualquer nova tentativa de retenção das verbas estaduais;
 - j) Vale notar, também, que o Tesouro Nacional tenta bloquear recursos de uma dívida cujo valor total ainda não foi estabelecido pela Justiça. Portanto, é impossível, neste momento, saber se o montante já pago cobre, ou não, a dívida – o que torna ainda mais absurda a tentativa de bloqueio.
- 6- É de se notar, também, que as empresas aéreas possuem créditos contra a União por conta do congelamento das tarifas nos anos oitenta, que foram reconhecidos em juízo com amparo de jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal - STF;
- 7- Em função da existência de crédito dessa natureza contra a União, a Transbrasil fez acordo de encontro de contas com a União. Segundo informações da imprensa, os créditos que a VASP teria a receber da União atingem valores da ordem de R\$ 1,5 bilhão;
- 8- Noticiário da imprensa dá conta de que o Governo Federal, por ordem do presidente da República, está negociando um “encontro de contas” com as empresas aéreas.
- 9- Nesse contexto, a tentativa de bloqueio dos recursos estaduais beneficia a empresa VASP, em detrimento dos contribuintes paulistas, uma vez que, se o Tesouro tivesse conseguido bloquear os R\$ 590 milhões de reais pretendidos, essa quantia seria excluída do encontro de contas;
- 10- O Estado de São Paulo repudia a maneira arbitrária e desastrada pela qual o governo da República está tratando uma questão que ainda está sob exame da Justiça.

A Era Lula

- Alckmin diz ser perseguido por governo Lula



Edição nº 1416 | 31 / 03 / 2005 | Edições Anteriores

HOME : A ERA LULA : LEIA**Alckmin diz ser perseguido por governo Lula****Governador reclama de bloqueio de recursos do Estado; Mercadante diz que Tesouro apenas cumpriu decisão judicial; secretário de São Paulo acusa senador de mentir**

O bloqueio de R\$ 57 milhões de recursos federais para o Estado de São Paulo, realizado pelo Tesouro Nacional na quarta-feira, levou o governador Geraldo Alckmin (PSDB) a disparar duras críticas contra a administração de Luiz Inácio Lula da Silva. "Entendo que o governo Lula passou dos limites, passou da conta. Além de não nos ajudar, promoveu seqüestro dos recursos do povo de São Paulo", afirmou ele, que ainda qualificou a ação de "violenta", "arbitrária", "injusta" e "totalmente ilegal". "O Estado de São Paulo vem sendo, de algum tipo, sistematicamente alvo de perseguição por parte do governo federal", afirmou Alckmin.

O Estado recorreu ao Supremo Tribunal Federal ainda na quarta e conseguiu uma liminar suspendendo a medida. O seqüestro dos fundos, relativos ao Fundo de Exportação, havia feito por causa de uma dívida da Vasp, da qual o governo paulista foi fiador, ainda antes da privatização da empresa, ainda nos anos 80. A dívida foi renegociada e, em 1997, a companhia conseguiu uma liminar na Justiça suspendendo a cobrança do débito com a União, por conta de contrapartidas no contrato. Essa decisão, porém, foi suspensa no dia 11 passado.

Na entrevista coletiva que convocou para falar da questão, Alckmin reclamou que não foi avisado do bloqueio. Ele disse que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, telefonou-lhe na quarta pela manhã (dia do seqüestro dos recursos) e falou sobre o problema do endividamento da Cesp e, segundo Alckmin, mencionou superficialmente a questão da Vasp. "E nada mais. Na hora do telefonema, o bloqueio já havia sido feito, e nós não fomos nem comunicados. A conversa com Palocci foi inusitada", disse. "Seqüestram o dinheiro de São Paulo sem nos comunicar, sem respeitar o princípio federativo", declarou.

Mercadante responde

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo Lula no Senado, respondeu às críticas de Alckmin e disse que o Tesouro apenas executou as garantias da dívida da Vasp, "o que é obrigação jurídica" do órgão. Segundo ele, a decisão foi da Justiça e não do governo federal. "Havia uma liminar impedindo a execução das garantias. Essa liminar caiu por decisão do Poder Judiciário. O Tesouro informou ao governo do estado de São Paulo e executou as garantias, que é uma responsabilidade fiscal do Tesouro", disse o senador petista.

Depois de conversar reservadamente sobre o assunto com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, quando ambos acompanhavam visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Centro Coletor de Alcool da Petrobrás em Araraquara (SP), Mercadante concordou em falar brevemente com os jornalistas sem, no entanto, fazer avaliações políticas a respeito do caso. O senador é um dos pré-candidatos do PT à sucessão

de Alckmin no governo do Estado.

O secretário do Tesouro, Joaquim Levy, também se manifestou sobre o caso e negou qualquer motivação política na ação, acrescentando que "é fato público" que o Estado é garantidor da dívida da Vasp. Ele também disse que não há perseguição a São Paulo. "O relacionamento é muito bom", afirmou. A uma pergunta sobre uma possível disputa política entre o governo de São Paulo e o federal, o secretário afirmou: "Não sei porque eu não entendo desses assuntos". E acrescentou que o Tesouro cumpre suas ações seguindo os procedimentos legais.

Mentira

O secretário da Casa Civil de São Paulo, Arnaldo Madeira, reagiu às declarações de Mercadante e acusou a ele e Dirceu de mentir. "Não existe decisão judicial nenhuma. Foi uma decisão administrativa da Secretaria Nacional do Tesouro, como fica claro no despacho do secretário", disse Madeira. "Agora, o senador e o ministro José Dirceu não sabiam disso? Essa gente mente deslavadamente. É impressionante", acrescentou. "Foi um ato político do governo federal contra São Paulo", acusou.

Embora reconheça que o Estado é legalmente o avalista da Vasp perante a União, conforme estabelecido em contrato, o secretário insistiu que, antes de tomar qualquer iniciativa, a Secretaria do Tesouro deveria ter mantido conversas com a administração estadual. "Além disso, os recursos do Fundo de Compensação das Exportações, criados pela Lei Kandir, não estão previstos no contrato entre Estado e União. A única garantia são os recursos do Fundo de Participação dos Estados e, se algo fosse feito, deveria envolver esses recursos", argumentou.

O Tesouro, na verdade, pretendia bloquear recursos de São Paulo na conta do Estado no Banco do Brasil até o valor de R\$ 590 milhões, segundo comunicado enviado à Secretaria de Finanças paulista. O governo federal também tentou sequestrar R\$ 28 milhões do Fundo de Participação dos Estados, mas não conseguiu porque o ofício não chegou a tempo ao Banco do Brasil. A liminar do STF impede novos bloqueios até o julgamento do mérito da questão.

Na quarta-feira, depois de saber da tentativa de bloqueio, Alckmin ligou para Palocci, reclamando sobre a questão "extremamente grave". O ministro, segundo o governador, foi evasivo e ficou de retornar a ligação à noite. Palocci fez o telefonema e pediu para Alckmin fazer contato entre um de seus secretários e o secretário Nacional do Tesouro, Joaquim Levy. O secretário da Fazenda, Eduardo Guardia, tentou o contato, mas não obteve retorno.

Piadas

Na noite desta quinta, o presidente Lula encontrou-se com Alckmin no Clube Monte Líbano, em São Paulo, durante comemoração dos 125 anos da migração libanesa para o Brasil. Os dois tiveram uma rápida conversa reservada. Na saída, questionado se havia sido carinhoso com o governador, Lula disse que sim. "Sou carinhoso sempre", afirmou, sem revelar o conteúdo da conversa.

Segundo o presidente do PMDB, deputado Michel Temer, que presenciou o encontro, a conversa foi descontraída. Ao ver Alckmin, Lula brincou: "Se você tiver dinheiro aqui em São Paulo, manda para mim em Brasília", disse Lula para Alckmin, que só riu. "Olha Alckmin, você está muito rico. Tem muito dinheiro aqui em São Paulo", repetiu Lula.

Outras testemunhas informaram que Lula teria dito a Alckmin que não sequestraria mais recursos do governo paulista. Alckmin disse que comentaria o teor da conversa com Lula mais tarde, mas não o fez.

ENTENDA

HOME : A ERA LULA : LEIA

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem toda a solidariedade da Casa, assim também o Governador Alckmin. Pelo Regimento, V. Ex^a teria direito a cinco minutos, mas a solidariedade e o respeito a V. Ex^a, que representa a Oposição, são essenciais à democracia. V. Ex^a já ultrapassou 18 minutos do seu tempo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a e, sobretudo, agradeço de coração aos colegas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador do PT do Estado de São Paulo Eduardo Suplicy. Em caráter extraordinário, usa da palavra pela segunda vez nesta sessão, uma vez que saudou, em nome do Brasil, o Presidente do Uruguai que aqui esteve presente.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente Mão Santa, Srs. Senadores e Sr^a Senadora Heloísa Helena, em primeiro lugar, quero aqui externar

a preocupação e certamente o sentimento de solidariedade de todo o povo brasileiro para com o Papa João Paulo II, que nesta noite teve uma parada cardíaca e, segundo os boletins médicos, encontra-se em estado grave, possivelmente de difícil recuperação. João Paulo II tem sido um exemplo muito importante. Quero ressaltar o esforço de Sua Santidade no sentido de que a não-violência seja observada na busca da solução de problemas com vista à realização de justiça. Em todo o mundo, de quando em quando, verificamos situações em que, às vezes, por indignação, por dificuldade de resolver seus problemas, segmentos dos mais diversos povos acabam utilizando as armas, a guerra. O Papa é uma das pessoas que mais tem mostrado que seria melhor se a violência não fosse empregada.

Estamos agora vivendo um momento difícil, em que um brasileiro está desaparecido no Iraque. Refiro-me a João José Vasconcelos Júnior, engenheiro, que foi diretor da Odebrecht naquele país. Há possibilidade tanto de que ele tenha sido morto como não. O Ministro Celso Amorim anteontem mostrou um do-

cumento que pode ser um sinal de que ele ainda se encontra com vida.

Se alguma palavra puder chegar aos insurgentes no Iraque, transmito que nós, Senadores, gostaríamos de colaborar para um entendimento, a fim de que o engenheiro possa voltar ao seio de sua família. Se, de alguma maneira, desejarem os insurgentes que compreendamos melhor as razões de sua revolta e por que estão realizando as ações como as que levaram, inclusive, à morte de Sergio Vieira de Mello, queremos conhecê-las; senão a situação fica muito incompreensível. Por que não param de atirar bombas, às vezes suicidas, no Iraque? Quais são os objetivos deles?

Evidentemente somos solidários ao povo do Iraque, pois, além de não apoiarmos, de maneira alguma, a ação bélica do Governo dos Estados Unidos para tentar derrubar o Presidente-ditador Saddam Hussein, nós a condenamos.

No Brasil, sobretudo de 1964 a 1985, soubemos demonstrar que era possível conquistar a democracia por meio da não-violência e não da guerra. Diante da ditadura militar imposta ao povo brasileiro, algumas pessoas resolveram usar das armas, mas acabaram compreendendo que a forma mais eficaz de reconquistar a liberdade democrática era o povo manifestar-se nas ruas, e foram grandes as marchas aqui havidas, como a das “Diretas já”.

Nesta semana, recordávamos o episódio de 31 de março. Ontem, o Senador Pedro Simon fez uma retrospectiva dos fatos ocorridos durante o regime militar, mostrando como conseguimos sair dele pelos meios recomendados pelo Papa João Paulo II, ou seja, pela não-violência. O povo expressou seu sentimento por toda parte.

Hoje, recebemos a visita dessa bela figura, que é o Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez. Esse povo irmão também viveu sob uma ditadura militar e, pouco a pouco, foi conquistando o direito de eleger um presidente com uma plataforma visando, sobretudo, à democracia, à liberdade e à solidariedade.

Há pouco, eu conversava com o Senador Pedro Simon, mostrando-lhe as palavras do médico Tabaré Vázquez, que conquistou o seu povo. As primeiras medidas do Presidente Tabaré Vázquez mostram que o seu governo será de sobriedade, cortando até gastos do Presidente da República. Por exemplo, no primeiro dia de governo, o Presidente Tabaré Vázquez saiu guiando o seu próprio carro. Na primeira semana, resolveu dedicar algumas horas do dia ao atendimento de pacientes. Disse que gostaria de continuar sua atividade como médico. Enfim, no seu discurso de posse e aqui, hoje pela manhã, ressaltou a importância da integração da América do Sul e, principalmente, do

Mercosul. Esse é um ponto muito importante. O Presidente Jorge Battle, antecessor de Tabaré Vázquez e que devemos respeitar, tinha uma visão mais conservadora. Ele fez um acordo de investimentos com o Governo George Bush, que é um pouco diferente daquele que o Presidente Tabaré Vázquez gostaria de fazer. Tal acordo ainda não foi ratificado pelo Congresso uruguaio e talvez seja modificado pelo novo governo. Acredito que isso poderá ser objeto da conversa do Presidente Lula com o Presidente Tabaré Vázquez na manhã de hoje e também durante o almoço que ocorrerá no Itamaraty.

Gostaria de transmitir ao Senador Arthur Virgílio que na noite passada participei da comemoração dos 125 anos da imigração libanesa. Estavam presentes o Presidente Lula, o Governador Geraldo Alckmin e o Prefeito José Serra. Fui testemunha, Senador Arthur Virgílio, do diálogo que mantiveram publicamente, no qual mostraram grande respeito mútuo, inclusive, diante dos libaneses que ali estavam falando sobre as coisas bonitas que a colônia libanesa trouxera para o Brasil, principalmente na área do comércio e da Medicina. O Presidente Lula enfatizou que os seus médicos têm origem sírio-libanesa e que o hospital em que faz tratamento é o Sírio-Libanês.

Percebi que, ainda que o Presidente Lula e o Governador Geraldo Alckmin sejam potenciais adversários, em 2006, o que é legítimo – a democracia proporciona situações como essa –, estavam lá, depois da cerimônia, dialogando, juntamente com o Prefeito José Serra, que também é uma possibilidade para o PSDB. Mas ambos, depois da cerimônia, dialogaram um pouco e o Presidente Lula...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem direito a mais 5 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem, obrigado, Sr. Presidente.

E o Presidente Lula chegou a afirmar, conforme está hoje na imprensa, ao Governador, que situações como essa que aconteceu, de seqüestro de recursos, em função de problema que é da Vasp, sobretudo, não irão mais acontecer.

Mas o que eu quis transmitir ao Presidente – e o fiz no caminho de São Paulo a Brasília –, Senador Arthur Virgílio, foi uma palavra sobre o Senado Federal. O Presidente me perguntou, por exemplo, como foi a exposição do Ministro Antonio Palocci, na terça-feira, e eu disse a ele que havia sido um debate do mais alto nível, em que V. Ex^a, como outros Senadores da Oposição, externaram as suas preocupações. Mas que, ao mesmo tempo, praticamente todos falaram palavras positivas sobre aquilo que a economia brasileira alcançou.

Mas o que eu quis manifestar ao Presidente foi que avalio que aqui no Senado Federal, ainda que possam acontecer por vezes curtos-circuitos e momentos de tensão e de preocupação, se vivem momentos de construção muito positiva. E eu disse ao Presidente que, se houver uma atenção do Executivo para o diálogo com o Senado Federal, em que pesem as diferenças, que são mais do que legítimas, podemos avançar muito na direção de construir passos positivos no Senado Federal. Penso que esta Casa tem tudo para fazer essas coisas acontecerem. Contei a eles o que tinha testemunhado aqui, falei do discurso do Senador Pedro Simon, que foi elogiado por todos, aplaudido por muitos aqui, sobretudo quando enfatizou o fato de que o Governo estava exagerando na edição de medidas provisórias e seria interessante que houvesse um esforço para que o Governo, sempre que possível, enviasse projetos de lei e que poderia haver um compromisso da parte dos Senadores da Oposição de fazerem as matérias, na forma de projetos de lei, tramitarem mais rapidamente e, em havendo isso, acredito que poderemos avançar.

Eu disse ao Presidente, e estava a seu lado o Ministro da Casa Civil, José Dirceu, que avalio que temos as condições de aqui avançar, mesmo levando em consideração críticas as mais severas, que por vezes são muito importantes até para o Governo ouvir.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo algo para a Senadora Heloísa Helena, que daqui a instantes vai subir à tribuna para falar a respeito da crise decorrente da seca em Alagoas. A Senadora Heloísa Helena menciona que seria importante que se estendesse a toda família e a toda pessoa em situação de emergência o direito de receber cesta básica, ainda que estivesse recebendo bolsa-família ou outro benefício. É claro que esse direito deve ser assegurado a essas pessoas. Cada vez mais, diante dessas situações críticas, fico persuadido de que será importante o Governo vislumbrar a extensão daquilo que poderá fazer, mesmo após cumprida a meta do bolsa-família para um quarto da população brasileira em 2006; ou seja, estender o direito de uma renda básica de cidadania para todo e qualquer cidadão e cidadã brasileira, como um direito à cidadania. Dessa maneira, iremos simplificar em muito a problemática sobre a qual a Senadora falará daqui a pouco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, soli-

cito na forma do Regimento, de acordo com o requerimento assinado pelo Líder do PFL, a palavra, na hora oportuna, em nome da Liderança do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento de V. Ex^a acaba de chegar a esta Presidência. Intercalando com os oradores inscritos, concedo a palavra a V. Ex^a. De acordo com o Regimento, V. Ex^a dispõe de até 5 minutos, mas, com respeito à sua pessoa e sendo tolerante esta Mesa, fique à vontade, pois o País aguarda sua palavra.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os ditos populares têm um sabor muito especial. Eles são uma riqueza da sabedoria do povo. Expressam, no momento certo, a sentença inexorável e são lembrados sempre que um acontecimento se enquadra naquele exemplo que fez nascer o ditado.

Por isso mesmo, quando ontem recebi a notícia de que o Governo liderado pelo Presidente Lula havia, depois de três meses de completa incoerência, incompetência e indecisão, contra a vontade, desistido da sua ânsia de, mais uma vez, atingir a classe média, o cidadão contribuinte, com a Medida Provisória nº 232, lembrei-me de um dito popular às vezes esquecido, mas que tem um significado muito forte que caracteriza a incompetência e que traduz exatamente o sentimento do povo em relação àquilo que deveria dar certo e deu errado, aquilo que era fácil de resolver e se tornou um caos ou uma crise, fruto da incompetência. E este dito que aqui relembro traduz o Governo liderado pelo Presidente Lula: “Esse beija desastre”.

E assim tem sido no curso desses dois anos e poucos a trajetória do atual Governo Federal.

Em 2003, pela incompetência – e ela tem que ser atribuída ao seu Líder maior, o Presidente da República, pois é ele quem escolhe seus auxiliares –, pela incompetência – repito –, tivemos um ano em que, ao invés de no começo baixar os juros, eles foram aumentados. Em vez de, no início, baixar o compulsório dos bancos, eles foram aumentados. Em vez de manter a carga tributária, por quatro levas, Sr. Presidente, por quatro levas de insensibilidade com o setor produtivo, com a classe média, com o contribuinte brasileiro, a tributação foi aumentada.

Qual foi o resultado obtido em 2003 pelo Governo presidido e liderado pelo Presidente Lula? Sua Excelência beijou o desastre. Beijou o desastre pela incompetência, levando à diminuição de renda, ao aumento de desemprego. E sobretudo beijou o desastre da classe média, quando, naquele ano, 2,5 milhões de brasileiros deixaram a classe média para ingressar no rol da pobreza. Triste sina de beijar desastres do Governo do Presidente Lula.

Dois mil e quatro foi um ano excepcional no mundo globalizado. Tivemos um crescimento mundial que não ocorria há décadas. Os países emergentes cresceram a 9%, 10%, 11%. O Brasil, que vinha de zero em 2003, atrapalhado pelo Governo, pelo aumento de tributos, especialmente pela Cofins, no final de 2003, que passou de 3% para 7,6%, impediu, pela sua atuação incompetente, que pudéssemos avançar como avançaram todos os países emergentes. Beijou novamente o desastre. Mas o fim do ano era comemorado na mídia, na propaganda absurda e abusiva do Governo como de um grande resultado, mas a vocação do Presidente da República para beijar desastre o levou – enganando as centrais sindicais e, por meio delas, a sociedade brasileira – a publicar a Medida Provisória nº 232. Digo enganando porque, primeiramente, o **Diário Oficial** foi especial, com data de 30 de dezembro, que rodou no dia 3 de janeiro; enganando porque havia prometido a correção da tabela do Imposto de Renda, acrescentou aumento da tributação para os prestadores de serviços, acrescentou penalização no Imposto de Renda para os pequenos agricultores e subtraiu do cidadão contribuinte – especialmente o pequeno – a amplitude que tinha de defesa ao fixar uma alçada de R\$50 mil para recursos junto ao Conselho de Contribuintes. Beijou o desastre novamente na confusão que fez na eleição da Câmara dos Deputados, colocando dois dos seus Parlamentares na disputa, mostrando incompetência e falta de autoridade.

E finalmente provocou uma reação justa da sociedade, fez com que os partidos de oposição se mobilizassem, que os companheiros, os aliados, os ditos sócios ficassem envergonhados, acuados. Levou três meses na criação desse desastre, no fantasma junto à sociedade, num aumento de tributos com a tranquilidade do Sr. Ministro que diz que não tem aumento de carga tributária depois de todos os aumentos de tributos feitos, que deveria assistir ao feirão dos impostos aqui colocados na Câmara dos Deputados pelos jovens empresários da Associação Comercial e Industrial de Joinville, a quem solicito, pela palavra de um ministro insensível, que queria mais uma vez abocanhar os recursos da classe média, que chegaram a ameaçar a retirada da correção da tabela do Imposto de Renda, dada de forma menor à devida por direito ao trabalhador brasileiro, à classe média. Tivemos uma inflação superior a 17% naquele período e a correção foi de 10%.

Mas a insistência, a persistência durou mais de 90 dias, porque há uma vocação inexorável para incompetência que nasce na liderança do Presidente, se espalha na burocracia tomada por pessoas sem habilitação, a não ser a estrelinha do seu Partido. E

por isso, venho desta tribuna dizer: Presidente, pare com essa sua ação que atrapalha o Brasil. Pare de beijar desastres!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a teria o direito, pelo Regimento, de falar por cinco minutos, mas usou onze minutos. Respeito a grandeza da Oposição com a qual V. Ex^a contribui para a democracia neste País.

Concedemos a palavra ao Senador do Estado do Maranhão, do PFL, Sr. Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está sob apreciação, na Câmara dos Deputados, e até em regime de urgência, o projeto do Executivo dispondo sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável. Hoje venho à tribuna para fazer um discurso diferente daqueles que tenho feito, ao longo do meu mandato de Senador, sobre essa matéria.

Tínhamos aqui a Senadora que hoje se transformou em Ministra do Meio Ambiente, que abordava esse assunto com frequência e, em dados momentos, apesar da sua doçura, com uma certa dose de virulência. E ela tinha razão, pois procurava demonstrar a desgraça que poderia ocorrer às nossas florestas se uma providência, sobretudo do Governo, além de um convencimento da sociedade, não ocorresse.

Mas a Senadora Marina Silva seguramente está se esforçando para colocar em prática aquilo que dizia da tribuna do Senado da República, porém, os resultados, Senador Mão Santa, não parecem corresponder à palavra.

Muitas vezes, temos, em relação às pessoas, uma ação que não se compatibiliza com a palavra. Este parece ser um dos casos. E volto a dizer, não acuso a Ministra. Está S. Ex^a se esforçando, mas não conseguimos ver o resultado da sua ação no Ministério do Meio Ambiente sobre esta matéria. Certamente forças poderosas se antepõem ao seu desejo e a sua ação. E, neste caso, precisamos, nós, do Senado, garantir mais apoio, o que nunca faltou a S. Ex^a, mas um apoio mais eficaz para que ela transforme em realidade aquilo que aqui ela pregava todos os dias.

No último dia 9, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou requerimento para a realização de seminário em torno do assunto, que será realizado em conjunto com a Comissão da Amazônia Integração Nacional e Desenvolvimento Regional daquela Casa do Congresso e em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. A propositura institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente o Serviço Florestal Brasileiro e propõe a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

A iniciativa do Governo Federal naturalmente merece o nosso apoio, embora a matéria, no Poder Legislativo, deva percorrer ampla trajetória de discussões e aprimoramentos.

Sr. Presidente, é bom recordar a relevância gigantesca da extensão privilegiada das nossas florestas. Em recente estudo da Engenheira Ana Luisa Guéron e da Economista Viviane Garrodoz, publicado em junho de 2004 e divulgado no site do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) na Internet, as áreas florestais no Brasil são números verdadeiramente assustadores. As áreas florestais no Brasil somam 544 milhões de hectares. Para efeito de comparação, devo demonstrar que as áreas florestais da Europa inteira equivalem a 130 milhões de hectares – em toda a Europa é de 130 milhões de hectares e no Brasil é de 544 milhões de hectares. O parque florestal brasileiro é o segundo maior do mundo, atrás apenas da Rússia que, no entanto, só tem florestas temperadas e boreais, igualmente vítimas de crescentes ações predatórias.

Em nossas florestas, encontra-se a maior biodiversidade de espécies e ecossistemas do planeta e uma das mais diversas e amplas concentrações de povos e culturas indígenas existentes sobre a face da Terra. Muitas são as razões, portanto, para que oferecêssemos prioridade aos assuntos florestais, notadamente aos vinculados à Amazônia, esse imenso território que desperta a cobiça internacional.

Em artigo de **O Estado de S. Paulo**, a 10 deste mês de março, Chamil Chade, correspondente do jornal em Genebra, dá notícia de um estudo do *World Wild Fundo* (WWF – Fundo Mundial para a Natureza), informando que a crescente demanda por madeira está pondo em risco florestas em várias regiões do mundo, inclusive do Brasil, com sérias repercussões no meio ambiente. Essa demanda é liderada pela China – hoje principal destino das madeiras extraídas de forma ilegal –, que importa o produto da Rússia, da Malásia, da Indonésia e, entre outros países, do Brasil, que figura em 13º lugar. Ainda segundo tal estudo, esse País consome atualmente 135 milhões de metros cúbicos de madeira por ano, estimando-se que consumirá 239 milhões de metros cúbicos – portanto quase o dobro – em 2010, ou seja, dentro de cinco anos. Outra ameaça de ações predatórias nas florestas está na polpa de madeira, consumida na China em volume anual de 12,8 milhões de metros cúbicos, em 2015. Neste *ranking*, o Brasil está em 2º lugar nas importações feitas pelos chineses.

O curioso, Sr. Presidente, é que o Governo da China, preocupado com a devastação das suas próprias matas, em fins dos anos 90, baixou lei banindo e proi-

bindo a extração de madeira em várias regiões, do que resultou, nos dias presentes, um aumento de 17,5% na sua cobertura florestal. Portanto, enquanto a China, que é hoje o maior importador de madeira do mundo, proíbe a extração da madeira em seu território, o Brasil e outros países abrem as suas fronteiras para que a China importe, em grande escala, com seu imenso desenvolvimento atual, a madeira do mundo inteiro.

Igualmente, merece destaque a informação, incluída no referido estudo das duas técnicas do Inmetro, de que a maior parte dos móveis importados hoje pelos Estados Unidos são provenientes da China. Ou seja, a China abastece os Estados Unidos de móveis para as residências, mas a madeira que utiliza como matéria-prima já não é de seu território, mas sim de outros países.

A imprensa brasileira e internacional tem abordado, há anos, o problema da situação predatória de nossas florestas, especialmente na Amazônia. Eu próprio e outros ilustres Senadores temos assomado às tribunas para clamar por providências que resguarдем nossas imensas matas virgens. Denunciei que empresas asiáticas já se faziam proprietárias de altíssimo percentual das terras do sul e do sudeste do Amazonas, em regiões com espécies nobres de madeira, e estavam executando extrações predatórias.

Em resposta a dois requerimentos que em 1996 e em 1997 encaminhara ao então Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia, recebi a inocente informação de que o Incra não sabia se houvera ou não compra de terras por empresas estrangeiras, e o Ibama, a seu turno, não tinha competência legal para avaliar e impedir a exploração ilegal das florestas brasileiras. Esta é a incrível realidade vivida por nosso País. O Governo não sabia dizer sequer se as informações que a imprensa divulgava eram verdadeiras ou não, se estrangeiros estavam ou não comprando grandes áreas na Amazônia deste País.

A 23 de janeiro de 1998, ocupei, pela terceira vez, num curto período, a tribuna para enfatizar os riscos que ameaçavam nossas florestas. Os incêndios, intencionais ou não, e a derrubada comercial de milhares de metros cúbicos de árvores sem os projetos de manejo configuravam um crime contra o País e contra a humanidade. “A pior desgraça que envolve nossas matas fechadas não são os incêndios”, disse eu, “mas a busca desenfreada pelas madeiras nobres”. Por uma única árvore de valor econômico apreciável, depredam-se as que a circundam, comprometendo a biodiversidade, o valor inestimável das plantas que guardam em seus genes o segredo de poderosos remédios em uso ou a serem ainda descobertos, e uma

infinidade de outras essências que já ajudam ou ainda socorrerão a Humanidade.

Em tal discurso, incursionei em seara delicada ao lançar dúvidas sobre os projetos de manejo então programados, provavelmente ilusórios e inúteis. Nesse sentido, citei a opinião do famoso biólogo norte-americano Edward Wilson (a quem já havia me referido em momento anterior), para quem os vigentes projetos de manejo, praticados em algumas nações, não logravam preservar as florestas. Aliás, não seria preciso citar o biólogo para sabermos disso. No que toca ao Brasil, basta sobrevoarmos o País para visualizar os enormes claros, denunciadores da destruição de matas jamais renovadas!

Fui brindado nesse discurso com o aparte da Senadora, hoje Ministra, Marina da Silva. Disse a Ministra, então Senadora, em determinado trecho:

V. Ex^a está falando dos planos de manejo. Existe um estudo, que está sendo publicado, segundo o qual algumas árvores na Amazônia têm vida de até 700 anos – sete séculos – ao invés de 70 ou 100 anos, como é o caso do cumaru-ferro, tão conhecido por nós. Ora, se uma árvore precisa de 700 anos para atingir seu porte, como provaremos, cientificamente, que um plano de manejo pode dar certo? Os estudos que temos podem, no máximo, ter trinta anos de experiência e, se estudar espécies com um período de vida de 70 ou 100 anos já era complicado, imaginem no caso daquelas com longevidade maior. A maçaranduba é outro caso semelhante.

Acrescentou a Senadora Marina Silva:

Existem várias árvores tão densas, que às vezes temos a impressão de estar tocando num pedaço de ferro, como é o caso do próprio cumaru-ferro. Os planos de manejo ainda são experiências para as quais os nossos cientistas e pesquisadores, com muito empenho, tentam dar respostas, mas precisamos ter cautela. Não podemos nos fechar a elas, claro, mas também não podemos ser irresponsáveis e achar que essas experiências, de maneira generalizada, responderão às nossas expectativas. Esses planos ainda não estão comprovados na realidade, são apenas especulação ou um desejo nosso de que dêem certo. E, com certeza, a cobertura vegetal que pode ser feita em substituição à floresta será incomparavelmente inferior àquela criada pela natureza. Sabe-se Deus como, com todas as dificuldades daquele solo, aquela floresta surgiu! Mas ela surgiu como um milagre e não podemos fazê-la desaparecer

como um castigo, e, pior que isso, um castigo que nós mesmos nos auto-aplicamos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, estas eram as palavras da então Senadora Marina Silva, hoje Ministra.

V. Ex^a me chama atenção para o meu tempo. Eu peço que dê como lido o restante do meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em respeito ao que V. Ex^a significa para este Parlamento, para o Maranhão e para a Pátria, teremos a tolerância.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, fico muito agradecido, mas há ainda outros oradores que me seguirão. Devemos, portanto, respeitar o tempo regimentalmente reservado a cada um de nós. Agradeço, sensibilizado, a gentileza reiterada de V. Ex^a e concluo pedindo que sejam dados como lidos os parágrafos seguintes do meu discurso, apenas dizendo que este é um tema que não há de interessar apenas a uma pequena parcela dos políticos brasileiros, mas, sim, a todos, porque diz respeito a esta geração inteira e às gerações futuras, que haverão de cobrar de nós aquilo que hoje nós eventualmente não tivermos feito por negligência, por descuido ou até por certa dose de irresponsabilidade.

Ou preservamos as nossas florestas hoje, ou amanhã teremos este País transformado em um grande deserto.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já está sob a apreciação da Câmara dos Deputados, em regime de urgência, o projeto do Executivo 4.776/2005, dispondo sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável. No último dia 09, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou Requerimento para a realização de Seminário em torno do assunto, que será realizado em conjunto com a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional daquela Casa do Congresso, e em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. A propositura institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro e propõe a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

A iniciativa do Governo Federal naturalmente merece o nosso apoio, embora a matéria deva percorrer

no Poder Legislativo ampla trajetória de discussões e aprimoramentos.

É bom recordar, Sr. Presidente, a relevância gigantesca da extensão privilegiada das nossas florestas. Em recente estudo da engenheira Ana Luisa Guéron e da economista Viviane Garrodoz, publicado em junho de 2004 e divulgado no *site* do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) na Internet, as áreas florestais no Brasil somam 544 milhões de hectares. Para efeito de comparação, as áreas florestais da Europa equivalem a 130 milhões de hectares. O parque florestal brasileiro é o segundo maior do mundo, atrás apenas da Rússia que, no entanto, só tem florestas temperadas e boreais, igualmente vítimas de crescentes ações predatórias.

Nas nossas florestas encontra-se a maior biodiversidade de espécies e ecossistemas do planeta e uma das mais diversas e amplas concentrações de povos e culturas indígenas.

Muitas são as razões, portanto, para que oferecêssemos prioridade aos assuntos florestais, notadamente os vinculados à Amazônia, esse imenso território que desperta a cobiça internacional.

Em artigo em “O Estado de São Paulo”, a 10 deste mês de março, Chamil Chade, correspondente do jornal em Genebra, dá notícia de um estudo do *World Wild Fund* (WWF - Fundo Mundial para a Natureza) informando que a crescente demanda por madeira está pondo em risco florestas em várias regiões do mundo, inclusive no Brasil, com sérias repercussões no meio ambiente. Essa demanda é liderada pela China (principal destino das madeiras extraídas de forma ilegal), que importa o produto da Rússia, Malásia, Indonésia e, entre outros, do Brasil em 13º lugar. Ainda segundo tal estudo, esse país consome atualmente 135 milhões de metros cúbicos de madeira por ano, estimando-se que consumirá 239 milhões de metros cúbicos – portanto quase o dobro - em 2010. Outra ameaça de ações predatórias nas florestas está na polpa de madeira, consumida na China em volume anual de 12,8 milhões de metros cúbicos com estimativa de 29 milhões de metros cúbicos em 2015. Neste *ranking*, o Brasil está em 2º lugar nas importações feitas pelos chineses.

O curioso, Sr. Presidente, é que o governo da China, preocupado com a devastação de suas próprias matas, baixou lei em fins dos anos 90 banindo a extração de madeira em várias regiões, do que resultou nos dias presentes um aumento de 17,5% na sua cobertura de florestas... E igualmente merece destaque a informação, incluída no referido estudo das duas técnicas do INMETRO, de que a maior parte dos mó-

veis importados nos Estados Unidos são provenientes da China, que processa a matéria-prima importada de países como o Brasil, e reexporta o produto acabado para os EUA.

A imprensa brasileira e internacional tem abordado, há anos, o problema da exploração predatória de nossas florestas, especialmente na Amazônia. Eu próprio e outros ilustres Senadores temos assomado às tribunas para clamar por providências que resguarдем nossas imensas matas virgens. Denunciei que empresas asiáticas já se faziam proprietárias de altíssimo percentual das terras no sul e sudeste do Amazonas, em regiões com espécies nobres de madeira, e estavam executando extrações predatórias.

Em resposta a dois requerimentos que em 1996 e 1997 encaminhara ao então Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia, recebi a inocente informação de que o INCRA não sabia se houvera ou não compra de terras por empresas estrangeiras, e o IBAMA, a seu turno, não tinha competência legal para avaliar e impedir a exploração ilegal das florestas brasileiras...

Esta a incrível realidade vivida por nosso país.

A 23 de janeiro de 1998, ocupei pela terceira vez num curto período a tribuna para voltar a enfatizar os riscos que ameaçam nossas florestas. Os incêndios, intencionais ou não, e a derrubada comercial de milhares de metros cúbicos de árvores sem os projetos de manejo configuravam um crime contra o País e contra a humanidade. “A pior desgraça que envolve nossas matas fechadas não são os incêndios”, disse eu, mas a busca desenfreada pelas madeiras nobres. Por uma única árvore de valor econômico apreciável, depredam-se as que a circundam, comprometendo a biodiversidade, o valor inestimável das plantas que guardam em seu genes o segredo de poderosos remédios em uso ou a serem ainda descobertos, e uma infinidade de outras essências que já ajudam ou ainda socorrerão a Humanidade.

Em tal discurso, incursionei em seara delicada ao lançar dúvidas sobre os projetos de manejo então programados, provavelmente ilusórios e inúteis. Nesse sentido, citei a opinião do famoso biólogo norte-americano Edward Wilson (a quem já havia me referido em discurso de 17 de outubro de 1997), para quem os vigentes projetos de manejo, praticados em algumas nações, não logravam preservar as florestas. Aliás, não seria preciso citar o biólogo para sabermos disso. No que toca ao Brasil, basta sobrevoarmos o País

para visualizar os enormes claros, denunciadores da destruição de matas jamais renovadas!

Fui brindado nesse discurso com o aparte da Senadora hoje Ministra Marina Silva. Disse ela num trecho, alto e bom som:

“V. Ex^a está falando dos planos de manejo. Existe um estudo, que está sendo publicado, segundo o qual algumas árvores na Amazônia têm vida de até 700 anos, ao invés de apenas 70 ou 100, como é o caso do cumaru-ferro, tão conhecido por nós. Ora, se uma árvore precisa de 700 anos para atingir seu porte, como provaremos, cientificamente, que um plano de manejo pode dar certo? Os estudos que temos podem, no máximo, ter 30 anos de experiência e, se estudar espécies com um período de vida de 70 ou 100 anos já era complicado, imaginem no caso daquelas com longevidade maior. A maçaranduba é outro caso semelhante.”

Acrescentou Marina Silva no aparte:

“Existem várias árvores tão densas, que às vezes temos a impressão de estar tocando num pedaço de ferro, como é o caso do próprio cumaru-ferro. Os planos de manejo ainda são experiências para as quais os nossos cientistas e pesquisadores, com muito empenho, tentam dar respostas, mas precisamos ter cautela. Não podemos nos fechar a elas, claro, mas também não podemos ser irresponsáveis e achar que essas experiências, de maneira generalizada, responderão às nossas expectativas. Esses planos ainda não estão comprovados na realidade, são apenas especulação ou um desejo nosso de que dêem certo. E, com certeza, a cobertura vegetal que pode ser feita em substituição à floresta será incomparavelmente inferior àquela criada pela natureza. Sabe-se Deus como, com todas as dificuldades daquele solo, aquela floresta surgiu! Mas ela surgiu como um milagre e não podemos fazê-la desaparecer como um castigo, e, pior que isso, um castigo que nós mesmos nos auto-aplicamos”.

Vejam V. Ex^{as}, Sr^{as} e srs. Senadores, como é complexo o problema da sustentabilidade de uma floresta. No entanto, parece possível, como o demonstram países que, pela pequena extensão dos seus territórios (em comparação com o Brasil), conseguem há décadas, mesmo modestamente, consumir e exportar madeira sem prejuízo das suas florestas. É o caso de alguns países, entre os quais a Alemanha.¹

¹Em Portugal, as florestas produtoras de madeira são abundantes e, desse modo, a produção portuguesa de madeira, pasta de papel e, sobretudo, de cortiça supera as necessidades nacionais. Enciclopedia Britannica.

Narrou-me um amigo que, de certa feita em Portugal, interessou-se por saber como aquele país irmão utilizava suas próprias árvores para determinadas produções em madeira. E então viu que se cortavam e aproveitavam galhos, não as árvores majestosamente mantidas vivas e erectas...

O referido cientista Edward Wilson – professor de Harvard e duas vezes agraciado com o Prêmio Pulitzer por suas obras – vai mais longe: ele considera inviável a recomposição artificial das florestas tropicais. Para ele – e eu disse isto em discurso nesta tribuna em 1997 – as matas tropicais estão sendo danificadas de forma tão indecente que mesmo as mais modernas tecnologias de reflorestamento não poderão trazê-las de volta à vida. Gasta-se o patrimônio natural sem que ele possa ser repostado com a mesma intensidade. Edward Wilson então conclama os governos (em entrevista à página amarela de “Veja”, também em 1997) a que exijam possa a mata ser economicamente utilizada só depois de mapeada, polegada por polegada, num processo meticuloso em que cada árvore de valor científico e ambiental é identificada. A atividade madeireira só poderia ser exercida nas bordas da cobertura vegetal, de modo que não haja um impacto imediato muito grande e, a longo prazo, a mata possa se recompor naturalmente. Sobre a Amazônia, observa o biólogo de Harvard o que já é do nosso conhecimento, isto é, que as florestas de clima são exuberantes apenas na aparência, formando os chamados desertos úmidos. São uma vasta e complexa cobertura vegetal fincada num solo arenoso, fertilizado apenas por uma delgada capa de material orgânico. Sendo o mais frágil de todos os ecossistemas, o deserto úmido não se presta para outros fins senão o de manter a exuberância das florestas a serem exploradas de modo racional e inteligente.

Sr. Presidente, pergunto aos meus nobres Colegas: com a aprovação ou não do novel projeto dispondo sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, podemos confiar na eficiência da nossa fiscalização?

Se não conseguimos até hoje impedir a grilagem, as queimadas intencionais, a gravíssima devastação de grandes extensões florestais – fenômenos que em terra firme ou por via aérea são freqüentemente fotografados e filmados; se o próprio Ministério, sob cuja responsabilidade estão ou deviam estar tais problemas, não soube dar respostas a informações elementares solicitadas pelo Senado – de que modo daremos cumprimento a uma lei carregada de boas intenções?...

A realidade institucional do nosso País, no que tange à exploração de recursos naturais, não recomenda a aparente boa-fé do projeto do Governo Federal. A observância de vigentes planos de manejo florestal sustentável impostos pela legislação vem sendo amplamente descumprida. Essa desobediência generalizada reflete a falta de vontade política, por parte do Poder

Público, em exigir com severidade o cumprimento da lei e em corrigir as graves deficiências do IBAMA, um órgão hoje sabidamente incapacitado de promover uma fiscalização efetiva.

Tais falhas do poder público, que tanto irritam a sociedade brasileira, são naturalmente as motivações que inspiraram a proposta nascida no 2º Congresso Internacional de Produtos de Madeira Sólida de Reflorestamento, realizado em Curitiba no início de dezembro passado, para se implantar um novo Ministério de Florestas, que se dedicaria integralmente aos assuntos pertinentes às nossas áreas florestais.

Ressalte-se, Sr. Presidente, que tais razões não me impedem de ser favorável ao projeto, cujos objetivos declarados são os de conservação dos ecossistemas, da biodiversidade, do solo, da água e dos valores culturais associados, bem como a proteção do patrimônio público; o do estabelecimento de atividades que promovam o uso eficiente e sustentável das florestas e que contribuam para o cumprimento das metas do desenvolvimento socioeconômico local, regional e de todo o País; o de eficaz e eficiente acesso da população aos recursos florestais e a seus benefícios; o de respeito aos direitos das comunidades locais, em especial às culturas tradicionais, ao acesso e aos benefícios derivados do uso e da conservação das florestas públicas.

E propugna ainda o projeto a promoção do processamento local e o incentivo ao incremento da agregação de valor aos produtos e serviços da floresta, bem como à diversificação industrial, ao desenvolvimento tecnológico, à utilização e à capacitação de empreendedores locais e da mão-de-obra regional; a promoção e difusão da pesquisa florestal, agroflorestal, faunística e edáfica (pertencente ou relativo ao solo), relacionada à conservação, à recuperação e ao uso sustentável das florestas; o fomento ao conhecimento e a promoção da conscientização da população sobre a conservação, a recuperação e o manejo dos recursos florestais; e a garantia de condições estáveis e seguras que estimulem investimentos de longo prazo no manejo, na conservação e na recuperação das florestas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as florestas nacionais (FLONAs) - um dos tipos de unidades de conservação (UC) - foram criadas para fins econômicos, mas temos o dever de garantir um modelo racional de desenvolvimento que possibilite a exploração sustentável e a manutenção da biodiversidade da Região Amazônica. É nesse sentido que, mais uma vez, apelo à sensibilidade do Governo Federal para que, às suas prioridades, acrescente a da proteção eficaz das nossas florestas tropicais, o tesouro brasileiro de valor inestimável.

Foi importante a criação há cerca de uma década do Ministério do Meio Ambiente, ao qual competiria cuidar dessa fundamental questão para a Nação brasileira e para o mundo, mas a temática florestal ainda não obteve os meios e não encontrou pulso forte para impedir os descabimentos que se repetem e renovam. As futuras gerações irão nos cobrar o crime dessa negligência.

O fato concreto é o de que temos de buscar uma fórmula que equacione a possibilidade de exploração racional de nossas florestas públicas com a manutenção dos interesses do meio ambiente, da preservação de nossa biodiversidade e da harmonia com os interesses sociais das comunidades envolvidas em tal processo.

A democracia é o melhor caminho para se viabilizar esta questão e, por isso, deve ser louvada, a princípio, a iniciativa do Governo de propor ao Poder Legislativo um projeto de lei sobre o tema.

Minha esperança é a de que o Congresso Nacional, que tantos desafios tem enfrentado com reconhecido sucesso, aproveite o debate e a votação do referido projeto do Executivo para delinear o caminho definitivo de preservação do fabuloso Brasil florestal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Concedemos a palavra ao Senador Pedro Simon, do Estado do Rio Grande do Sul, que representa o PMDB, e o anunciamos com o mesmo orgulho e emoção que sentimos ao colocar em seu peito a comenda maior do Estado do Piauí, a Grã-Cruz Renascença, traduzindo o apreço e o respeito do nosso povo piauiense a sua grande liderança.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a gentileza de V. Ex^a, Sr. Presidente, que é uma figura hoje, graças à TV Senado, conhecida no Brasil inteiro. No Rio Grande do Sul, muitos companheiros me perguntam que tal é o Mão Santa. Dizem que V. Ex^a capta o sentimento popular, que fala o que o povo sente e diz o que o povo gostaria de ouvir. Respondo que o Mão Santa é uma das criaturas mais dignas, corretas e honestas que conheço. E perguntam: “Por que Mão Santa?”. Mão Santa porque, antes de ser político, ele era médico, um médico tão extraordinário, tão competente, tão caritativo, cujas cirurgias salvaram tanta gente, que a população do Piauí lhe deu o nome de Mão Santa, que leva até hoje.

Sr. Presidente, vim aqui para continuar o discurso de ontem, pois não tive condição de, em dez minutos, fazer uma análise completa do Movimento de 1964.

Antes, porém, de tentar fazer qualquer discurso, tenho que manifestar a angústia que trago no peito com as notícias que vêm de Roma. Na verdade, a última informação que recebi, antes de subir à tribuna, foi de que o cardeal encarregado de anunciar ao mundo a morte do Papa – que isto não aconteça – já estaria no Vaticano e de que as condições de Sua Santidade são realmente muito graves.

O Papa João Paulo II escreveu seu nome na história do nosso País, na história de muitos países, na história da humanidade. Um homem simples, não-italiano, vindo do mundo comunista, chegou ao Vaticano e estabeleceu o seu estilo de governar, o seu estilo de orientar a sua Igreja, o seu estilo de falar, não apenas aos seus fiéis católicos, mas aos seus irmãos do mundo inteiro, uma linguagem de paz, uma linguagem de respeito. Foi às Nações Unidas, falou à ONU, falou ao mundo inteiro, disse que somos todos irmãos e que, como irmãos, devemos nos dar as mãos, que as grandes nações têm a obrigação de olhar para os que mais precisam, que os bens que temos na Terra são bens que Deus colocou à disposição de toda a humanidade e que sobre eles há uma hipoteca divina. Podemos usá-los, sim, podemos buscá-los para o nosso bem, podemos crescer, podemos desenvolver, mas não podemos fazer isso à custa da fome, da miséria dos outros.

Falou o Papa, e foi a primeira pessoa, a primeira autoridade que falou assim, e hoje já são muitos os que o repetem. Falou da obrigatoriedade das grandes nações, de as nações ricas se comprometerem com o problema da miséria, com o problema da fome, com o problema da injustiça social. Chamou ele a atenção para o absurdo de, em uma época de paz como a que estamos vivendo, terminada a Guerra Fria, gastar-se em armamentos. E aquilo que se gasta em armamentos seria mais do que suficiente para resolver o problema da fome no mundo. A grande verdade é que parece que os homens se esqueceram de Deus, parece que se esqueceram de olhar para os lados. A vida é tão agitada! É tão difícil para alguém da classe média e da classe pobre, com dignidade, que tem trabalho, ir à luta para se manter, para sobreviver, que às vezes não temos tempo de olhar para o lado, não temos tempo de ver que somos irmãos e que esta é uma caminhada que temos que fazer juntos para que tenhamos êxito.

Foi neste mundo cruel e injusto que João Paulo II desenvolveu o mais longo período de um Papa, que, com bondade, com amor e com fé, governou para todos. Ele foi a Israel, foi ao Oriente Médio e apelou pela paz, que parece estar chegando agora. Falou aos árabes, aos católicos, aos maronitas, aos muçulmanos

e aos irmãos israelitas, pedindo que Jerusalém fosse considerada uma cidade internacional, que Israel fosse respeitado em seu direito de liberdade e de soberania pelos países árabes, e que os palestinos também tivessem direito à sua pátria.

O Papa esteve no Brasil. É impressionante como o Rio Grande do Sul se apaixonou por Sua Santidade, que tomou chimarrão, colocou um pala de gaúcho e disse: “Tchê, o Papa é gaúcho.” E os gaúchos enlouqueceram. É a figura mais marcante na história do Rio Grande do Sul.

Lembro-me também de sua visita à Esplanada dos Ministérios. Lembro-me de quando, Governador do Rio Grande do Sul, tive a emoção maior da minha vida. O Arcebispo Dom Cláudio convidou-me a acompanhá-lo em sua ida a Roma a fim de trazer a estátua de Nossa Senhora Mãe de Deus, que o Papa doava a Porto Alegre, para ser colocada no Santuário da Mãe de Deus.

Sou muito sincero, não porque sou católico ou porque sou cristão, mas a fisionomia do Papa, a maneira de falar, a bondade de expressar, no momento em que benzeu aquela estátua, que a entregou, ele se lembrou: “Olha, o Papa é gaúcho, não se esqueçam!”.

E falando com outras pessoas que tiveram a oportunidade de ter uma audiência pessoal com o Papa, todos dizem realmente isso: “Ele tem os dons do Espírito Santo em si”. Ele é uma figura que está vivendo uma vida já espiritualizada. E é bom para quem sofre, é bom para quem tem uma dor, uma tristeza, uma mágoa, olhar o sofrimento do Papa. Um homem atleta, acostumado a nadar, esportista, um homem de uma saúde espetacular, que sofreu um atentado, e fez questão, depois, de visitar na cadeia quem cometeu o atentado, e de perdoar. Nunca mais foi o mesmo. Sua saúde foi decaindo, decaindo...

Ele poderia renunciar – há, dentro da Igreja, a perspectiva de uma renúncia –, mas responde que sua obrigação é, enquanto agüentar, ficar.

E é então que nós nos perguntamos: “Se Deus existe, se Ele é bom e se existe para fazer o bem, por que uma pessoa como Sua Santidade o Papa vive tremendo sofrimento, de tanto tempo?”. É que temos que entender que nosso Deus nos reserva, efetivamente, uma vida além desta. E, muitas vezes, a vida, o sacrifício, a dor e o sofrimento são para que mais puros, mais transparentes na beleza e no brilho que transferem para fora, essas pessoas cheguem logo do lado de Deus.

Eu, que sou franciscano, sempre me comovo ao ver a vida de São Francisco, porque foi uma vida em que ele pedia para sofrer. Pediu as chagas de Cristo, e teve as chagas. E parecia que, por mais que sofres-

se, mais queria sofrer para ser digno de imitar a vontade de Cristo.

Acho difícil encontrar alguém que tenha alcançado tamanha unanimidade como Sua Santidade, o Papa. Podem os muçulmanos, os turcos, os árabes, os judeus, os israelitas e os maronitas estar em guerra total, mas duvido que alguém tenha uma palavra contra o Papa. Pode o Governo americano ter restrições aqui e acolá, mas duvido que alguém tenha uma palavra que não seja de respeito ao Papa. Ricos e pobres, brancos ou negros, jovens ou velhos, aprendemos a conviver até com a imagem do Papa na cadeira de rodas, movendo-se dificilmente, mas falando. Falou o quanto pôde, inclusive entubado, falou até o momento em que a voz não saiu. Sua Santidade fez um gesto, e o povo que estava na praça sentiu o que o Papa queria dizer. E compreendeu.

Rezo para que Deus olhe para o nosso Papa, embora não saiba se tenho o direito de pedir para que o Papa continue no seu martírio. Deus é profético, poderia reduzir o sofrimento dele e dar a ele mais algum tempo de vida, porque o Papa não morre, o Papa não nos deixaria numa hora boa. Nunca o mundo precisou tanto de uma palavra de paz, de amor, de credibilidade, de firmeza como tem sido a palavra do nosso querido Papa.

Que bom, eu que passarei esta semana aqui em Brasília rezando, se segunda-feira eu puder dizer: o Papa se recuperou, o Papa melhorou. Deus assim quis. Mas seja o que for, o Papa fez por merecer a santidade aqui na Terra. Fez por merecer o respeito aqui na Terra, porque ter a autoridade, o poder, a credibilidade, a respeitabilidade do mundo e tudo isso não o abalar, e deixá-lo com a mesma simplicidade, fazer com que entendesse e desse prioridade ao que é importante... Nunca o Papa disse que havia algo mais importante do que resolver o problema das crianças que estavam morrendo de fome. Nunca o Papa achou que havia algo mais importante do que os países que vivem na fome e na miséria. Saber se conservar, saber ser o mesmo sempre, do início ao fim, essa é a missão de um grande homem, que está conosco não sei até quando, que estará conosco em pensamento pela vida afora.

Eu fico por aqui, Sr. Presidente. Não estou em condições de falar sobre 1964. Eu levo o meu abraço muito afetivo e também as nossas orações a Sua Santidade. E tenho certeza de que falo em nome de todo o Senado.

Ontem, V. Ex^a disse, desta tribuna, que se leva um minuto para rezar o Pai-Nosso. Que todos nós possamos, neste minuto, rezar um Pai-Nosso pela vida, pelo descanso e pela paz do nosso Papa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos o Senador Pedro Simon a rezar o Pai-Nosso, da tribuna. Nós o acompanharemos, de pé.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Rezemos o Pai-Nosso:

Pai-nosso, que estais no céu,
santificado seja o Vosso nome,
venha a nós o Vosso reino,
seja feita a Vossa vontade
assim na Terra como no céu.

O pão nosso de cada dia nos dai hoje,
perdoai as nossas ofensas,
assim como nós perdoamos aqueles que
nos tem ofendido.

Não nos deixeis cair em tentação,
mas livrai-nos do mal.

Amém.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu relembriaria que o Piauí é abençoado, Senadora Heloísa Helena, pois, quando o Papa lá esteve, eu era Governador e fui convidado pela Igreja a receber em nome dos piauienses a benção papal. Acompanhava-nos o hoje Senador Eduardo Azeredo; naquela época, Governador do Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Continuando a sessão, concedo a palavra ao Senador Reginaldo Duarte, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar matéria veiculada no **The New York Times**, em homenagem ao aniversário do Padre Cícero Romão Batista, no dia 24 de março, próximo passado.

Como é sabido, a vida do Padre Cícero foi permeada de grandes feitos, de grandes controvérsias e para muitos, posso dizer mesmo que para a maioria dos nordestinos, de grandes milagres.

Esta matéria para nós, nordestinos, e, sobretudo para nós, de Juazeiro do Norte, no Ceará, representa mais um milagre operado pelo Padre Cícero. Antes o respeito e a devoção e esse homem, cuja vida se confunde com a do sofrido povo nordestino, estava restrita ao Nordeste. Tomou dimensões nacionais e, hoje, é motivo de debates em fóruns internacionais.

Por isto, Sr. Presidente, encaminho a matéria do mencionado jornal a esta Mesa, para que conste, na íntegra, nos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A solicitação de V. Ex^a será atendida, de acordo com o Regimento Interno.

Seguindo a lista de oradores inscritos, concedo a palavra à extraordinária Senadora Heloísa Helena.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – É generosidade de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Primeiramente, quero compartilhar a emoção que nos trouxe há pouco o nosso querido Senador Pedro Simon e também de todas as orações feitas pela saúde do Papa. De uma forma muito especial, para enaltecer Sua Santidade pela serenidade mantida num momento tão difícil como o que está vivenciando hoje.

Estamos ainda na época da Páscoa, muito embora o nosso calendário incuta na nossa cabeça que a Páscoa é só o dia em que trocamos ovos de chocolate. Estamos ainda dentro dos mais de 100 dias em que celebramos a Páscoa, a comemoração do povo hebreu, a transição entre oprimidos e prisioneiros, a conquista da terra da liberdade e a transição belíssima, maravilhosa de Jesus Cristo através da ressurreição. E, como ainda estamos na época da Páscoa, também nos sentimos na obrigação de, ao tempo em que fazemos orações para a saúde, para a serenidade do nosso Papa, continuarmos praticando as ações que são necessárias para minimizar a dor e o sofrimento daqueles que foram parte da razão de existir também do Papa.

Antes de abordar o tema do meu discurso, quero saudar também o Senador Reginaldo Duarte pelo pronunciamento de S. Ex^a nesta Casa em comemoração ao aniversário de Padre Cícero. Também nesta oportunidade, quero abraçar duas pessoas importantes de Juazeiro, como também são importantes todas as romeiras e romeiros. Essas duas pessoas da Igreja Católica souberam promover o reencontro do povo com Padre Cícero, com a Igreja Católica. Ao longo da História, a Igreja Católica tentou isolar a história de Padre Cícero, e o povo se reencontrava com ele todos os dias. São eles o Padre Murilo e o Bispo Dom Fernando, lá de Juazeiro que promovem essa belíssima reconciliação do povo com a história do Padre Cícero e com a igreja Católica em momentos belíssimos. Quem vai a Juazeiro sabe como é bonita a celebração que lá se faz. Quero aproveitar e abraçar o Padre Murilo e Dom Fernando, que têm tido a sensibilidade necessária de acolher os romeiros nesse momento tão especial que é o aniversário de Padre Cícero.

Sr. Presidente gostaria de, mais uma vez, compartilhar algo com esta Casa. Senador Leomar Quintanilha e Senador Mão Santa, V. Ex^{as} sabem que já

fiz isso centenas de vezes nesta Casa. Às vezes me sinto repetitiva, mas como a dor e o sofrimento dos nordestinos e dos sertanejos de Alagoas não tem pausa, eu me sinto na obrigação de ficar todo o tempo aqui cobrando as ações do Governo Federal, um Governo que – ainda – me surpreende com a irresponsabilidade e insensibilidade. Eu fui expulsa pela intolerância e truculência do Governo, eu sei o que é que eles fazem na surdina de forma implacável para me aniquilar politicamente, eu sei que eles são capazes de comprar pessoas aqui e em outros lugares para igualmente tentarem me aniquilar, eu sei do que eles são capazes. Mas mesmo sabendo do que eles são capazes, ainda consigo me surpreender com a insensibilidade do Governo Lula em relação a uma situação gravíssima por que passa o Nordeste de forma geral, qual seja, o problema da seca.

Para V. Ex^a ter uma idéia, Senador Leomar Quintanilha, desde agosto do ano passado, tenta-se garantir o tal estado de emergência. Mas sabemos todos nós da burocracia gigantesca que só existe quando o governo quer que exista burocracia. Porque quando é para montar o balcão de negócios sujos para resolver os problemas de sua base de bajulação, liberar cargos, prestígios e poder, eles fazem com a maior rapidez. Então desde agosto do ano passado que 30 Municípios de Alagoas, aliás, 26 Municípios de Alagoas, apenas 26 Municípios de Alagoas... Nós sabemos que a situação de emergência em função da seca do Estado de Alagoas não é só do sertão. A Zona da Mata passa por uma crise gravíssima, o agreste passa por uma crise grave, mas o pior acaba sendo o sertão de Alagoas. Desde agosto do ano passado, vários Municípios alagoanos tentam conseguir no **Diário Oficial** o tal do estado de emergência. O estado de emergência possibilita apenas que as migalhas das cestas básicas e dos carros-pipas possam chegar às famílias pobres, miseráveis do sertão de Alagoas.

Nem estou cobrando o que eu já cobreí várias vezes e continuo fazendo, as obras de infra-estrutura, a recuperação e construção das adutoras e recuperação dos reservatórios. Uma simples cacimba, um simples reservatório que seja – e a Cáritas dá um tapa na cara de qualquer executivo porque está lá fazendo com pouco recurso e muita eficácia –, os projetos de irrigação, tudo que já foi proposto, não precisa inventar mais nada para o Nordeste brasileiro. Não precisa inventar nada. De Celso Furtado há tanto de conhecimento produzido pela experiência quotidiana, pela ciência, pela tecnologia, então nem precisa pensar em nada.

Não estou aqui falando dos mecanismos concretos para minimizar a dor e o sofrimento do povo sertanejo e das obras de infra-estrutura. Mais uma vez,

estou neste plenário para repudiar a insensibilidade, a irresponsabilidade do Governo Lula e apelar para que as migalhas sejam entregues ao povo de Alagoas. Sabe qual é a minha surpresa, Senador Leomar Quintanilha? Desde agosto, o povo pobre de Alagoas espera pelas migalhas da cesta básica e do carro-pipa. Para nossa surpresa, o Governo, em sua insensibilidade e irresponsabilidade, inventou agora que as cestas básicas não poderão estar na casa das famílias que já recebem um tipo de bolsa-esmola, como a bolsa-escola ou outro projeto qualquer.

Às vezes, fico constrangida de falar sobre esse assunto. Conheço a luta gigantesca do meu querido Senador Eduardo Suplicy em relação ao projeto de renda mínima e do Senador Cristovam Buarque em relação à bolsa-escola. Por mais que tenhamos críticas a essas políticas compensatórias, sabemos que as pessoas não podem esperar por democracia, justiça social e revolução socialista e precisam preservar até sua integridade física. Portanto, é necessário haver uma política específica para que possam ultrapassar esse momento. Entretanto, o Governo estabeleceu que, se numa casa pobre, miserável, um deficiente, um idoso ou uma criança já recebe uma dessas bolsas, essa família não poderá ter acesso às cestas básicas que um estado de emergência possibilita. Já imaginaram o que isso significa?

Eu consigo ficar surpresa, porque, a cada dia, essas pessoas continuam me surpreendendo pela irresponsabilidade, pela insensibilidade e pela canalhice perante os pobres.

O Governo continua servil do Fundo Monetário Internacional, faz de conta que não assina o acordo, mas mantém toda a política do FMI, que privilegia o capital financeiro e os banqueiros. Apenas em janeiro, foram mais de 13 milhões para encher a pança dos banqueiros internacionais, enquanto se esvaziavam o prato, o emprego, a vida e a dignidade da grande maioria dos nordestinos e dos brasileiros.

Fica, mais uma vez, o meu apelo no sentido de que os recursos sejam liberados para o Estado de Alagoas, de que haja agilidade ao menos na liberação das malditas migalhas absolutamente necessárias para matar a fome e a sede do povo pobre que lá está, e de que se faça revisão dessa canalhice estabelecida burocraticamente pelo Governo, que ousa dizer que uma família pobre que recebe um tipo de bolsa não pode ter acesso ao essencial para a sua sobrevivência física – não se trata necessariamente nem de questão de dignidade humana. Portanto, este é meu apelo, protesto ou qualquer coisa que o valha. Sei que o Governo Federal não se importa com o Estado de Alagoas nem com o País. O Governo Federal sabe manobrar o Congresso Nacional, comprar Parlamentar e definir seu voto, entregar cargos, prestígio e poder aos Parlamentares, que se calam diante da dor, da miséria e do sofrimento do seu povo. Sei como tudo acontece, mas, para que tenhamos um mínimo

de consciência tranqüila, precisamos fazer mais uma vez o nosso protesto.

A situação não é nova; é uma situação muito antiga, muito antiga. Não é uma situação nova, não precisa de nenhum projeto novo, de nenhuma proposta nova, mirabolante, de alto custo, faraônica. Nada. Precisa de ação de governo. E, enquanto o Governo não tem competência, sensibilidade, responsabilidade para viabilizar os projetos que Alagoas, o Nordeste, a periferia de São Paulo e o Brasil precisam: de obras importantes de infra-estrutura que dinamizem a economia, gerem emprego, gerem renda, melhorem a dignidade das pessoas, especialmente das pessoas pobres, pelo menos superem essa maldição que está sendo estabelecida e viabilizem os recursos necessários. Eu estou falando do sertão de Alagoas, mas não é só do sertão de Alagoas, mas de vários lugares do Nordeste todo. O Governo liberou com mais rapidez 300 milhões para o Sul. Não quero competição nenhuma entre Nordeste e Sudeste. Tomara que libere o mais rápido possível porque onde estiver a dor de alguém, independentemente do Estado, do local, do Município onde ele esteja, que seja liberado o mais rápido possível. Agora que, por favor, libere os recursos a que Alagoas tem direito e que seu povo pobre, sofrido, marginalizado precisa com a rapidez que infelizmente a irresponsabilidade do Governo não está possibilitando que cheguem.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a permite um aparte?

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Concedo um aparte, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloisa Helena, acho importante o apelo que V. Ex^a faz em tom dramático para que cada família que porventura esteja em situação de sofrimento, de falta, sobretudo no sertão de Alagoas, diante da seca, possa ser atendida em suas necessidades básicas, inclusive com o direito à cesta básica. Eu acho tão relevante o pronunciamento de V. Ex^a que gostaria de requerer ao Sr. Presidente em exercício, Senador Mão Santa, seja esse pronunciamento encaminhado, em especial, ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, bem como ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que é responsável por programas de distribuição de cestas básicas, em situações de emergência, sobretudo, para trabalhadores agrícolas e suas famílias. Por outro lado, V. Ex^a tem consciência de que, normalmente, tenho expressado aqui que mais eficiente do que a garantia de uma cesta básica é a garantia de uma renda suficiente para atender as necessidades vitais de cada família e, na medida do possível, de cada pessoa. Por isso, aprovamos uma lei que institui a renda básica cidadã para toda e qualquer pessoa. Entretanto, o Bolsa-Família, que pode ser visto como um passo nessa direção, ainda tem um valor modesto. Qual é o valor? Para as famílias que recebem até R\$50,00 mensais **per capita**, o Bolsa-Fa-

mília vai de R\$50,00 até R\$95,00, porque é R\$50,00 mais R\$15,00, R\$30,00 ou R\$45,00, dependendo do número de crianças. Se a família é constituída apenas de duas pessoas, digamos marido e mulher, ela tem direito a R\$50,00 se a sua renda **per capita** não atingir – no caso de um casal apenas – R\$100,00. Se for uma família, digamos, de pai, mãe e três crianças, o benefício é de R\$50,00, mais R\$45,00 – R\$15,00 para cada criança. Como, no caso, a família tem três crianças, ela tem direito aos R\$45,00; mais R\$50,00, ou seja, R\$95,00 por mês. Se a renda da família estiver na faixa de R\$50,00 a R\$100,00 **per capita**, receberá o benefício, apenas, dos R\$15,00, R\$30,00 ou R\$45,00, dependendo de ter uma, duas, três ou mais crianças. Portanto, é modesto. Em Alagoas, possivelmente R\$95,00 signifiquem um poder aquisitivo maior do que na cidade de São Paulo, mas ainda assim é modesto, em um lugar como em outro. É um modesto passo. Entretanto, tem significado, em muitos lugares, algo importante. Certamente, a seca está impedindo que as famílias atingidas tenham o devido sustento. Por isso, será importante examinar a quantia que seria necessária, **per capita**, para prover a família. Quanto seria necessário para atingir aquilo que o Presidente Lula mencionou como o mais importante objetivo do seu Governo? O Presidente tem mencionado, desde a posse, ou melhor, mesmo antes da sua posse, reiteradas vezes que até 2006, na medida do possível, toda pessoa neste País terá o direito de fazer, pelo menos, três refeições ao dia. Então, para atingir esse objetivo, quanto seria necessário, no sertão de Alagoas, por família ou por pessoa? Esse é um cálculo importante para o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, que tem procurado fazer com que essa meta seja alcançada. Lembremos que o Programa Bolsa-Família, que acabo de descrever e que ainda é modesto, beneficia hoje 6,5 milhões de famílias. Está próximo de 7 milhões. Até dezembro, beneficiará 8 milhões e 700 mil famílias e no ano que vem, 11 milhões e 200 mil. Em princípio, todas aquelas famílias, cuja renda **per capita** for inferior a R\$100,00 mensais. O objetivo do Governo é que esses programas atinjam prioritariamente regiões como o semi-árido do Nordeste, o Estado do Senador Mão Santa, e depois outros Estados, como o de São Paulo, por exemplo. O Estado de Alagoas, nas condições que V. Ex^a descreve, em razão desse programa, já deveria estar atendendo 100% dos municípios. Seria importante que o balanço da situação, mesmo sendo modesto o programa, fosse realizado. Mais importante ainda seria informar ao Ministro Patrus Ananias, primeiro, se as famílias do Estado de Alagoas que teriam potencialmente direito

à bolsa-família – um percentual de 100% das famílias – estão ou não sendo beneficiadas; segundo, ainda que beneficiadas...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Suplicy...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Estou terminando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) - ...quero lembrar V. Ex^a que São Paulo é um Estado grande e que V. Ex^a está gastando, em seu aparte, um tempo também grande e a Senadora Heloísa Helena, que está representando a pequena Alagoas, precisa ser compensada com um tempo maior.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Está bem, Presidente. Seria importante que houvesse o diagnóstico do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Desenvolvimento Agrário para saber qual a situação das famílias diante do diagnóstico que V. Ex^a hoje faz. Sr. Presidente, reitero o pedido de que o pronunciamento da Senadora Heloísa Helena seja enviado, pela devida importância, aos Ministros Patrus Ananias e Miguel Rossetto para o bom exame da situação. Como diz respeito também à política econômica, que seja enviado ao Ministro da Fazenda para que S. Ex^a conheça o clamor de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Entendemos que todo o PT e todo o Governo deveriam ouvir a Senadora atentamente, como o País está fazendo, e talvez seguir essa mulher, que não é desafortada, mas apenas sonha chegar à Presidência, o que seria uma bênção para o País.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, ganhei uma camiseta em que está escrito: “Eu sou desafortada”. Acho que virei vestida com ela na próxima semana.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Veja que ontem o Presidente Lula, no vôo, fez uma brincadeira comigo...

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Isso é quase impossível acontecer, porque os ratos de terno e gravata, que se alimentam de carne humana aqui em Brasília, fariam tudo para me aniquilar. Isso é quase impossível ocorrer. Ninguém precisa ter preocupação em relação a isso.

Senador Eduardo Suplicy e Senador Mão Santa, sei que outras pessoas querem falar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queria apenas, em nome do Piauí, fazer um convite a V. Ex^a. O Piauí, terra querida, está no combate ao primeiro que chega. Quero transmitir um convite do maior chargista do País, Moisés, que, para começar sua exposição, exige a presença de V. Ex^a.

A SR^a HELOÍSA HELENA (P-SOL AL) – Estarei lá. E o Senador Eduardo Suplicy fez uma pausa no meu discurso, introduzindo o tema ao qual, com profundidade, competência e sensibilidade, tem dedicado seu mandato. E S. Ex^a me fez lembrar outro detalhe que era impossível

eu ter esquecido. A tragédia é tão grande, mas há sempre um ponto maior para a tragédia: é que os programas de bolsa estão atrasados. Eles não estão indo às famílias pobres desde janeiro. Então, vejamos: as famílias pobres que estão no cadastro das bolsas não poderão entrar no cadastro das cestas básicas, embora elas não estejam sequer recebendo recurso da bolsa desde janeiro.

Claro que eu, como sertaneja, como nordestina, Senador Eduardo Suplicy, sinto-me sinceramente incomodada de estar falando em cesta básica e carro-pipa, porque sei o que as malditas e podres oligarquias nordestinas já fizeram de manipulação da dor e do sofrimento dos pobres com as cestas básicas e os carros-pipas. Sei disso. Sei que a fria e cínica elite paulista faz também; com outro método, mas faz também, pois esse é o conluio nacional para que os pobres possam continuar sempre a serviço dos interesses dos ricos. Sinto-me muito mal com essa situação. E V. Ex^a traz o tema da renda mínima, da universalidade da renda mínima, tema para o qual todos nós temos sensibilidade. Porém, mais do que isso, queríamos nós que todos os brasileiros pudessem ter acesso ao trabalho, ao emprego. Vejam que coisa maravilhosa, que já dizia o velho camarada tanto há tempo atrás: é o trabalho que nos diferencia de qualquer outro animal. É o trabalho. Às vezes, o trabalho é explorador, é injusto; mesmo assim, qualquer pai e mãe de família e jovem deste País quer esse trabalho. Ele quer qualquer coisa, pois quer a garantia de que não precisará da esmola, da migalha, da humilhação. Ele quer a garantia de qualquer que seja o trabalho.

Infelizmente, a tragédia do desemprego no País é tanta que destrói relações familiares, joga um pai e uma mãe de família no alcoolismo e na marginalidade, como último refúgio. O trabalho é tão importante para garantir a dignidade da mulher, do homem, do jovem e assim garantir também a dignidade das crianças e da sociedade de forma geral que tínhamos que estar aqui era cobrando isso. Isso é maior do que qualquer política compensatória, do que qualquer política de Bolsa Escola, qualquer uma dessas políticas.

Mas não estamos nem a cobrar isso, porque sabemos o significado da política econômica servil do capital financeiro, servil dos parasitas sem pátria que destroem nações inteiras – e uma lágrima jamais cairá do rosto de um deles. Não estamos nem a exigir isso. Estamos simplesmente solicitando aquilo que o estado de emergência, que a porcaria da burocracia possibilita. Estamos simplesmente solicitando que as famílias pobres do sertão de Alagoas, ou do Piauí, ou do Ceará, ou de onde quer que seja tenham acesso às

migalhas, porque, embora sejam migalhas, às vezes utilizadas de forma indevida, sabemos o significado disso para um pai ou uma mãe de família faminta.

E ainda mais: a disponibilização dessas cestas, dessas migalhas não passa nem pela mão dos políticos locais, porque, como elas vêm diretamente da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e passam a ser distribuídas diretamente pelo Exército, é só algo para minimizar o sofrimento enquanto o Governo possibilita a liberação dos recursos, o Renda Mínima e o emprego, aquilo que realmente resgata a dignidade das pessoas.

Portanto, apelo mais uma vez aqui – agradecendo o aparte do meu querido Senador Eduardo Suplicy – para que sejam liberados os recursos de que Alagoas precisa, merece e com os quais seu povo sonha, pelos quais luta e aos quais tem direito. Liberem os recursos para Alagoas!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador do Estado de Tocantins do PMDB, Leomar Quintanilha.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a V. Ex^a que insira nos Anais resposta da Coordenação-Geral de Comunicação Social da Superintendência da Zona Franca de Manaus, a respeito de denúncia feita por Deputado do meu Partido, Luiz Carlos Hauly, do Paraná, contra a Dr^a Flávia Grosso. O Deputado, um homem de bem, um homem correto, tem um padrão comum: se recebe denúncia, manda para o Ministério Público e para o TCU. No caso da Dr^a Flávia Grosso – que, servindo a esse Governo, apesar de qualquer coisa, é uma pessoa séria, pois a conheço –, ela explica detalhadamente, transparentemente como o Governo deveria fazer e não o faz em outros momentos, os seus gastos com telefone.

Peço que a resposta dela seja inserida nos Anais. Coloquei-a para conversar com o Deputado Luiz Carlos Hauly, e S. Ex^a se deu por satisfeito. Ele entendeu que ela é uma pessoa de bem, e eu disse a ela que também o Deputado é uma pessoa de bem. Então, duas pessoas bem-intencionadas conversaram, ela dá a resposta moral que tinha que dar e é um exemplo para um Governo que evita dar respostas quando é questionado nesses aspectos, pois o fez prontamente. O Deputado Hauly, pelo que percebi, não tem o menor interesse em continuar com essa questão.

Faço essa solicitação a V. Ex^a, Sr. Presidente, e agradeço muito pela gentileza. Peço desculpas por interromper o discurso, que será muito proveitoso, do Senador Leomar Quintanilha, do Tocantins.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e §2º, do Regimento Interno.)*

Matéria referida:

“1) Nota de esclarecimento da Coordenação Geral de Comunicação Social da Suframa.”

Ao

Ilmo. Sr.

Senador Arthur Virgílio Neto

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em função da nota distribuída a imprensa pelo deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), por meio da Coordenação Geral de Comunicação (CGCOM), esclarece:

1. As despesas da Superintendência da Zona Franca de Manaus com telefone celular, bem como as demais despesas, são apresentadas na Prestação de Contas anual da Autarquia encaminhada ao Tribunal de Contas da União.
2. O relatório das despesas relativas ao exercício de 2004 foi entregue à Controladoria Geral da União (CGU) no último dia 15 de março.
3. Conforme este relatório, o gasto com telefonia celular, específico da linha utilizada pela senhora superintendente Flávia Skrobot Barbosa Grosso, no decorrer do ano de 2004, foi de R\$ 23.598,57. Desse total, R\$ 17.855,16 são referentes a ligações internacionais. Portanto, não é verdadeiro o valor mencionado na nota do parlamentar.
4. Dos números de telefones mencionados na nota encaminhada pelo deputado, apenas o de número (92) 9128-5040 é de uso funcional da senhora superintendente. Os demais números – (61) 9224-7608 e (61) 9674-4050 – são de responsabilidade do Gabinete da Autarquia em Brasília e não estão em uso. Os valores mencionados no relatório de despesas com telefone celular, relativos a esses dois últimos números, correspondem a assinatura de manutenção das linhas.
5. Em relação ao limite de gastos com telefonia celular, a Suframa obedece o que determina a Portaria nº 170, de 26 de novembro de 2003, que disciplina o uso deste serviço, conforme o disposto nas Instruções Normativas MARE nº 6, de 10 de setembro de 1998 e nº 12, de 5 de setembro de 1997.
6. Conforme a Portaria, o limite de despesa mensal com telefonia celular está estabelecido em R\$ 300,00. Nesse limite não são computadas as ligações para telefones da Suframa, realizadas ou recebidas fora da sede durante as viagens em objeto de serviço (conforme o inciso 2º do artigo 8º da Portaria). Aplicando os critérios definidos, a Senhora Superintendente efetuou o ressarcimento dos valores excedentes ao limite, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 8º da Portaria, como consta do relatório de despesas encaminhado à CGU.

7. A Suframa esclarece ainda, na condição de autarquia federal tem como missão “promover o desenvolvimento sustentável, mediante geração, atração e consolidação de investimentos, apoiado em capacitação tecnológica, visando à inserção internacional”. Para tanto, adota como estratégia institucional, a realização de missões internacionais de promoção e divulgação das vantagens comparativas do modelo Zona Franca de Manaus, com objetivo de atrair novos investimentos, seja para o Pólo Industrial de Manaus - PIM ou para fomentar a implantação de indústrias de aproveitamento das potencialidades regionais. Essas atividades foram intensificadas na atual administração, e a participação direta da Senhora Superintendente foi determinante, seja à frente de equipes técnicas da Suframa em viagens ao exterior ou atendendo ligações telefônicas de empresários e diplomatas estrangeiros interessados em vir a Manaus conhecer o modelo ZFM. Em 2004, foram realizadas missões internacionais para: Espanha, França, Bélgica, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, China e Japão. Em média, a cada uma dessas missões a Senhora Superintendente se fez acompanhar por três técnicos da Autarquia, sendo utilizada a mesma linha de telefone móvel por todos os integrantes de cada missão internacional.
8. A importância dessas atividades de captação de investimentos pode ser medida pelo volume de novos projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa em 2004: 246 novos empreendimentos que juntos representam aproximadamente US\$ 2,4 bilhões em novos investimentos; o público investidor presente na II Feira Internacional da Amazônia também é resultado do trabalho de promoção e divulgação do modelo ZFM realizado pela Suframa. Representantes de mais de 30 países participaram do evento. Além disso, a presença da Senhora Superintendente nas inúmeras reuniões promovidas pelos comitês de negociações internacionais em 2004 foi determinante na eliminação de barreiras tarifárias aos produtos fabricados no PIM, contribuindo assim para a abertura de novos mercados.
9. Também é necessário esclarecer que em todas as missões internacionais da Autarquia (mais de 15 em 2004), foi utilizado um único telefone celular, o de responsabilidade da Senhora Superintendente, o qual passou a ser de uso coletivo das equipes técnicas, tanto para receber, quanto para fazer ligações. Além do que, mesmo quando está ausente do País, a Senhora Superintendente não fica dispensada das suas atribuições de gestora do modelo Zona Franca de Manaus, principalmente quando há demanda por decisões estratégicas para a instituição ou para o modelo como um todo.
10. É importante salientar ainda que todas as ligações feitas ou recebidas pela Senhora Superintendente e integrantes das equipes técnicas que a acompanham nas missões são feitas em decorrência das atividades desenvolvidas pela instituição Suframa, conforme estabelece a legislação que rege a matéria.

Atenciosamente,

Auxiliadora Tupinambá
Coordenadora Geral de Comunicação Social

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, diante da enfática e comovente manifestação que nos fez há pouco o eminente Senador Pedro Simon, quero também me associar, em meu nome e em nome do povo tocantinense, às orações que fazem os brasileiros e os povos, principalmente os cristãos do mundo inteiro, pelo restabelecimento da saúde do nosso querido

Papa, pedindo a Deus que nos dê a compreensão do martírio de Sua Santidade.

Gostaria também, antes de abordar o tema que me traz esta manhã à tribuna, Sr. Presidente, de fazer um breve comentário à respeito das ponderações da eminente Senadora Heloísa Helena, que tem, com muita propriedade, com muita firmeza, com muita sensibilidade, mostrado as chagas do sofrimento do povo brasileiro, particularmente do seu estado, o Estado de Alagoas.

Não tem sentido a incoerência e a insensibilidade do Governo público diante dessa situação fática existente de calamidade, principalmente desses 26 municípios do sertão alagoano, onde – pasmem – não

chegam nem a cesta básica nem o carro pipa – esse que se imaginava fosse algo do passado no Brasil, uma das mais importantes economias do mundo.

O povo está sofrendo pela inexistência de políticas públicas que satisfaçam as demandas e as suas necessidades, enquanto os bancos, inclusive os oficiais, comemoram lucros exorbitantes. Que situação totalmente incompreensível essa de não chegar a cesta básica a um irmão nosso, a um cidadão alagoano que está sofrendo com a seca e a fome!

A minha solidariedade, eminente Senadora. E espero que possamos chegar ao Ministro Patrus Ananias, que acredito seja um homem sensível, religioso. Ele deverá adotar providências para agilizar o atendimento da nossa querida gente, principalmente dos 26 municípios de Alagoas que sofrem tanto.

Sr. Presidente, passando a outro tema, obra parada é efetivamente uma das grandes razões de prejuízos enormes que este País tem. E, não faz muito tempo creio que pouco mais de dez anos, o Senado, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, andou avaliando a situação de obras paradas no País inteiro e constatou tanto desperdício do povo brasileiro, do povo sofrido de Alagoas, do povo sofrido do Tocantins, do seu Estado do Piauí deste País inteiro, que contribuem efetivamente para o povo nacional e que distribuem os seus recursos para as obras chamadas prioritárias e que, às vezes, ficam abandonadas depois de nelas serem empregados milhares de reais com 20, 30, 40% da sua execução.

E eu gostaria de discutir algumas dessas obras que já constatei no meu Estado. Quero ir fundo no questionamento das razões que levam à paralisação dessas obras. É importante revelar os estudos da sua concepção. Por exemplo, a BR-242, apesar de ser uma obra federal, que integra o Plano Rodoviário Nacional, seu trecho que passa no Tocantins é delegado ao Governo do Estado. E no entanto, um trecho desta rodovia que tiraria do isolamento milhares de famílias que estão na região sudeste do Estado, principalmente entre as cidades de Paranã e Taguatinga, no Tocantins, vêm deteriorar os volumes de terra que foram movimentados por máquinas e equipamentos que foram colocados para construir essa estrada ali. E a estrada está paralisada, abandonada, há muito tempo. E as razões ainda não foram explicitadas.

Mas pior do que não explicar as razões é não retomar a construção dessa rodovia que se propõe a tirar do isolamento milhares de brasileiros que se situam nesta região do Tocantins.

Da mesma forma, eminente Presidente, não encontro explicação para a paralisação das obras de uma ponte sobre o rio Sono, também, no Estado de Tocantins. Essa obra está paralisada há mais de 10 anos, com todas as colunas e praticamente todas as vigas já lançadas, e a obra continua paralisada há mais de 10 anos, deixando no isolamento toda uma comunidade, vários municípios. Algumas alegações da sua paralisia seriam porque esta obra estaria invadindo 15 metros de uma área indígena.

Ora, não há sentido nem explicação por que o Poder Público se queda diante de um fato dessa natureza. As razões têm que ser solucionadas. As áreas indígenas foram estabelecidas por homens que tomam essa decisão e que realmente precisam entender a importância da retomada da construção da ponte sobre o rio Sono, porque não podemos ver a quantidade de dinheiro público de toda a população do Estado e do País sendo desperdiçado pela inércia e pela incompetência. Ali mesmo, na ligação feita entre o município do rio Sono a Tocantinea, na ligação do trecho – porque uma parte passa na reserva indígena – também não é construída.

Da mesma forma, foi paralisado outro trecho da rodovia que liga Tocantinea à nossa capital, Palmas. Apenas sete quilômetros não foram construídos, Sr. Presidente, sob a alegação de que passa em terra indígena.

Ora, os índios são os principais beneficiários dessa rodovia. Quem transita por aquele trecho da estrada que está sem pavimentação vê que os índios estão dando prejuízo a toda uma comunidade.

Então, precisamos investigar a fundo e tenho certeza de que a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado deverá buscar as razões e, mais do que isso, a solução para que o dinheiro público não continue sendo desperdiçado e não atinja seus propósitos principais, quais sejam, os de levar seus frutos e benefícios à população de Tocantins e do Brasil.

Era o que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, nesta manhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Não havendo mais oradores inscritos, encerramos a sessão de sexta-feira, 1º de abril de 2005, que foi supervisionada e coordenada pelo Secretário Executivo Raimundo Carreiro, ao tempo em que lanço minhas últimas palavras aos céus como uma forma de prece e de reza pela felicidade do nosso Papa e dizer que Sua Santidade significa muito, principalmente para o Piauí, porque, quando governava o Estado, a convite da Igreja,

recebi suas bênçãos e o que me impressionou foi que, diante de tantos que estavam lá, chamou atenção e disse: “Acabei de transferir o Arcebispo D. José Freire Falcão, do seu Estado, de Teresina, Capital, para Brasília.”

Então, essas são as nossas palavras, testemunhando a grandeza cristã do povo do meu Estado do Piauí.

Os Srs. Senadores Reginaldo Duarte, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Antero Paes de Barros, Almeida Lima, Alvaro Dias, Mozarildo Cavalcanti, Valmir Amarel e Pedro Simon enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Déficit Humano”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 23 de março do corrente.

O referido artigo trata da relação entre o governo petista e os seus ministros. Comenta, principalmente,

o tratamento que tem sido dado aos Ministros Humberto Costa, da Saúde, e Aldo Rebelo, da Coordenação Política, que, sempre leais ao governo, foram desmoralizados diante de toda a mídia em função de um possível pedido do Presidente Lula para que entregassem seus cargos.

Traduz assim em seu artigo: “O que é inadmissível é deixar vaziar que a demissão é por mau desempenho e ficar exibindo indefinidamente seu corpo maltratado em praça pública, ainda por cima como cartaz de incompetente no pescoço.”

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Déficit humano.”

CLÓVIS ROSSI

Déficit humano

SÃO PAULO - Entre os muitos déficits da gestão petista, há um que escapou de comentários: ela é péssima em relações humanas.

Mesmo na política brasileira, em que esse tipo de déficit é colossal, esperava-se um mínimo de solidariedade entre aqueles que um dia se tratavam por companheiros.

Toda a trajetória do PT, desde que assumiu o governo federal, torna também aquele tratamento uma burla, mais uma em uma coleção que parece interminável.

O que o presidente da República e seus companheiros de governo estão fazendo, por exemplo, com Humberto Costa, o ministro da Saúde, é de uma indecência galopante.

Humberto Costa é um quadro do PT desde sempre. Foi usado sempre pelo partido para fins eleitorais ou administrativos. Se é ou não competente, o presidente e o partido tinham todas as condições de saber isso antes de convidá-lo. Se o convidaram, e agora o julgam incompetente, o erro de julgamento é, portanto, muito mais de Lula e do PT do que do pró-

prio Humberto Costa.

Mas, ainda que seja agora julgado incompetente, o mínimo que se espera de gente decente no trato com um companheiro é que o avise de saída: “Humberto, preciso do seu lugar. Você continua ministro até a designação do novo titular. Grato pelos dois anos e três meses de trabalho, mas a vida é assim”.

O que é inadmissível é deixar vaziar que a demissão é por mau desempenho e ficar exibindo indefinidamente seu corpo maltratado em praça pública, ainda por cima com o cartaz de incompetente no pescoço.

Vale idêntico raciocínio para outros “companheiros”, como Aldo Rebelo, da Coordenação Política, que, embora seja do PC do B, acompanhou Lula e o PT em todas as campanhas eleitorais e permaneceu fiel também depois das derrotas, o que é incomum no país.

A reforma ministerial não vai tornar o governo melhor, já se vê. Mas um pouco de decência no trato pessoal dar-lhe-ia uma cara um pouco menos feia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para um breve comentário baseado no artigo intitulado “O PT e uma outra história”, de autoria de Marco Villa, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 22 de março do corrente.

O referido artigo relata um pouco da trajetória do Partido dos Trabalhadores, da sua “luta de classes”, do sindicalismo combativo da época do ABC paulista. E constata que, vinte e cinco anos depois, o PT não é mais o mesmo e que os intelectuais petistas do governo são agora senhores conservadores, que não

precisam mais da participação popular. Estão isolados, abandonados pelos militantes idealistas.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“O PT e uma outra história.”

FOLHA DE S.PAULO

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não refletem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
E-mail: d1@lute2uol.com.br

O PT e uma outra história

MARCO VILLA

O PARTIDO dos Trabalhadores está completando 25 anos. É um fato digno de registro, se compararmos com outros partidos políticos brasileiros. Afinal, só há pouco mais de meio século podemos falar em partidos nacionais — excetuando os casos do Partido Comunista Brasileiro e da Ação Integralista Brasileira.

Para se afirmar como alternativa histórica da classe trabalhadora, o PT foi construindo uma leitura muito particular da história do Brasil e das lutas operárias. Fez o que outros já tinham feito: reinventou o passado, para que a fundação do partido fosse considerada o marco zero da luta de classes no Brasil. Apagaram da história, sem dó, sete décadas de lutas políticas e econômicas. Os intelectuais petistas foram os principais responsáveis por colocar de ponta-cabeça a história do Brasil. E com a concordância entusiástica da liderança sindical do partido, satisfeita por ser alçada pelos intelectuais como precursora de algo que nunca tinha ocorrido no país: a construção de um partido operário e de um sindicalismo combativo.

Mas haja borracha para apagar tantas lutas. Como exemplo serve a própria história do ABC, berço do partido. Em 1945, o candidato comunista à Presidência da República, Iedo Fiúza, teve 10% dos votos nacionais, porém em Santo André obteve quase o triplo dessa proporção, 28%, deixando em terceiro lugar o candidato da UDN, o brigadeiro Eduardo Gomes. Nas eleições municipais de novembro de 1947, na mesma cidade, os comunistas — já na ilegalidade — elegeram um antigo militante do PCB prefeito. Mas não só: os vereadores comunistas eram maioria nas Câmaras de Santo André, Santos, Sorocaba e São Paulo. Em 1950, apesar do boicote comunista, Getúlio Vargas, candidato à Presidência, teve 84% dos votos em Santo André, quando a média nacional foi de 48,5%.

A tarefa de refazer a história atingiu também o passado das lutas sindicais. O mito fundador alcançou a Consolidação das Leis Trabalhistas. Se é inegável que a CLT foi um instrumento para atrelar os trabalhadores ao Estado, também serviu (e serve) como instrumento de luta dos operários na Justiça do Trabalho. Em vez de contextualizar historicamente a CLT dentro da luta de classes, Luiz Inácio Lula da Silva, em um dos seus arroubos tão costumeiros, preferiu chamá-la de “AI-5 da classe trabalhadora”.

A independência e a combatividade da classe operária teriam começado em 1978, no ABC, sob a liderança de Lula. Todo o resto era fruto de sindicalistas pelegos, de oportunistas e populistas. Porém, mais uma vez, esqueceram-se da história. O ABC registrou sua primei-

A classe operária não foi para o paraíso, mas os líderes petistas foram. Agora transitam entre a plutocracia tupiniquim

ra greve em 1906, em Santo André, 72 anos antes da greve dos metalúrgicos de São Bernardo. A região acompanhou e participou pari passu da luta dos trabalhadores de São Paulo nos anos 1910-1930, especialmente o glorioso 1917. Em 1934, os marceneiros de São Bernardo ficaram parados um mês. Dezenas de sindicalistas do ABC foram presos e torturados durante o Estado Novo — e, apesar da redemocratização, não receberam indenização do governo.

Aproveitando o ambiente democrático dos anos 1946/47, greves ocorreram no ABC e, mesmo com a onda repressiva durante o governo Dutra, os sindicatos continuaram lutando. Não devem ser esquecidas as grandes greves da dé-

cada seguinte — 1953 e 1956 — e as mobilizações no início dos anos 1960.

Mas a história tem as suas ironias. O PT desprezou a herança revolucionária construída ao longo de sete décadas — era o meio de se afirmar como algo novo, absolutamente original. Hoje, tem dificuldade para justificar aos seus militantes as ações do governo Lula. Ao que parece, encontrou uma saída: desqualificar a sua própria história — assim como tinha feito em relação aos anarquistas, trabalhistas e comunistas. Seus líderes observam com um sorriso de escárnio as fotografias das assembleias que formaram o partido, desprezam seus documentos internos, suas deliberações históricas e ironizam até o vestuário dos participantes dos antigos encontros: hoje o uniforme petista são os ternos, preferencialmente de grife.

Vinte e cinco anos depois, o PT transformou-se em um partido da ordem, controlado com mãos de ferro pelos senhores de meia-idade que estão a caminho de formar uma gerontocracia. Nada mais triste do que a fotografia publicada por esta *Folha*, em fevereiro, de meia dúzia de petistas — todos na faixa dos 50 a 55 anos — em torno de um bolo de aniversário, numa pequena sala fechada. Conservadores, não seduzem mais os jovens; isolados, não conseguem mais mobilizar a massa petista; aburguesados, não precisam mais da participação popular.

A classe operária não foi para o paraíso, mas os líderes petistas foram. E como. Agora transitam com intimidade entre a plutocracia tupiniquim.

A história do PT incomoda o PT. Enquanto os velhos militantes abandonam o partido, os oportunistas preenchem com avidez as fichas de filiação. Não precisam mais da história ou de qualquer justificativa ideológica. A adesão é pragmática: querem cargos, poder e, se possível, alguma sinecura.

Marco Antonio Villa, 49, é professor de História da Universidade Federal de São Carlos e autor de “Jangô, um Perfil (1945-1964)” (editora Globo).

@ -> marcovilla@uol.com.br

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para registrar o artigo intitulado “A peixeira de Severino”, de autoria do advogado e ex-Ministro do STF Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense** em sua edição de 27 de março do corrente.

Em seu artigo, o autor comenta o embate entre o Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, e o Presidente Lula. Aponta as indecisões do governo em torno da reforma ministerial, ao mesmo tempo em que as excessivas e desnecessárias contratações do governo do PT e como o partido do Presidente Lula vem utilizando esse recurso para acolher os companheiros derrotados nas urnas.

Crítica também as atitudes do Presidente da República: “Seu forte é falar...falar... e viajar. De suas constantes

irreverências verbais, que o tempo de aprendizado já lhe devia ter corrigido, faz parte uma coletânea de sandices e impropérios, imperdoáveis se ditos por outros, mas inteiramente tolerados e absorvidos se ditos por ele.”

Pela oportunidade do assunto, requeiro que o artigo acima citado seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“A peixeira do Severino.”

OPINIA

A peixeira do Severino

MAURÍCIO CORREIA
Advogado

Em sua fala de Curitiba, o presidente Severino colocou a peixeira no peito do conterrâneo. Notificou-o de que a nomeação de seu correligionário teria que ser feita em dia certo e hora marcada. Até à meia-noite da última terça-feira. O alvo do torpedão: o atraso da nomeação de seu afilhado e protegido, que deveria ser empuçado em um dos ministérios da República petista, se não no mais importante deles, financeira e politicamente, pelo menos no que sobrasse do rebotalho da anunciada e ansiada partilha de cargos, outrora mercadoria de troca que o petismo rejeitava como a cruz que o capeta renega.

Aparentemente, a pressão não resultou em nada. Foi para o brejo o dies ad quem do sófrego ultimato. Era o prazo que teve princípio sem ter tido começo. Disso resultou ficar para as calendas gregas a fantasia do alinhamento ao PFL, como alardeado, apagado o borrito da canetada severiniana com o mata-borrão do day after.

Severino, entretanto, não tem lá muito do que se queixar. Primeiro, com a verve de sertanejo destemido, a custa sabe-se lá de quais valores, deu um tombo no Planalto e se elegeu presidente da Câmara. Foi a grande proeza dos últimos tempos em termos de eleições no parlamento. Venceu o poderio da máquina petista e de todo o aparato que a acompanhava; desfez mitos, costumes e tradições e se elegeu.

Agora, de novo, Severino não perdeu a parada. Se acaso alguém pensar que foi derrotado, não é verdade. Ganhou. Como? Ora vejam, deu um solavanco na indecisão do presidente e forçou-o a sair da letargia em que se achava, da aversão e da apatia que o caracterizam quando tem que decidir e o obrigou a seguir um rumo, ainda que este não seja o que, no momento, se esperava de mais rendoso. O grande mérito de tudo isso reside no fato de haver acabado com

a intranquilidade e insegurança reinantes nos ministérios, com prejuízo das atividades administrativas de cada um deles.

Para provar a dubieza do presidente para tomar alguma decisão quando a coisa se complica, vejamos bem. Desde agosto do ano passado está no Planalto a indicação de três nomes para preencher uma vaga de desembargador do TJDE. O parágrafo único do artigo 94 da Constituição Federal é claro. Dá ao presidente da República, após o recebimento da lista, vinte dias para as nomeações. Não nomeou. Há outras pendentes. Não decide porque não sabe a qual dos pistoleiros de cada um atender. Ele que deveria ser o primeiro a respeitar a Lei Maior, escancaradamente não a cumpre.

Se Severino não tivesse dito o que disse — ainda que com o absurdo do emparelhamento —, não teria provocado o amor-próprio do presidente para que encerrasse a lengalenga da troca de ministros, que vem desde meados do ano passado a ocupar diariamente a mídia nacional e a gerar expectativas de mudanças.

São mais de três dezenas de ministérios, alguns inteiramente inúteis e ociosos, muitos criados para dar empregos aos que, derrotados nas eleições presidenciais, precisavam de alguma coisa para fazer ou não fazer. Ao mesmo tempo, a eles foram dispostos milhares de cargos de confiança, a abrigar um mundo de afilhados, que passaram a ter os vencimentos garantidos no final do mês, dos quais saem boas contribuições para engordar ainda mais as burras da contabilidade do PT.

Tudo à custa do onerado contribuinte brasileiro, já sacrificado com uma das mais elevadas cargas tributárias do planeta. Esse é o custo do petismo no Planalto que, como sabido, tem se responsabilizado pelos mais altos gastos dos últimos tempos com a máquina administrativa federal.

De todo o efeito Severino, resulta uma evidência. É inegável e notória a clássica idiosincrasia que o presidente da República tem

pela rotina administrativa, que em bom vernáculo se pode chamar de preguiça. Quando se trata de processos que necessitam ser examinados, aí é que a coisa se emperra mesmo. Se os atos a serem assinados não contêm quaisquer divergências, tudo flui bem. O pior é quando exigem exame mais acurado. Nesse caso, a máquina não funciona mesmo. A impaciência de sentar à mesa de trabalho tornou-se um martírio permanente. Seu forte é falar... falar... e viajar. De suas constantes irreverências verbais, que o tempo de aprendizado já lhe devia ter corrigido, faz parte uma coletânea de sandices e impropérios, imperdoáveis se ditos por outros, mas inteiramente tolerados e absorvidos se ditos por ele.

Do lado de cá do povão, nem todo mundo é besta. Se Severino foi imprudente e excessivamente inconveniente, todos sabem, porém, que foi de fato intuitivo, foi. Falou o que sentia e que muitos gostariam de dizer. Queeria provocar o presidente para que cumprisse o que prometeu, quis agitar sua falta de apatência para resolver as coisas. E conseguiu. Todos sabem que ele quer administrar o tempo. Aqui pra nós, se atendessem à pressão do petardo de Severino, ficaria muito chato. Onde já se viu o presidente da República ser constringido em público e em rede nacional! Seria o fim da picada! E logo pelo Severino! Isso seria demais!

Não se avexe, Severino. Não se aperreie. Antes, e bem muito antes das eleições — é só aguardar para não parecer o que já é — tudo vai acontecer exatamente como quer e como querem todos os que vão fazer parte da grande coligação para se ter renovado o mandato do presidente. Severino foi apenas autêntico e nada mais, dentro do seu estilo e de seu jeito. A partilha está a caminho.

Aí salve-se quem puder. E viva a República do PT.



O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar artigo publicado na seção “Notas&Informações” do jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 21 de março.

O artigo, intitulado “Reforma polêmica”, trata da proposta de reforma sindical encaminhada pelo atual governo ao Congresso e que já está provocando intensa polêmica. O texto alerta para o fato de que, durante a tramitação da matéria no Legislativo, é preciso que deputados e senadores saibam depurá-la de tudo o que ela tem de ideológico, de corporativo e de segundas intenções.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Reforma polêmica.”

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA
O ESTADO DE S. PAULO	21	Março/05	Notas & Informações	A	3

Reforma polêmica

Como era inevitável, a reforma sindical concebida por um governo dirigido basicamente por sindicalistas está provocando intensa polêmica. Enquanto as duas maiores centrais a defendem quase na íntegra, as lideranças empresariais decidiram lançar uma ofensiva contra algumas de suas principais inovações. Apesar de ter participado ativamente das discussões que culminaram numa proposta de emenda de quatro artigos da Constituição e num projeto de lei ordinária que modifica radicalmente o capítulo sobre relações sindicais da velha Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o patronato alega que suas ponderações pouco foram ouvidas e que o projeto de reforma privilegia uma das partes em detrimento da outra.

Uma das reclamações diz respeito ao dispositivo que introduz a figura da “substituição processual” nas relações trabalhistas, ou seja, a prerrogativa dos sindicatos, federações, confederações e centrais de acionar as empresas, em nome de seus trabalhadores. Em princípio, a idéia do governo era neutralizar as pressões que elas costumam fazer quando são processadas. Mas, como o projeto não fixa limites precisos para o exercício desse direito, ele abre caminho para que entidades sindicais possam tomar iniciativas sem autorização dos empregados ou mesmo contra a vontade deles.

Outro ponto criticado pelo patronato é a criação de comitês de empregados no local de trabalho. Embora já tenha sido adotada experimentalmente, com bons resultados, por grandes corporações, como montadoras de veículos, essa inovação assusta as pequenas e médias empresas. Além dos gastos que terão para reequipar seus departamentos jurídico e administrativo, elas temem, com razão, o desvirtuamento desses comitês. Ou seja, em vez de se limitar a discussões de temas trabalhistas, eles poderiam ser convertidos em instrumento de proselitismo e de pressão para uma “gestão compartilhada”.

Por isso, se quiser realmente ver seu projeto aprovado pelo Congresso, o governo terá de transigir nesses dois pontos. No caso da “substituição processual”, a alternativa mais sensata para evitar guerras judiciais entre empresas e

entidades trabalhistas é fixar com clareza os casos em que estas poderão bater nas portas dos tribunais e condicionar suas iniciativas a uma prévia manifestação daqueles que serão por elas beneficiados. Já no caso dos comitês de fábrica, o temor do patronato não é sua constituição em si, mas o método de escolha de seus integrantes e os limites de sua atuação. São detalhes

... *lhes legislativos* que, apesar de sua complexidade política e jurídica, podem ser ajustados pelo Congresso, sem desfigurar as linhas gerais do projeto.

Curiosamente, um dos problemas que mais interessa aos trabalhadores – o custeio dos sindicatos – tem sido relegado a segundo plano. Atualmente, cada empregado paga o equivalente a um dia de trabalho por ano, a título de “contribuição sindical”. E, embora os sindicatos insistam em cobrar uma “contribuição confederativa”, como forma de ressarcimento das despesas com acordos coletivos, os não-sindicalizados podem se recusar a pagá-la. O projeto substitui essas contribuições por outras duas. Uma, a “contribuição associativa”, seria a mensalidade espontaneamente paga pelo trabalhador sindicalizado. A outra é a “contribuição de negociação coletiva”, que será cobrada obrigatoriamente, de filiados e não-filiados. Ou seja, nenhum trabalhador poderá deixar de pagá-la.

Além de colidir com o princípio da liberdade de associação sindical, que a proposta do governo consagra, a nova “contribuição” é mais uma tungada no bolso de todos os trabalhadores. Isto porque o teto fixado para ela, de 1% do valor total da remuneração do trabalhador, conforme o montante registrado na declaração do Imposto de Renda, representa um aumento de 30% em relação à atual contribuição sindical. E como o projeto é omissivo, em matéria de reeleição de dirigentes, esse aumento de recursos pode fortalecer ainda mais o poder da cúpula do movimento sindical, dificultando a renovação de suas lideranças.

Como já dissemos em outros editoriais, muitos dos dispositivos do projeto representam um avanço. Mas é preciso que, durante sua tramitação no Legislativo, deputados e senadores saibam depurá-lo de tudo o que ele tem de ideológico, de corporativo e de segundas intenções.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para comentar o artigo “Governo Mediocre”, de autoria do advogado Ives Gandra Martins publicado no **Jornal do Brasil** em 24 de março do corrente.

O autor cita algumas das novas “ações afirmativas” do governo Lula, na Saúde e na Fazenda, e diz: “Levam-me a conclusão de que, além da irresponsabilidade, que atos como essa manifestação do Ministério da Saúde denotam, o governo é mediocre”.

Infelizmente são muitas, crescem a cada dia, as ações desastrosas e também as declarações posteriores. Os assuntos são muitos: a “legalização” do aborto, a MP que aumenta a carga tributária já insuportável, o MST agindo ilegalmente e financiado pelo Ministério da Reforma Agrária, a discriminação na Educação, o treinamento de agentes brasileiros em Cuba, os gastos que pagam o luxo e o desperdício.

“Considero seu governo, pela performance que vem apresentando, medíocre e, muitas vezes, profundamente irresponsável. Mude, presidente, mude. Sirva ao Brasil! Sirva ao povo brasileiro! E não apenas aos seus companheiros de caminhada. Até porque não foram só eles que o elegeram.”

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

Governo mediocre

IVES GANDRA MARTINS
ADVOGADO

A nota do ministro da Saúde, “legalizando” o aborto no Brasil, à revelia dos Poderes Legislativo e Judiciário, e a declaração do ministro da Fazenda de que a carga tributária é insuportável, mas não será reduzida pelo corte nos compromissos do governo, levam-me à conclusão de que, além da irresponsabilidade, que atos como essa manifestação do ministério da Saúde denotam, o governo é mediocre.

Veja-se, por exemplo, o desrespeito permanente à lei que o MST promove, ameaçando e atingindo a dignidade das autoridades com palavras ofensivas e invadindo terras, até com aviso prévio. Não obstante essa “instituição”, que nem existe legalmente, é financiada pelo Ministério da Reforma Agrária, inclusive, para criar uma universidade destinada a “formar” guerrilheiros.

Por outro lado, a história presente e futura certamente terá Fidel Castro como um genocida semelhante a Pinochet. Ambos são assassinos, responsáveis por fuzilarem pessoas sem julgamento, atividade em que, ao tempo dos “paredons”, Fidel Castro revelou-se um matador mais eficiente.

É bem verdade que o Chile, à beira da falência com o governo Allende – a inflação ultrapassara 600% –, progrediu muito mais que Cuba, ao ponto de exibir em educação, crescimento e estabilidade, índices muito melhores que o Brasil e, incomensuravelmente melhores, que Cuba, sendo, hoje,

uma democracia, enquanto Cuba é uma lamentável e anacrônica ditadura.

Mude, presidente. Sirva ao Brasil! Sirva ao povo brasileiro! E não aos seus companheiros

A irresponsabilidade do governo é tão grande, todavia, que pretende mandar, segundo a imprensa, os nossos especialistas em “inteligência” para treinamento segundo os métodos ditatoriais cubanos, herdados da KGB soviética. Em outras palavras, o namoro permanente com a ditadura, que o governo atual mantém – as visitas a Cuba pelas autoridades são tantas, que já se tornaram monótonas – faz pensar que seus integrantes gostariam de ver o modelo cubano implantado no Brasil, razão pela qual estão preparando as forças de inteligência nas técnicas do tirano de Cuba, para quando a oportunidade se apresente.

Na educação, o Brasil violenta a Constituição com a “exclusão dos incluídos”. Pessoas com preparo e capacidade para cursar, por merecimento, uma Faculdade, são excluídas para ceder suas vagas a pessoas menos habilitadas – por culpa do próprio Estado, que não propicia a educação básica que lhe compete – por uma falsa visão das denominadas ações afirmativas. É de se lem-

brar que a Constituição proíbe qualquer tipo de discriminação (artigo 3º, inciso IV) e que o governo ignora essa proibição, ao eliminar o critério da “competência”, preferindo o da “ideologia”. “Competência e mérito” cedem lugar a “discriminação”, proibida pela Constituição, e ao “despreparo”, sacrificando o nível do ensino para atender concepções jurássicas.

As indenizações destinadas aos amigos, correligionários e adeptos do atual governo, por supostas perseguições políticas, à época do regime de exceção, são escandalosas e outorgadas, como se nunca – depois daquelas perseguições – tivessem, os indenizados, logrado obter oportunidades de trabalho. E recebem fantásticas fortunas à custa dos contribuintes brasileiros. Só para se ter noção – segundo a imprensa – a MP 232, que está gerando a maior revolta, na história brasileira recente, contra a “curra tributária”, levará às burras oficiais R\$ 2,5 bilhões. Em compensação, as indenizações a serem pagas aos simpatizantes do governo que se opuseram ao regime militar, ultrapassarão, de longe, os R\$ 3 bilhões! E serão destinadas a pessoas que, na sua maioria, não foram impedidas de trabalhar, durante o período de exceção!!!

As despesas públicas com pessoal (foram contratados 45 mil funcionários federais a mais), por outro lado, cresceram, assustadoramente, no go-

verno atual, em clara demonstração de que os aumentos tributários destinam-se mais ao custeio das benesses do poder e ao luxo dos governantes atuais – o avião presidencial é, talvez, o símbolo mais eloquente desse desperdício – do que à prestação dos serviços públicos.

O próprio grito de ufanismo, de que o Brasil cresceu 5,2%, em 2004 – prevê-se um crescimento de apenas 3,5%, em 2005 – é ridículo. A Argentina no período cresceu 9,2%, a China 9,5%, a Índia 6,5% e a Rússia 7,1%. Só quem é totalmente despreparado para analisar ou não quer enxergar os dados da realidade, não percebe que o Brasil cresceu; não por mérito do governo Lula; mas pelo “efeito maré” da economia mundial e, mesmo assim, cresceu menos que os outros países no mesmo estágio de desenvolvimento, porque é um país mais vulnerável, por força do excesso de tributos, excesso de juros e burocracia esclerosada.

Esta é a razão pela qual, apesar de gostar do presidente Lula como pessoa, considero o seu governo, pela performance que vem apresentando, medíocre e, muitas vezes, profundamente irresponsável.

Mude, presidente, mude. Sirva ao Brasil! Sirva ao povo brasileiro! E não apenas aos seus companheiros de caminhada. Até porque não foram só eles que o elegeram.

Ives Gandra escreve nesta página às quintas-feiras, a cada 15 dias

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar matéria publicada na revista **IstoÉ**, em 30 de março de 2005, sob o título de “A Reforma pariu um sapo”.

Na matéria, o jornalista Luiz Cláudio Cunha faz uma ótima análise sobre a tão prometida “reforma ministerial”. A reforma que simplesmente não aconteceu. Aquela que não podia comprometer as alianças e prejudicar o sonho da reeleição. A expectativa nacional ficou frustrada, os aliados preocupados e o PT acuado.

Assim, como no resto, o governo errou. A popularidade do presidente Lula caiu e nem o PT ficou satisfeito com a pífia mudança.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“A reforma pariu um sapo.”

A REFORMA PARIU UM SAPO

A reforma ministerial prometida há cinco meses e desenhada para dar uma nova cara de agilidade e eficiência ao governo Lula foi anunciada ao País na manhã de terça-feira 22. Mudaram apenas dois dos 35 ministros da Esplanada, num monumental anti-clímax para a expectativa nacional. Esmagado pela pressão interna do PT, acuado pela disputa de aliados gulosos no Congresso, atormentado pela dúvida atroz de dispensar amigos e comprometer

alianças essenciais para sua reeleição em 2006, o presidente Lula cumpriu uma tortuosa jornada política, desde novembro passado, autorizando consultas, liberando conversas, insinuando opções, para chegar à surpreendente e solitária decisão da semana passada: não decidir nada. “A reforma está encerrada. Vou apenas preencher os espaços vazios”, anunciou Lula aos dois surpresos senadores do PMDB, Renan Calheiros (AL) e José Sarney (AP), o atual e o ex-presidente do Senado, antecipando as escolhas do deputado Paulo Bernardo (PT-PR) para o Planejamento e do senador Romero Jucá (PMDB-RR) para a Previdência. A majestosa montanha da reforma acabou parindo um ou, no máximo, dois sapos. E o “sapo barbudo” dos tempos mais radicais de combate a FHC transformou-se,

com dois anos de poder, num pesado e indeciso batráquio. A pesquisa CNI-Ibope mostra, pela primeira vez, queda na popularidade de Lula, que corre o risco de ter que enfrentar um segundo turno em 2006 (leia quadro à pág. 26). E Lula mal sabe quantos sapos terá de engolir, daqui para a frente.

A reforma começou a engasgar na véspera, segunda-feira 21, em Curitiba, onde o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), vociferou num ato público: “Se o presidente

➤ **SEVERINO CAVALCANTI** A língua solta do presidente da Câmara travou a reforma e tirou o PP do Ministério. Deu a desculpa que Lula queria para não fazer nada.

➤ **JOSÉ DIRCEU** Voltou ao inferno astral. Perdeu todas as apostas que fez. Jorge Bittar no Planejamento, PP nas Comunicações, Roseana Sarney em qualquer pasta, não emplacou João Paulo Cunha na coordenação. Perdeu a queda-de-braço com Palocci.

➤ **JOSÉ SARNEY** Perdeu de novo a chance de ver a filha ministra. Ouviu a proposta de Dirceu e a insinuação de Lula, mas agora acha que foi enganado pelos dois.

➤ **JOÃO PAULO CUNHA** A implosão mais dramática da reforma que não houve. O PT, que apostava suas fichas nele, está chocado com a ingratidão de Lula.

➤ **ROSEANA SARNEY** Ganhou o apelido de “ministra-calhau”, depois de ter sido apontada para seis ministérios diferentes. Não mereceu um único telefonema do Planalto. Um vexame inesquecível.

VAI E VEM Lula, entre os novos ministros Romero Jucá e Paulo Bernardo: cinco meses de articulações, promessas e convites desfeitos

Ao desistir de uma ampla reforma ministerial, Lula descontenta aliados, não diminui poder do PT e cria ainda mais problemas para o governo no Congresso

BRASIL

não assinar amanhã a indicação de Ciro (Nogueira para o Ministério das Comunicações), o PP poderá ser o aliado do PFL. Ou teremos o ministro ou tomaremos posição diferente", desafiou, num ato de impertinência política sem precedentes na República. Severino voltou à noite para Brasília e seguiu direto do aeroporto para o Palácio do Planalto. "Você disse isso?", perguntou Lula. "Disse, presidente, disse mesmo. Eu não quis forçar nada nem botar faca no seu pescoço. Mas, se o senhor não nomear o Ciro ministro, eu vou chamar os meus 300 meninos, que me elegeram presidente, e vou derrubar a MP 232..." Irritado, Lula abreviou a conversa, levantou e despediu-se de Severino, com a decisão tomada de encerrar ali mesmo a reforma. No final da noite, numa conversa com o presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ), Lula pediu: "Jefferson, dá uma porrada no Severino." Sinal dos tempos, Jefferson não deu. Na manhã seguinte, aos cardeais do PMDB Lula desabafou: "Não posso aceitar a pressão de ninguém. Se eu ceder, acabou o governo. Isso, por si só, é suficiente para encerrar a reforma". A língua desafiorada de Severino serviu como uma boa desculpa para o fiasco da reforma, mas seu desfecho era a solução natural para os problemas que atormentavam Lula. A conta não fechava: o PT não admitia ceder nenhum posto e os aliados não tinham o que pedir. "Não há vagas", dizia o líder do PP na Câmara, deputado José Janene (PR), desconfiado há duas semanas

de que a reforma desandara. "Em dezembro, o Zé Dirceu nos ofereceu Esportes. Em fevereiro, trocou pelas Comunicações e aceitou Ciro Nogueira como ministro. O PMDB não topou e o Lula concordou. E o PP acabou rifado. O discurso do Severino é só desculpa", desabafou Janene.

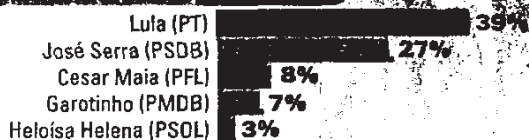
Desolação – Nem o PT ficou satisfeito com a pífia mexida de Lula. "Por que você não me demite, Lula? É melhor me demitir", reagiu irritado o ministro da Casa Civil, José Dirceu, na tarde de terça-feira, desolado com o desfecho da reforma, conforme relata o blog do jornalista Ricardo Noblat. "Eu vou embora. Não quero coordenar a campanha da

QUEDA-DE-BRACO
Com o apoio de Severino (acima), os governadores já pressionam Palocci

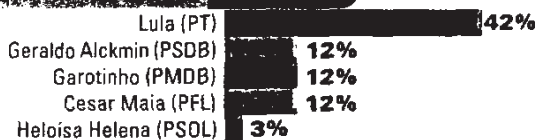
reeleição", ameaçou, repetindo o que diz nas horas de cava depressão. Colhido em plena decolagem de recuperação política, depois do vendaval Waldomiro Diniz, Dirceu parecia estar retomando a coordenação política. Na noite de segunda-feira, o ministro da Articulação, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), chegou a reunir a equipe para um jantar de despedida, preparando sua volta para a Câmara. Na manhã seguinte, Lula pediu a Aldo para reconsiderar a demissão: "Não vai haver reforma. Volte ao trabalho." Além de amargar a permanência de Aldo no Planalto, numa função que ele e o PT exigem com exclusividade, Dirceu perdeu todas as apostas que fez. Não emplacou o PP e Ciro Nogueira nas Comunicações, não fez o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) sucessor de Aldo e não cumpriu a promessa feita ao senador José Sarney de acomodar a filha, Roseana, na Esplanada. "O Lula acaba de me informar que o Aldo continua, que o Arlindo Chinaglia (PT-SP) será o líder e que eu estou fora disso. Vou sair de férias...", ameaçou Dirceu, com cara de velório, a um interlocutor no dia do anúncio. Chinaglia é da corrente Movimento PT, um pouco mais à esquerda da Articulação, de Dirceu.

Eleição presidencial 2006

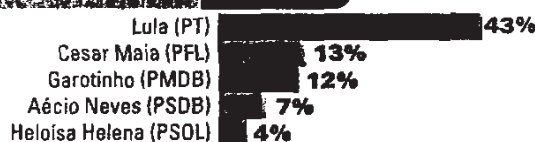
Cenário 1



Cenário 2



Cenário 3



Avaliação do governo



Aprovação do presidente Lula



Fonte: CVM/bope. Pesquisa realizada com 2002 eleitores em mais de 143 municípios entre os dias 10 e 14 de março. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais.

Um multipartidário chega à Esplanada

O ex-campeão estudantil de vôlei Romero Jucá fazia fisioterapia numa academia de Brasília, na manhã de terça-feira, quando o telefone tocou. Era o presidente do Senado, Renan Calheiros, avisando que o senador do PMDB de Roraima assumiria a Previdência no final da tarde. A novidade foi tão grande que dona Helga, a mãe septuagenária, surpreendida no Recife, indagou: "Tens o telefone do Lula, filho? Ele tem que mudar esta posse para amanhã...". A mãe não chegou, mas o Congresso sabia, há tempos, que Jucá era o escolhido de Lula para dar o choque de gestão que imagina para a Previdência. Com a bênção de Renan e o apoio ostensivo do líder do governo no Senado, Aloísio Mercadante, Jucá tem a fama no Planalto de ser um operador ágil, rápido e eficiente, habilidades em

falta num ministério que tem como marca a burocracia, a lentidão e o desperdício. Líder do governo FHC no Senado, Jucá pula para o Ministério Lula com a agilidade que teve no trânsito do PFL para o PSDB e, agora, para o PMDB. Economista e pós-graduado em engenharia econômica, 50 anos, cinco filhos, casado com Teresa, prefeita de Boa Vista (RR), Jucá foi governador de Roraima e presidente da Funai, antes de se eleger para o Senado em 1994. Saiu da Funai com fama de inimigo dos índios, por permitir exploração de madeiras em áreas de reserva, e deixou Roraima denunciado por suposto desvio de verbas no município de Cantar. O processo corre em segredo de Justiça há cinco anos no STF.

UM ANCINHO HISTÓRICO

O passado bateu à porta do ministro da Casa Civil, José Dirceu, na quinta-feira 17. Em meio ao turbilhão da reforma ministerial, o ministro abriu uma fresta na agenda para um reencontro com sua história. Dirceu recebeu o homem que o prendeu armado apenas com um ancinho de mão, em outubro de 1968, no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Hoje um advogado de 60 anos, o ex-investigador Herwin de Barros, do então Departamento de Ordem Política e Social (Dops), treinado pela CIA no Brasil, deu um presente especial para o ministro, que completara 59 anos na véspera: o próprio ancinho que guardava há 37 anos. Na época, Herwin recusou-se a portar arma de fogo e a usar de violência contra os estudantes. Acabou demitido. Dirceu ficou preso até setembro de 1969, foi banido do País e exilou-se em Cuba. Os dois já haviam se encontrado casualmente no Aeroporto de Congonhas, em 1999, quando Dirceu era deputado federal e presidente do PT. O ex-agente do Dops deu uma entrevista a ISTOÉ (edição 1841) no início do ano contando a sua história e propondo presentear o ministro com o ancinho.

Foram 40 minutos de conversa. "Me lembro de tudo como se fosse hoje", disse o ministro, emocionado. E deu um forte abraço no ex-algoz. "Vocês serão muito abençoados e vão promover uma transformação neste país, como houve na minha vida há nove anos, quando encontrei Jesus na igreja Renascer", disse o ex-policial. Junto com o ancinho, Herwin lhe entregou um cartão: "Ao ministro José Dirceu, unindo dois pedaços da história, para arar, como vem fazendo, a boa terra brasileira." O ministro convidou-o para sua festa de aniversário, na sexta-feira 18, no espaço de eventos Casa das Caldeiras. Lá, a recepção de Dirceu a Herwin foi novamente calorosa: "Comandante, você não sabe como me deixou contente vindo ao meu aniversário." O passado jamais é inteiramente passado — dizia o dramaturgo e poeta francês Henry Bataille (1872-1922). O passado de Dirceu é cada vez mais presente, desde que o amigo e escritor Fernando Morais começou a preparar a sua biografia cinematográfica, há três meses.

FLORENCIA COSTA

João Paulo Cunha, ex-presidente da Câmara, fechou com Lula, na noite de segunda-feira, para assumir a pasta da Articulação Política. Chegou a disparar telefonemas, na madrugada, para dar a boa-nova. Na manhã seguinte, com cara de sono, foi chamado por Lula à Granja do Torto para ser informado de que tudo estava desfeito. Contrariando o estuor geral, Lula mostrava-se estranhamente animado, quando comentava com assessores, ao longo do dia: "Eu decidi tudo sozinho, nem o Zé Dirceu sabia."

José Sarney, outro ex-amigo que pode ser um futuro inimigo, pressentiu a tormenta na tarde de segunda-feira, ao ouvir a fala rombuda de Severino: "O Lula ainda vai se arrepender muito de não ter apoiado a minha reeleição e a do João Paulo." Ao ouvir da boca do presidente que a reforma estava encerrada, Sarney reagiu com a elegância que a liturgia do cargo exige. "Fui presidente e sei que, neste momento, as águas estão muito revoltas, a coisa está muito confusa." Depois, em conversas com amigos, transbordou sua mágoa: "Fui enganado. A Roseana não merecia isso. O cargo lhe foi oferecido, ela não pediu para ser ministra." A senadora, cogitada para seis pastas diferentes,

do Meio Ambiente às Comunicações, passando por Cidades, Turismo, Integração Nacional e Articulação Política, mostrava serenidade ao ser perguntada sobre a reforma: "O presidente foi correto." Mas, numa dura conversa na tarde de terça-feira no cafezinho do Senado com o líder Aloisio Mercadante (PT-SP), um senador viu o dedo em riste de Roseana – e o tom machucado de uma dama rejeitada.

Os aliados do governo estão preocupados com as consequências deste fiasco ministerial. A reforma tinha dois eixos centrais: a mudança da co-

ordenação política, com a saída de Aldo, e a oxigenação do Ministério. Não aconteceu nem uma coisa nem outra. "O Sarney é profissional, não vai passar recibo. Mas vai dar trabalho no Senado, onde a oposição já tem 37 votos. E o Aldo, depois de tanto tempo de fritura, não recupera mais sua autoridade política. O melhor para o Aldo era ir embora", diz um deputado da base aliada, condoído com a situação do ministro e amigo. Já o governador

José Reinaldo Tavares, do Maranhão, não se abalou com a rasteira de Lula nos dois desafetos do clã Sarney. "A reforma ficou de bom tamanho. Eu sou um dos vitoriosos do dia", disse a ISTOÉ, na tarde de terça-feira, horas antes de abrir um champanhe para comemorar o infortúnio de Roseana. Mas ele avisa: "Sarney vai dar o troco em Lula. Esconde a mágoa, mas não perdoa."

José Reinaldo e mais dez governadores estavam no Congresso para uma reunião com o ministro Antônio Palocci, da Fazenda, convocada pelo presidente da Câmara. Num encontro com o ministro, antes da votação da reforma tributária que unifica 27 leis de ICMS, o governo teve que ceder para arrancar um compromisso dos governadores – sempre apoiados por Severino. Contrariando Palocci, Severino prometeu colocar a reforma em votação na terça-feira 29. E com a ameaça de nova derrota na votação da MP 232, o Planalto já pensa na retirada do projeto. Apesar da reforminha, o governo Lula continua perdido – e engolindo sapos. ■

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O PT e a ultra-esquerda”, de autoria do ex-ministro e ex-Senador Jarbas Passarinho, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 22 de março do corrente ano.

O autor, em seu artigo, faz uma bela análise sobre a distância, cada vez maior, entre o governo do PT, o PT que era oposição e sua ultra-esquerda, que continua oposição e faz críticas à política econômica e às alianças que esse governo compõe para garantir sua base de sustentação. E mais, agora integra junto

aos demais decepcionados, o coro de vaias ao presidente Lula.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo seja considerado como parte deste pronunciamento. O texto é o seguinte:

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“O PT e a ultra-esquerda.”

O PT e a ultra-esquerda

Jarbas Passarinho

Corajosa e sensata, ao mesmo tempo, foi a declaração pública do presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), um político cuja trajetória se inicia com a juventude impregnada da crença revolucionária como única alternativa para a concretização do ideal igualitário, inflete para a solução hegemônica de Gramsci e, realista, mostra clara identidade com o socialismo democrático, de Norberto Bobbio. É a tese da ala que defende o PT. Ou seja, iniciou-se com a busca, pela via armada, da utopia marxista e progressivamente evoluiu e se engajou na convicção de que só a democracia, guardiã da liberdade, merece ser o seu fanal político. Fica distante da aventura revolucionária como do imobilismo conservador, no que se identifica com os que, repudiando a luta armada – a que se dedicou ainda muito jovem, na guerrilha do PC do B –, se batem pela reforma da sociedade e pela eliminação de suas injustiças sociais. Daí o papel que desempenha na presidência do PT e a declaração que lhe ouvi na TV, há poucos dias, a propósito do manifesto da chamada esquerda desse mesmo partido, ardorosamente crítica da política econômica do governo e das alianças com partidos tidos como de direita. Disse Genoino: “Fazemos alianças porque não somos maioria no Congresso e na Nação.”

Enquanto não tivermos um presidente da República eleito pelo seu próprio partido – o que tem sido a tradição política brasileira – e só com os votos que esse partido colher nas urnas, inevitável será, e tem sido, governar cedendo à necessidade de alianças. Em 2002 o candidato Lula já havia abandonado a intransigência que o fez rejeitar publicamente o apoio de Ulysses Guimarães em 1989. Disse ele: “Aliança política não deve ser uma questão de princípio. Você faz de acordo com os interesses do povo e do partido. Se

não der certo, a gente desfaz.”

O PT, não é inoportuno enfatizar que herdou de Lenin o “centralismo democrático”, que ao bolchevique permitiu fazer do Partido Comunista um partido monolítico, jamais antes existente. Assim foi o PT, mas só até chegar com Lula ao poder. A partir de então, as dissidências, até então admitidas, mas debatidas interna corporis, explodiram. Os primeiros detonadores, a senadora Heloísa Helena e os três deputados que a acompanharam, foram expulsos do PT por indisciplina, ou melhor, por violarem o “centralismo democrático”, que submete ferreamente a massa à decisão da liderança. As eleições municipais então próximas contiveram, pela prudência, a fim de não ficarem sem legenda para disputá-las, outros dissidentes, que seriam supostamente 30% da bancada parlamentar petista. Logo, todavia, se seguiriam divergências públicas, opiniões mais ou menos abstratas, mas o tempo de incubação dos fatos concretos de desafio se esgotou.

O deputado Virgílio Guimarães, na eleição da presidência da Câmara dos Deputados, candidato rejeitado pela direção partidária, que apoiou o preferido pelo presidente da República, desafiou-a abertamente. Insistiu na candidatura renegada. Cometeu a impensável quebra disciplinar do “centralismo democrático”. A punição será inevitável. A isso se seguiu a publicação do manifesto da esquerda do PT, o que obrigou o fundador desse partido a não comparecer, no Recife, às comemorações dos 25 anos de fundação do PT. Genoino permite-se fazer crer que Lula não foi ao Recife não por temer manifestações críticas, alimentadas pela quase certa demissão do ministro da Saúde, Humberto Costa, pernambucano, mas por falta de recursos financeiros. Ridículo chega a ser, e é pena que o combativo Genoino se preste a

divulgar uma patranha dessa natureza. Ao PT, por sinal estranhamente fundado no elitista Colégio Sion, de São Paulo, nunca faltou dinheiro e nem precisaria – como não precisou, segundo o ministro Luiz Gushiken – de ajuda das Farc.

Que servidores públicos, antes redutos calorosos do PT, engrossassem o grupo que vaiou Lula no Fórum Mundial Social recentemente, em Porto Alegre,

INEVITÁVEL TEM SIDO GOVERNAR CEDENDO À NECESSIDADE DE ALIANÇAS

a direção do Partido dos Trabalhadores ainda podia desprezar, até porque as vaias foram neutralizadas pela maioria mobilizada pelo partido, o que silenciou os protestos. Nunca, porém, os que dividem o partido e o ameaçam de um cisma, com suas críticas recorrentes à política econômica do governo e às suas alianças para garantir a base de sua sustentação no Congresso. Estes são intoleráveis, porque irrealistas que querem ressuscitar as teses do partido quando podia passar sem as alianças. Cometem o pecado histórico de desconhecer a experiência da esquerda mundial, a distância entre os programas de partido de oposição e de governo, entre cultura de partido e cultura de governo. Assim se deu com François Mitterrand, como se deu com Léon Blum, socialistas, na tática de alcançar os objetivos socialistas por etapas.

Certo está Genoino: se fosse o mesmo Lula de 1989, na quarta tentativa a presidente da República continuaria a ser o vice-campeão dos segundos turnos, pois o PT não é maioria absoluta no Congresso nem no País. A ultra-esquerda não consegue ver isso. Ainda bem para nós, que estamos do outro lado...•

Jarbas Passarinho,
ex-presidente da Fundação
Milton Campos, foi
senador pelo Estado do Pará

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos dias o tema do desenvolvimento regional repercutiu fortemente nesta Casa, por ocasião da Sessão Solene em homenagem ao economista Celso Furtado. Justa homenagem a um brasileiro que dedicou sua vida e sua inteligência a compreender o problema da desigualdade entre as regiões do nosso País e a influenciar as políticas traçadas para resolvê-lo.

E sempre será oportuno retornar a Celso Furtado, Sr. Presidente, porque o problema, a despeito dos esforços que faz o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – e isso deve ser reconhecido –, ainda faz parte daquele rol de assuntos que o Brasil não consegue resolver de forma satisfatória.

Imaginem, Sr^{as} e Srs. Senadores, a perplexidade de quem toma conta do espírito de um representante do Norte do País, de um Senador do Estado de Roraima, como é o meu caso, ao me deparar com determinados argumentos que se vêm tecendo em torno da distribuição, no âmbito dos diversos Estados, das aplicações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES.

Que essa distribuição – como é também o caso dos recursos originários de diversas outras agências governamentais – não cumpre adequadamente o seu papel na redução das diferenças entre os Estados ricos e os Estados pobres, já o sabemos; o fato é reiteradamente denunciado nas tribunas do Congresso Nacional.

Mas o que pensar quando se publica – como fez a **Folha de S.Paulo**, dia 10 de março último, na seção Painel – que o BNDES, para rebater acusações de preterimento levantadas pelo Governador Geraldo Alckmin, informou haver aplicado naquele Estado um montante de R\$15,3 bilhões, equivalentes a cerca de 38,5% dos seus desembolsos no ano de 2004?

Fiquei perplexo, Sr. Presidente, porque a matéria se estende ainda mais, alardeando que tal volume de desembolso é superior, em quase cinco pontos percentuais, à participação de São Paulo no Produto Interno Bruto do País... Ou seja, o BNDES se defende dizendo que aplica em São Paulo proporcionalmente mais do que aplica no restante do País...

Mesmo no contexto de uma polêmica pública, não posso entender tal argumento como defesa razoável da atuação de um Órgão que tem por missão, precisamente, fomentar o desenvolvimento nacional.

Essa é, em verdade, uma justificativa inaceitável, da mesma forma que foi equivocada a política de distribuição de recursos praticada pelo Banco, em 2004. E estamos falando do BNDES: uma instituição que

nasceu, sob o comando de Celso Furtado, com o preciso objetivo de auxiliar na eliminação do abismo de riqueza e de pobreza que então se verificava – e ainda hoje se verifica – entre as regiões do Brasil.

Mas é verdadeira a declaração do Banco, Sr^{as} e Srs. Senadores: muito embora o PIB dos Estados das Regiões Norte e Nordeste represente 18,6% da riqueza nacional, o montante de recursos destinado, no ano passado, aos Estados que as compõem, foi de 11,6%. Uma diferença significativa; notável; eloquente.

Propugnar a equiparação de ambas as cifras já seria injusto. Seria o mesmo que propugnar pela manutenção de toda a desigualdade que separa em duas realidades o nosso país. Seria aquiescer com a perpetuação da pobreza do Brasil nortista, que registra, no Nordeste, pouco mais de um terço da renda *per capita* da Região Sudeste, e no Norte, pouco menos da metade. Seria o mesmo que desistir da construção do nosso futuro como Nação republicana, que se quer igualitária e justa.

E ainda mais grave é a situação quando se percebe que as linhas de financiamento do BNDES contam entre as poucas que podem, efetivamente, promover o desenvolvimento econômico, em função do baixo valor das suas taxas de juro. Essas linhas representam uma das poucas oportunidades que têm os empreendimentos geradores de riqueza de fugir dos altos custos do dinheiro oferecido pela banca privada nacional.

Faço, portanto, um apelo à Direção do Banco. Um apelo que, sei, falará de perto ao espírito público do seu Presidente e à missão que ilumina os caminhos daquela instituição, às tradições que ela guarda, desde os tempos de Celso Furtado. Os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social são recursos quase sagrados: são recursos que se destinam a transformar a face do Brasil, a reduzir as diferenças regionais e a interiorizar o desenvolvimento, promovendo, enfim, a igualdade.

Apelo ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, pasta que subordina o BNDES, para que o lamentável panorama de desacerto e de injustiça, verificado em 2004, não se repita na distribuição dos recursos, em 2005.

Apelo, ainda, ao Presidente da República, para que retome suas diretrizes de campanha no que se refere ao desenvolvimento das Regiões menos favorecidas, trazendo o tema, dos mais importantes e urgentes, para o centro de suas preocupações, para o centro das cobranças que pretende fazer, sob o aspecto da eficiência governamental, ao seu corpo de auxiliares.

Conclamo, enfim, esta Casa – que tem feito do desenvolvimento sustentado e equilibrado do Brasil

um ponto de honra da agenda parlamentar –, para que não deixe cair no esquecimento um assunto que tão de perto toca o Brasil mais pobre, o Brasil que ainda espera por acontecer.

Muito obrigado!

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meio a inúmeras outras carências e debilidades, ao longo dos últimos anos o Brasil tem padecido de um grave problema, capaz de comprometer e inviabilizar o desenvolvimento: a pífia e por vezes quase inexistente expansão de seu PIB – o Produto Interno Bruto; como se sabe, a medida de todas as riquezas produzidas no País. No período de 1995 a 2003, o Brasil apresentou índices de crescimento insuficientes e verdadeiramente incompatíveis com as suas enormes potencialidades e com os incontáveis desafios que enfrenta cotidianamente nossa sociedade. Dois mil e três, o primeiro ano do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, para tomarmos um exercício próximo, foi o segundo pior momento dessa década medíocre: a economia nacional experimentou uma expansão de 0,5%.

Esse número, entretanto, foi brilhantemente superado já no ano passado, e é exatamente por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, que gostaria de me congratular com todos os brasileiros e, em especial, com as nossas autoridades econômicas. Sob a liderança do eminente Ministro Antonio Palocci, a economia brasileira vem sendo conduzida de forma bastante positiva, com a prevalência de convicção, discernimento e firmeza, especialmente na adoção de medidas, muitas vezes duras, impostas pela realidade. É o caso da taxa Selic, para citar apenas a pendenga de maior visibilidade, e que tanto acirra os ânimos – até mesmo de “companheiros” alojados no Governo. Como todos os brasileiros sabem, a Selic não pára de crescer e, assim, nos eleva à pouco honrosa posição de País detentor da mais elevada taxa de juro do mundo. Pior do que isso, e esta é a grande armadilha que precisamos desmontar, eventualmente pode colocar em risco o crescimento de nossa economia.

No entanto, devo asseverar que o resultado do esforço empreendido pela equipe econômica, que conjuga competência técnica, talento e bom senso, já se fez sentir no ano passado. Há poucas semanas, o IBGE divulgou o índice de crescimento da economia em 2004. Alcançamos a expressiva marca de 5,2 pontos percentuais, um número que, de fato, merece registro e celebração. Todos nós sabemos, e o povo, em sua labuta diária, percebe isso com muito mais clareza, o quanto implica cada ponto percentual de crescimento econômico, em termos de geração de

empregos, aumento de salários, elevação na arrecadação de tributos e, enfim, ampliação da qualidade de vida da população.

São evidências, ou melhor, decorrências nada negligenciavam, que, por essa razão, devem ser perseguidas com continuada obstinação. Cabe ao Estado, por intermédio da ação concertada dos governos – em seus distintos níveis, mas, sobretudo o governo federal –, criar as condições mínimas para que se realize o crescimento sustentado da economia, em horizonte largo. Para tanto, é necessário o apoio de uma ampla rede de infra-estrutura, capaz de reduzir as incertezas e garantir um mínimo de tranqüilidade, pela via da estabilidade de regras prévias e claras, aos distintos agentes econômicos, nacionais e estrangeiros.

E aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores permitam-me fazer uma rápida incursão pelos sempre capciosos e caprichosos caminhos da macroeconomia. Ninguém desconhece o fato de que o Brasil, a despeito de quase dois séculos de vida independente, não dispõe de um projeto de desenvolvimento, que permita ao País e a seus milhões de cidadãos experimentar a realização de todas as nossas evidentes potencialidades. Isso é tudo o que todos nós sempre almejamos, mas nunca planejamos. Não é mais possível consentir que o Brasil viva aos trancos e barrancos, com uns poucos soluços de crescimento econômico conjugados com largos períodos de estagnação, quando não de trágica retração. Há países que nas últimas décadas conseguiram se viabilizar, efetuando um salto qualitativo e quantitativo com implicações altamente positivas para todos os seus cidadãos. Está na iminência de tornar-se um verdadeiro paradigma o caso da Coreia do Sul, nas últimas semanas esquadrihado por dois de nossos principais semanários, **Veja** e **Carta Capital**.

Já é hora de pensarmos o País estrategicamente, para valer, investindo inteligência, tempo e recursos com racionalidade, de modo que o nosso tremendo esforço coletivo tenha algum sentido, renda frutos de maneira permanente, continuada. Precisamos deixar de ser “o País do futuro”, tragicômico bordão, recorrente em minha infância e juventude. Os 183 milhões de brasileiros sonhamos com um País do presente, no qual possamos realizar, aqui e agora, nossas humanas potencialidades. É claro que sem descuidar do amanhã, das gerações que nos vão suceder e continuar a construção da sociedade brasileira. Quando se tem um projeto de nação, não vale a espirituosa tirada de John Maynard Keynes: no longo prazo, estaremos todos mortos. Aqui, no longo prazo, nossos filhos e netos, enfim, nossos pósteros continuarão a interminável luta pela edificação de uma sociedade equânime, cooperativa e fraterna. Assim, cabe ao Governo agarrar e poten-

cializar essa formidável oportunidade que um cenário econômico global favorável oferece aos diversos países que conformam a ordem internacional.

Mas tampouco a adversidade, que ciclicamente – como evidencia a história – domina o panorama econômico internacional e eventualmente nos pode atropelar, deve ser motivo de desânimo para um País dotado dos recursos, humanos e materiais, de que dispomos. A partir da elaboração e da implementação de um projeto integrado de desenvolvimento, reflexo da aspiração e da vontade nacional, gradualmente os problemas deixarão de ser estruturais; vão adquirir a transitoriedade do conjuntural, o que permite manter o País firme em seus compromissos maiores de crescimento e desenvolvimento sustentados.

Sr. Presidente, ao concluir este pronunciamento, quero conclamar o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio de sua liderança nesta Casa, a dar início efetivo a uma nova fase da vida brasileira, com a concepção de um projeto de desenvolvimento integrado, arrojado e generoso, consistente e progressista, ambicioso e coerente.

Esse poderá ser o grande legado de Lula para o Brasil e para os brasileiros. Nós não temos o direito de pensar o Brasil com mesquinhez; não é essa a nossa tradição, não é esse o nosso destino. O Brasil precisa aproveitar os bons ventos da economia, aqui e no mundo, e capitalizar, para si e para todos os seus filhos, os frutos do crescimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para destacar a realização – neste domingo, na minha cidade de Caxias – de um evento da maior importância social. Trata-se do “Universidade de Caxias do Sul –Agita – Caxias”, uma promoção de medicina preventiva e de responsabilidade social que tem como objetivo principal reduzir os fatores de risco para a população local. Estima-se que o público passe de vinte mil pessoas - tanto de Caxias quanto das cidades vizinhas - nesta iniciativa da Universidade de Caxias do Sul, que conta com a parceria do Círculo Operário Caxiense e do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Basicamente, o “UCS Agita Caxias” faz o congratamento da população em torno tanto de atividades médicas quanto de diversão. As pessoas participarão de apresentações de bandas musicais e eventos esportivos competitivos. Mas, como eu disse, o centro de tudo será a realização de exames ou de orientações que visam a melhorar a saúde e a vida das pessoas.

Para incentivar a participação popular, serão sorteados brindes entre os presentes.

Do evento, quero destacar, por exemplo, o módulo de Medicina. As pessoas que participarem do Círculo da Saúde poderão, gratuitamente, realizar exames de glicose, de acuidade visual, de pressão arterial, de medição do Índice de Massa Corporal; ou poderão obter orientações psicológicas ou de cuidados com a saúde, prestados por profissionais de reconhecido gabarito.

No módulo que se chama “Agita Ação Comunitária”, as pessoas farão exames para prevenção de câncer do colo do útero, de mama ou de próstata. Serão dadas consultas de pediatria ou de clínica geral. Haverá atendimento psicológico para trabalhadores desempregados e adolescentes. Também aconselhamento para pessoas que querem deixar o tabagismo e orientação aos que têm problema de obesidade, hipertensão ou diabetes.

No que se refere à atuação social, será realizado um casamento coletivo com mais de oitenta casais, bem como serão expedidas, também, carteiras de trabalho. O UCS Agita Caxias também busca incentivar a inclusão.

Os cidadãos que participarem do evento poderão visitar, na Universidade de Caxias do Sul, o Museu, o Aquarium, o Centro Cívico, o Centro de Convivência e o Zoológico. Isso é da maior relevância: é preciso que haja acesso aos bens de cultura, que, em geral, ficam distantes do cidadão. No que se refere à parte musical, haverá exibição de uma escola de samba e de uma banda tradicionalista.

Já no que trata da atividade física, serão realizadas competições de natação e de ginástica. Haverá exibição de atletas de musculação, ioga, caratê, dança de rua e cama elástica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse evento é da maior importância porque tem como meta melhorar a saúde da população de uma cidade. Agora, está sendo realizado pela quarta vez. A cada ano é maior o número de participantes. Pode-se dizer que a cidade de Caxias já sentiu seus bons resultados. Esse é um programa que deveria ser copiado por outros municípios brasileiros.

Um dos mentores deste programa é o médico Jean El Andari, pós-graduado em Medicina do Trabalho e em Medicina do Esporte e professor da Universidade de Caxias do Sul. Procurando descobrir meios de reduzir os fatores de risco para a saúde da população, ele – que já ocupou cargo de destaque na Secretaria de Saúde da cidade - descobriu um programa que havia sido desenvolvido para o governo do Estado de São Paulo em 1998. Era o programa Agita, desenvolvido pela Network Agita Mundo.

Victor Matsudo e firmou um contrato para a realização do evento em Caxias do Sul. O Centro de Medicina do Esporte, da Universidade de Caxias do Sul e a Network Agita são membros da Rede de Atividade Física das Américas – RAFA. O primeiro UCS Agita Caxias acabou sendo realizado em 2002.

Segundo o médico, o que o evento busca é reduzir os fatores de risco da população, avaliando periodicamente o estado de saúde das pessoas e dando a elas orientação pertinente. Os maiores fatores de risco, de acordo com ele, são o sedentarismo, a obesidade, o etilismo, o tabagismo, as diabetes, o colesterol elevado e a hipertensão.

A preocupação de quem cuida da saúde pública deve estar voltada principalmente para a prevenção. É muito mais barato prevenir uma doença. De outro lado, é extremamente caro tratar as pessoas depois de adoentadas. Evita-se, com programas como este, gastos com hospital, tratamento, auxílio-doença, etc. Por isso, o UCS Agita Caxias deve ser elogiado: porque se concentra no diagnóstico precoce de possíveis doenças.

Conversando com o médico Jean El Andari, ele me lembrou que o grande problema de saúde pública hoje é com as doenças não transmissíveis, em especial as cardiopatias e os acidentes vasculares. São doenças que têm sua origem no modo de vida das pessoas dos nossos dias. O homem de hoje se movimenta menos: anda de carro ou passa os dias parado numa fábrica ou escritório. A comida de hoje recebe muitos componentes químicos.

Um programa como o UCS Agita Caxias adverte os cidadãos para os riscos que correm e os ensina como levar uma vida mais saudável. Isso, do ponto de vista da saúde pública, é fundamental. O Município gasta menos com um dos mais elevados índices das despesas públicas, que é o de saúde.

Encerro, Sr. Presidente, mais uma vez conclamando os administradores municipais brasileiros a

seguirem o belíssimo exemplo do UCS Agita Caxias. São idéias assim – simples, baratas e eficientes – que temos que implementar no nosso Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 54 minutos.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

Senador: **Renan Calheiros**

1º-4-2005

sexta-feira

9:30 - Presidente Tabaré Vázquez, Presidente da República do Uruguai.

Salão Nobre do Senado Federal

13:00 - Almoço oferecido pelo Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República ao Presidente Tabaré Vázquez, Presidente do Uruguai

Palácio Itamaraty

19:00 - Homenagem do Sindicato dos Policiais Federais no Estado de Alagoas e da Federação Nacional dos Policiais Federais

Auditório do Hotel Meliá - Av. Álvaro Otacílio, 4065, Praia de Jatiúca - Maceió – AL.

Martha Lyra Nascimento, Chefe de Gabinete, Presidência do Senado

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

BAHIA		PFL	- Heráclito Fortes
PFL	- Rodolpho Tourinho	PMDB	- Mão Santa
PFL	- Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- César Borges	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	- Garibaldi Alves Filho
PT	- Roberto Saturnino	PFL	- José Agripino
PL	- Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	- Sérgio Cabral	PFL	- Jorge Bornhausen
MARANHÃO		PT	- Ideli Salvatti
PMDB	- João Alberto Souza	PSDB	- Leonel Pavan
PFL	- Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	- Roseana Sarney	P-SOL	- Heloisa Helena
PARÁ		PMDB	- Renan Calheiros
PMDB	- Luiz Otávio	PSDB	- Teotônio Vilela Filho
PT	- Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	- Flexa Ribeiro	PFL	- Renildo Santana
PERNAMBUCO		PDT	- Almeida Lima
PFL	- José Jorge	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PFL	- Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	- Sérgio Guerra	PFL	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	- Arthur Virgílio
PT	- Eduardo Suplicy	PDT	- Jefferson Peres
PT	- Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	- Romeu Tuma	PSDB	- Alvaro Dias
MINAS GERAIS		PT	- Flávio Arns
PL	- Aelton Freitas	PDT	- Osmar Dias
PSDB	- Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	- Hélio Costa	PT	- Tião Viana
GOIÁS		P-SOL	- Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	- Maguito Vilela	PT	- Sibá Machado
PFL	- Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	- Lúcia Vânia	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		PT	- Delcídio Amaral
PSDB	- Antero Paes de Barros	PMDB	- Ramez Tebet
PFL	- Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
PT	- Serys Slhessarenko	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		PT	- Cristovam Buarque
PMDB	- Pedro Simon	PFL	- Paulo Octávio
PT	- Paulo Paim	TOCANTINS	
PTB	- Sérgio Zambiasi	PSDB	- Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PL	- João Ribeiro
PSDB	- Reginaldo Duarte	PMDB	- Leomar Quintanilha
PPS	- Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	- Tasso Jereissati	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		PSB	- João Capiberibe
PMDB	- Ney Suassuna	PMDB	- Papaléo Paes
PFL	- Efraim Morais	RONDÔNIA	
PMDB	- José Maranhão	PMDB	- Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		PT	- Fátima Cleide
PPS	- João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	- Gerson Camata	RORAIMA	
PL	- Francisco Pereira	PPS	- Mozanildo Cavalcanti
PIAUI		PDT	- Augusto Botelho
PMDB	- Alberto Silva	PMDB	- Wirlande da Luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- • 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- • 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 15.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 106 PÁGINAS